



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO**

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB  
EM MINAS GERAIS**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**BELO HORIZONTE, MAIO DE 2011**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento**

**WAGNER GONÇALVES ROSSI**  
Ministro

**Conab – Companhia Nacional de  
Abastecimento**

Conselho de Administração

**JOSÉ GERARDO FONTELLES**  
Presidente

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR**  
**EDILSON GUIMARÃES**  
**MARIA DAS GRAÇAS FONTES**  
**GUILHERME COSTA DELGADO**  
**MILTON MATIAS ORTOLAN**  
Membros

**Conselho Fiscal**

**PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE**  
Presidente

**FRANCISCO WAYNE MOREIRA**  
**WESLEY JOSÉ GADELHA BEIER**  
Membros

**Diretoria Colegiada**

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR**  
Presidente

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor Administrativo

**AMAURY PIO CUNHA**  
Diretor Financeiro

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**Superintendência Regional de Minas Gerais**

**CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA**  
Superintendente

**OSVALDO TEIXEIRA DE SOUZA FILHO**  
Gerente de Finanças e Administração

**EDUARDO MARQUES DUMONT**  
Gerente de Operações

**TÚLIO MARCOS DE VASCONCELLOS**  
Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

Equipe Técnica

**Fernando de Castro Santos**  
**Leonardo Dias Moreira**  
**Luciene Rodrigues Batista Ferreira**  
**Luís Henrique de Castro**  
**Oswaldo Teixeira de Souza Filho**  
**Rodrigo Rodrigues Roveda**

**Superintendência Regional de Minas Gerais**  
Rua Professor Antônio Aleixo, 756 – bairro de  
Lourdes – Belo Horizonte / MG  
Fax: 3290–2784  
Fone: 3290–2800

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO**

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB  
EM MINAS GERAIS**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, da Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010, e das orientações do Órgão de Controle Interno contidas na Portaria CGU n.º 2.546/2010.

**BELO HORIZONTE, MAIO DE 2011**

## Sumário

Capa	
Folha de Rosto	
Sumário	2
Lista de Abreviaturas e Siglas	6
Lista de Tabelas	11
Lista de Quadros	12
Lista de Figuras	15
DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107/2010 – CONTEÚDO GERAL	16
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010	16
1.1 – Introdução	16
1.2 – Identificação da UJ	19
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010	22
2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade	23
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização	23
2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos–PAA	26
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	28
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas	29
2.1.5–Gestão de Estoques–Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários	33
2.2 – Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	35
2.2.1 – Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos	36
2.2.2 – Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar	36
2.2.3 – Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos	37
2.2.4 – Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte	38
2.2.5 – Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros	38
2.3 – Programas e Ações sob a responsabilidade da UJ	39
2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	39
2.3.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Alimentar	39
2.3.1.2 – (0360) Programa da Gestão da Política Agropecuária	40
2.3.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	40
2.3.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ	41
2.3.2.1 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	41
2.3.2.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	42
2.3.2.3 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	43
2.3.2.4 – (2011) Auxílio–Transporte aos Servidores e Empregados	47
2.3.2.5 – (2012) Auxílio–Alimentação aos Servidores e Empregados	49
2.3.2.6 – (2130) Formação de Estoques Públicos	52

2.3.2.7 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	57
2.3.2.8 – (2272) Gestão e Administração do Programa	63
2.3.2.9 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	65
2.3.2.10 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	72
2.3.2.11 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	75
2.3.2.12 – (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	77
2.3.2.13 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	79
2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades	82
2.3.3.1 – Programa Vendas em Balcão	82
2.3.3.2 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	85
2.3.3.2.1 – Prêmio para Escoamento de Produto – PEP	85
2.3.3.3 – Operacionalização de Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	86
2.3.3.4 – Distribuição de Alimentos	93
2.3.3.4.1 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	93
2.3.3.4.2 – Ministério da Integração Nacional – MI	97
2.3.3.5 – Prestação de Serviços de Armazenagem	99
2.3.3.6 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café	101
2.3.3.7 – Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso	108
2.3.3.8 – Participação na Execução do Programa Fome Zero	109
2.4. Desempenho Orçamentário / Financeiro	114
2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa	114
2.4.1.1 – Programação de Despesas Correntes	114
2.4.1.2 – Programação de Despesas de Capital	114
2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	114
2.4.1.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	115
2.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa	118
2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	118
2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação	118
2.4.2.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	119
2.4.2.1.3 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas	119
2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	119
2.4.2.2.1 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	119
2.4.2.2.2 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	120
2.4.3 – Indicadores de Desempenho ou Institucionais	122
2.4.3.1. – Comentários sobre os indicadores de desempenho das ações	123
<b>3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>135</b>
3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	135
3.2 – Análise Crítica	135
<b>4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>135</b>
4.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	135

4.2 – Análise Crítica	135
4.2.1 – Exercício 2005	135
4.2.2 – Exercício 2006	136
4.2.3 – Exercícios 2007, 2008 e 2009	136
<b>5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>136</b>
5.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos	136
5.2 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	138
5.3 – Composição do Quadro de Estagiários	138
5.4 – Quadro de custos de recursos humanos	139
5.5 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	140
5.6 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	143
<b>6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>150</b>
6.1 – Transferências efetuadas no exercício	150
6.2 – Análise crítica	150
<b>7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>150</b>
7.1 – Declaração do SIASG	150
7.2 – Declaração do SICONV	151
<b>8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>152</b>
8.1 – Declaração da Unidade de Pessoal	152
<b>9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>153</b>
9.1 – Estrutura de Controles internos da UJ	153
<b>10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>156</b>
10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	156
<b>11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>158</b>
11.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	158
<b>12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>159</b>
12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	159
12.2 – Tecnologia da Informação	160
<b>13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>169</b>
13.1 – Informação sobre a utilização dos cartões de pagamento	169
<b>14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>169</b>
14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	169
14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	169
14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	169
14.4 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas	169
14.5 – Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	169
14.6 – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	169
14.7 – Comunicações à RFB	169
14.8 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	170
14.9 – Declaração	170
14.10 – Fiscalizações Realizadas pela RFB	170
<b>15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>170</b>
15.1 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	170

15.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao final do Exercício	170
15.3 – Recomendações do OCI atendidas no exercício	170
15.4 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao final do Exercício	175
<b>16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>177</b>
16.1 – Informações sobre tratamento das recomendações da Unidade de Controle Interno	177
<b>17. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>191</b>
17.1 – Outras informações	191
<b>18. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>191</b>
18.1 – Declaração do Contador	191
18.2 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 4.320/64	192
18.3 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76	192
18.4 – Informações sobre a Composição acionária do capital social	214
18.4.1 – Composição Acionária do Capital Social da UJ	214
18.4.2 – Composição Acionária da UJ como Investidora	215
18.5 – Parecer da Auditoria Independente	218
<b>19. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 57, DE 27/10/2010</b>	<b>219</b>
19.1 – Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo TSE	219
19.2 – Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelos TRE	219
<b>20. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>219</b>
20.1. Evolução da Situação Financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento	219
<b>21. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>219</b>
21.1 – Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão n.º 408/202 – Plenário e Modificações Posteriores	219
<b>22. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>219</b>
22.1 – Análise da Situação Econômico-Financeiro	219
22.2 – Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ	219
22.3 – Análise Crítica	219
<b>23. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>219</b>
23.1 – Remuneração paga aos administradores	219
<b>24. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>226</b>
24.1 – Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação com organismos internacionais	226
24.2 – Análise Crítica	226
<b>25. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>226</b>
25.1 – Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desmobilização – PND	226
25.2 – Análise Crítica	226
<b>26. PARTE C, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>226</b>
26.1 Informações Sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar	226
<b>27. ANEXO III, ITEM 5, SUBITEM IV, DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>255</b>
27.1 Resultados	255
<b>28. ANEXO III, ITEM 6, DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010</b>	<b>256</b>
28.1 ANEXOS	256

## Lista de Siglas

ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação / Ministério das Relações Exteriores
ABC/PNUD	Agência Brasileira de Cooperação / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADV/PCV	Adiantamento de Viagem / Prestação de Contas de Viagem
AGF	Aquisição do Governo Federal
AGU	Advocacia Geral da União
Audin	Auditoria Interna
Bacen	Banco Central
BD	Benefício Definido
BDI	Benefício e Despesas Indiretas
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
Cadin	Cadastro de Inadimplentes do Governo Federal
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenadores de Ação Nacional
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CDA	Cadastro de Armazenagem (na Conab)
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CEASA	Centrais de Abastecimento
CETIP	Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGAV	Coordenação-Geral de Apoio a Grupos Vulneráveis
CGPC	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CGPLANMAPA	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão do MAPA
CGRE	Coordenação Geral de Relações Estudantis
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Comunicação Interna
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazéns
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Código Nacional de Atividade Empresarial
CNPB	Código Nacional de Plano de Benefícios
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CO	Contrato de Opção
Coamo	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias
COANOR	Cooperativa Agropecuária do Nordeste Mineiro
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
Codag	Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão
CODAR	Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Coger	Corregedoria Geral
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conad	Conselho de Administração da Conab
Consad	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC	Código de Processo Civil

CPL	Comissão Permanente de Licitação
CPR–Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR–Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
D.O.U.	Diário Oficial da União
Danfe	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DAPE	Departamento de Apoio a Projetos Especiais
Darf	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DBF	Tipo de Arquivo de Base de Dados
Decaf	Departamento do Café
DEFIS/CGRE	Departamento de Fiscalização da Coordenação Geral de Regimes Especiais
Deral	Departamento de Economia Rural (da Secretaria de Agricultura)
Dest	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DevCoCast	Aplicações do GEONETCast para e por Países em Desenvolvimento
DHCP	Dynamic Host Configuration Protocol
Difin	Diretoria Financeira
Digem	Diretoria de Logística e Gestão Empresarial
Dipai	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
Dirab	Diretoria de Operações e Abastecimento
Dirad	Diretoria Administrativa
DN / TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DPGE	Depósito a Prazo com Garantia Especial
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Privada
EMATER / RO	Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
e-Gov	Programa de Governo Eletrônico
e-Ping	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
ETL	Processo de Extração, tratamento e carga de dados de sistemas da Conab
EUMETSAT	The European Organisation for the Exploitation of Meteorological Satellites
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDC	Fundos de Investimento em Diretos Creditórios
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Gabin	Gabinete da Presidência
Geare	Gerência de Avaliação de Resultados
Geasa	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
Geasi	Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação
Gebem	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
Gecad	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
Gecaf	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
Gecap	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
Gecav	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação
Gecom	Gerência de Comercialização de Estoques
Gecon	Gerência de Execução Contábil

Gecot	Gerência de Contratos
Gecup	Gerência de Custos de Produção
Gedes	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
Gefad	Gerência de Finanças e Administração
Gefis	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
Gefoc	Gerência de Formação e Controle de Estoques
Gefop	Gerência de Folha de Pagamento
Geint	Gerência de Informações Técnicas
Gemov	Gerência de Movimentação de Estoques
Geope	Gerência de Operações Especiais
Gepab	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento
Gepas	Gerência de Patrimônio e Seguros
Gepes	Gerência de Cadastro de Pessoal
Gepor	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
Gepri	Gerência de Parcerias Institucionais
Gerap	Gerência da Rede de Armazéns Próprios
Gesas	Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
Gesin	Gerência de Sistemas de Informação
Gesof	Gerência de Engenharia de Software
Gesup	Gerência de Supervisão Técnico–Operacional
Gesut	Gerência de Suporte Técnico
Gevep	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GMM	Governance Maturity Model
GPS	Sistema de Posicionamento Global
HD	Hardware Disk
HSBC	Hongkong And Shanghai Banking Corporation
HSBC/CCF	Hongkong And Shanghai Banking Corporation / Crédit Commercial de France
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IEC	Instituto Evandro Chagas
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Receita Federal
ISO	International Organization for Standardization
ISS	Imposto sobre Serviços
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
LATIS	Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite
LCD	Liquid Cristal Display (tipo de monitor)
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTCAT	Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério do Interior
MIM	Mapa de Inventário de Mercadorias
MOC	Manual de Operações Comerciais
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPOG	Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão
MPS/CGPC	Ministério da Previdência Social / Conselho de Gestão da Previdência Complementar
NBR	Norma Brasileira
NOC	Normas da Organização Comercial
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional – B (título vinculado a variação do IPCA)
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional – C (título vinculado a variação do IGP-M)
OAN/MDA	Ouvidoria Agrária Nacional / Ministério do Desenvolvimento Agrário
OF	Ofício
ON	Ordinárias Nominativas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAANet	Aplicativo para preenchimento das propostas do PAA via Internet
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PEP	Prêmio para o Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA	Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preço Mínimo
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PN	Preferenciais Nominativas
PNA	Preferenciais Nominativas
PNB	Preferenciais Nominativas
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PostgreSQL	Sistema Gerenciador de Banco de Dados
PPA	Plano Plurianual
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda
PSI	Política de Segurança da Informação
Ptres	Programa de Trabalho Resumido
PTRES	Programa de Trabalho Resumido
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RFB	Receita Federal do Brasil
SAAGRA	Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SCRUM	Processo de desenvolvimento iterativo e incremental para gerenciamento de projetos
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

Seape	Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais
Secof	Setor Contábil e Financeiro
Secom	Setor de Operações Comerciais
Sedec	Secretaria Nacional de Defesa Civil
Sedem	Setor de Desenvolvimento Empresarial
Segeo	Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
Seope	Setor de Operações de Estoques
Sepab	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sereh	Setor de Recursos Humanos
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Setad	Setor Administrativo
SFC	Secretaria Federal de Controle
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAJUR	Sistema de Atividades Jurídicas
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro de Armazéns
SICONV	Sistema de Convênios
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIGABrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sircoi	Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab
SISCOD	Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISMAT	Sistema de Material
SISOUV	Sistema de Ouvidoria
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPAE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
SPC/MPS	Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social
Sped Fiscal	Escrituração Fiscal Digital
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Suarm	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
Sucon	Superintendência de Contabilidade
Sufin	Superintendência de Finanças
Sufis	Superintendência de Fiscalização de Estoques
Sugof	Superintendência de Gestão da Oferta
Suinf	Superintendência de Informações do Agronegócio
Sumaj	Subprocuradoria de Matéria Judicial
Sumoc	Superintendência de Modernização e Capacitação
Suope	Superintendência de Operações Comerciais
Supab	Superintendência de Abastecimento Social
Supad	Superintendência de Administração

Supaf	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
Supor	Superintendência de Orçamento e Avaliação
Sureh	Superintendência de Recursos Humanos
Sutin	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
Sybase	Software para Gerenciamento de Banco de Dados
TCU	Tribunal de Contas da União
TEC	Tarifa Externa Comum
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TI	Tecnologia da Informação
TR	Taxa Referencial
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG	Unidade Gestora
UGP/PNUD	Unidade de Gerenciamento do Programa /Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UJ	Unidade Jurisdicionada
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
VaR	<i>Value-at-Risk</i>
VEP	Valor do Escoamento do Produto
xFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques
XFacWeb	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques, disponível pela Internet
XML	<i>Extensible Markup Language</i>

## Lista de Tabelas

	Pag. n.º
Discriminação	
Tabela I – Resultados da Ação (0022)	41
Tabela II – Resultados da Ação (20CW)	42
Tabela III – Resultados da Ação (2004)	44
Tabela IV – Resultados da Ação (2011)	47
Tabela V – Resultados da Ação (2212)	50
Tabela VI – Resultados da Ação (2130)	53
Tabela VII – Resultados da Ação (2137)	58
Tabela VIII – Resultados da Ação (2272)	61
Tabela IX – Resultados da Ação (2829)	65
Tabela X – Resultados da Ação (4572)	72
Tabela XI – Resultados da Ação (4702)	75
Tabela XII – Resultados da Ação (4706)	78
Tabela XIII – Resultado da Ação (4711)	79
Tabela XIV – Contribuições Aplicadas em Vigor	240

## Lista de Quadros

	Pag. n.º
Discriminação	
Quadro I – Identificação da Sureg MG	19
Quadro II – Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Exames Periódicos	42
Quadro III – Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Exames Periódicos	43
Quadro IV – Ação 0024 – Execução Física e Execução Orçamentária	44
Quadro V – Ação 0024 – Elemento de despesas	45
Quadro VI – Indicador Percentual de Atendimento no SAS	45
Quadro VII – Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS	46
Quadro VIII – Indicador do Custo por Atendimento do SAS	46
Quadro IX – Ação 2011 – Execução Física e Execução Orçamentária	48
Quadro X – Indicador Percentual de Atendimento do Auxílio–Transporte	48
Quadro XI – Indicador Percentual de Execução Financeira do Auxílio–Transporte	48
Quadro XII – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio–Transporte	49
Quadro XIII – Ação 2012 – Execução Física e Execução Orçamentária	50
Quadro XIV – Indicador Percentual de Atendimento do Auxílio–Alimentação	51
Quadro XV – Indicador Percentual de Execução Financeira do Auxílio–Alimentação	51
Quadro XVI – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio–Alimentação	52
Quadro XVII – Detalhamento das aquisições de produtos agrícolas efetivadas no âmbito da Conab durante o exercício de 2010	53
Quadro XVIII – detalhamento das aquisições de embalagens efetivadas no âmbito da Conab durante o exercício de 2010	54
Quadro XIX – Detalhamento da Natureza das Despesas	55
Quadro XX – Demonstrativo das Remoções de Milho Contratadas em Minas Gerais	56
Quadro XXI – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos adquiridos no exercício de 2010 (AGF e Contratos de Opção)	57
Quadro XXII – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Minas Gerais nos Exercícios de 2009 e 210.	59
Quadro XXIII – Demonstrativo de Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização	60
Quadro XXIV – Demonstrativo dos Elementos de Despesas com a Fiscalização dos Estoques Governamentais em Minas Gerais – ano 2010	60
Quadro XXV – Demonstrativo do Número de Apólices	61
Quadro XXVI – Demonstrativo da Execução Orçamentária	62
Quadro XXVII – Ação 2272 – Discriminação das Despesas de Pessoal, Custeio e Investimento	64
Quadro XXVIII – Indicador do Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa	65
Quadro XXIX – Demonstrativo de Armazéns por Unidade Armazenadora	66
Quadro XXX – Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	68
Quadro XXXI – Discriminação de treinamento por área e média de carga horária	72
Quadro XXXII – Ação 4572 – Execução Física e Execução Orçamentária	73
Quadro XXXIII – Ação 4572 – Elemento de Despesa	73
Quadro XXXIV – Indicador do Percentual Atendimento da Demanda de Capacitação	73
Quadro XXXV – Indicador do Percentual da Execução Financeira com Capacitação	74
Quadro XXXVI – Indicador do Custo por Empregado Capacitado	74
Quadro XXXVII – Demonstrativo da Execução de Despesa	76
Quadro XXXVIII – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	76
Quadro XXXIX – Demonstrativo da Execução de Despesa	77
Quadro XL – Elemento das despesas com a fiscalização dos estoques privados	78
Quadro XLI – Demonstrativo de Execução da Despesa – Sureg MG – 2010	79

Quadro XLII – Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola Minas Gerais – Safras 2008/2009 e 2009/2010	81
Quadro XLIII – Estimativa da Área Plantada e da Produção Agrícola em Minas Gerais – Safras 2009/2010 e 2010/2011	81
Quadro XLIV – Demonstrativo de Vendas em Balcão	84
Quadro XLV – PEP Trigo MG	86
Quadro XLVI – PEP Milho MG	86
Quadro XLVII – Demonstrativo das Metas Previstas	90
Quadro XLVIII – Demonstrativo de Aquisições pela CPR–Estoque / MDS	91
Quadro XLIX – Demonstrativo de Aquisição pela CPR–Doação/ MDS	91
Quadro L – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS	91
Quadro LI – Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA	93
Quadro LII – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA	93
Quadro LIII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	95
Quadro LIV – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	95
Quadro LV – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	96
Quadro LVI – Demonstrativo da Execução da Despesa–Distribuição de Alimentos–MDS	97
Quadro LVII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	98
Quadro LVIII – Demonstrativo de aquisição de Gêneros Alimentícios	98
Quadro LIX – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos	99
Quadro LX – Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de alimentos/MI	99
Quadro LXI – Unidades Armazenadoras da Conab em Minas Gerais	100
Quadro LXII – Demonstrativo Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros	100
Quadro LXIII – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – 2009 e 2010	103
Quadro LXIV – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – 2010 e 2011	104
Quadro LXXV – Parte A – Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro – Safra 2011Parte A – Parque Cafeeiro	104
Quadro LXXV – Parte B – Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro – Safra 2011Parte B – Produção	105
Quadro LXXVI – Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF	106
Quadro LXXVII – Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café em sacas de 60kg	106
Quando LXXVIII – Demonstrativo da Execução da Despesa	107
Quadro LXXIX – Levantamento de Pinhão Manso	109
Quadro LXX – Demonstrativo da Execução da Despesa	109
Quadro LXXI – Demonstrativo das Doações Realizadas	110
Quadro LXXII – Demonstrativo da Distribuição de Produtos	111
Quadro LXXIII – Demonstrativo da Distribuição de Feijão	112
Quadro LXXIV – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (Oriundo da Agricultura Familiar)	113
Quadro LXXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	115
Quadro LXXVI – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	118
Quadro LXXVII – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	120
Quadro LXXVIII – Indicador Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos	123
Quadro LXXIX – Indicador Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos	124
Quadro LXXX – Indicador Percentual de Fiscalizações Realizadas	125
Quadro LXXXI – Indicador Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	125
Quadro LXXXII – Indicador Índice de Perdas em Armazenagem	126
Quadro LXXXIII – Indicador Índice de Desvio de Produtos Armazenados	126

Quadro LXXXIV – Indicador Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão	127
Quadro LXXXV – Indicador Índice de ocorrência de produtos desclassificados	128
Quadro LXXXVI – Indicador do Custo por Fiscalização realizada	128
Quadro LXXXVII – Indicador Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos	129
Quadro LXXXVIII – Indicador Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas	129
Quadro LXXXIX – Indicador Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	130
Quadro XC – Indicador Percentual de Armazéns Cadastrados	131
Quadro XCI – Indicador Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	131
Quadro XCII – Indicador Índice de Custo por unidade cadastrada	132
Quadro XCIII – Indicador Percentual de Vistoria dos Estoques Privados	132
Quadro XCIV – Indicador Percentual de Execução Financeira Vistoria dos Estoques Privados	133
Quadro XCV – Indicador Percentual de pesquisa de safras	134
Quadro XCVI – Indicador Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	134
Quadro XCVII – Restos a Pagar – Processados	135
Quadro XCVIII – Restos a Pagar – Não Processados	135
Quadro XCIX – Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação Apurada em 31/12/2010	136
Quadro C – Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2010	137
Quadro CI – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12/2010	137
Quadro CII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12/2010	138
Quadro CIII – Composição do Quadro de Estagiários Situação Apurada em 31/12/2010	139
Quadro CIV – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	139
Quadro CV – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	140
Quadro CVI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	140
Quadro CVII – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	141
Quadro CVIII – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra	141
Quadro CIX – Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco	148
Quadro CX – Estrutura de Controles Internos da UJ	154
Quadro CXI – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	156
Quadro CXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	158
Quadro CXIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	158
Quadro CXIV – Gestão de TI da UJ	159
Quadro CXV – Técnicos da Sutin por tipo de vínculo	161
Quadro CXVI – Técnicos da Sutin por Área	162
Quadro CXVII – Relação de equipamentos adquiridos em 2010	167
Quadro CXVIII – Recomendação n.º 001 da Constatação 018 do Relatório n.º 246695	170
Quadro CXIX – Recomendação n.º 001 da Constatação nº 019 do Relatório n.º 246695	171
Quadro CXX – Recomendação n.º 001 da Constatação nº 020 do Relatório n.º 246695	171
Quadro CXXI – Recomendação n.º 001 da Constatação nº 021 do Relatório n.º 246695	172
Quadro CXXII – Recomendação n.º 002 da Constatação nº 021 do Relatório n.º 246695	172
Quadro CXXIII – Recomendação n.º 003 da Constatação nº 021 do Relatório n.º 246695	173
Quadro CXXIV – Recomendação n.º 001 da Constatação nº 022 do Relatório n.º 246695	174
Quadro CXXV – Recomendação n.º 001 da Constatação nº 023 do Relatório n.º 246695	174
Quadro CXXVI – Recomendação n.º 005 da Constatação nº 009 do Relatório n.º 224857	175

Quadro CXXXVII – Recomendação n.º 004 da Constatação nº 009 do Relatório n.º 224857	175
Quadro CXXXVIII – Tratamento das Recomendações da Unidade de Controle Interno	177
Quadro CXXXIX – Declaração do Contador	191
Quadro CXXX – Sumário das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	199
Quadro CXXXI – Créditos e Tributos a serem Compensados	202
Quadro CXXXII – Créditos a Receber de Curto Prazo	203
Quadro CXXXIII – Créditos a Receber de Longo Prazo	204
Quadro CXXXIV – Créditos em Cobrança	204
Quadro CXXXV – Valores de Indenização a Receber do Tesouro Nacional	205
Quadro CXXXVI – Créditos a Receber – Não Circulante	205
Quadro CXXXVII – Estoques relativos às Cédulas de Produto Rural	206
Quadro CXXXVIII – Passivos Contingentes – Provável	208
Quadro CXXXIX – Passivos Contingentes – Possível	209
Quadro CXL – Ativos Contingentes – Provável	209
Quadro CXLI – Débitos em Apuração – Perda em Armazenagem	210
Quadro CXLII – Recursos Repassados para o Programa de Revitalização da Conab	212
Quadro CXLIII – Composição Acionária do Capital	214
Quadro CXLIV – Composição Acionária da UJ como investidora – Ações Ordinárias	215
Quadro CXLV – Composição Acionária da UJ como investidora – Ações Preferenciais	216
Quadro CXLVI – Remuneração do Conselho de Administração	221
Quadro CXLVII – Remuneração do Conselho Fiscal	222
Quadro CXLVIII – Síntese da Remuneração da Diretoria da Conab	223
Quadro CXLIX – Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal da Conab	224
Quadro CL – Síntese da Remuneração do Conselho de Administração da Conab	225
Quadro CLI – Identificação da Entidade Fechada de Previdência Complementar	226
Quadro CLII – Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes	227
Quadro CLIII – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes	227
Quadro CLIV – Contribuições Patronais em relação ao Total da Folha dos Participantes	228
Quadro CLV – Valor Total das Aplicações e Fundamentação Legal	230
Quadro CXLVI – Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento	233
Quadro CLVII – Meta de rentabilidade	234
Quadro CLVIII – Agências Classificadoras de Risco	234
Quadro CLIX – Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010	236
Quadro CLX – Custos Percentuais do Plano sobre a Folha de Salário dos Participantes	240
Quadro CLXI – Projeções em relação ao Plano de Custeio Atual	244
Quadro CLXII – Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003	253

## Lista de Figuras

Discriminação	Pag. n.º
Figura I – Comparativo de Vendas – Sureg MG x Conab	84
Figura II – Área de Atuação do PAA em Minas Gerais	88
Figura III – Evolução do Número de Empregados	144
Figura IV – Evolução do N.º de Treinados e do Custo <i>Per Capta</i>	146
Figura V – Serviços de Saúde	147
Figura VI – Evolução das Demandas Trabalhista	147

## A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

### 1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010

#### 1.1 – INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no Estado de Minas Gerais (Sureg MG) foi elaborado, conforme orientações da Controladoria Geral da União, Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais, com base nos seguintes normativos do Tribunal de Contas da União que regulamentaram as prestações de contas anuais, relativo ao exercício de 2010:

- **Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010.**
- **Decisão Normativa TCU nº 107, de 27/10/2010.**
- **Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010.**

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008/2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou Termos de Cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas estas atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento dessas ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Tomando-se por base a Parte A – Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, e 14 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa conforme orientações contidas no Quadro A1–Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

Este Relatório procura focar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg MG, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

No Estado de Minas Gerais, a Superintendência Regional da Conab, em função das suas atribuições, desenvolveu inúmeras atividades no decorrer do ano de 2010, conforme exposição a seguir.

Foram concluídas as operações de recebimento e armazenagem de cafés adquiridos por meio da modalidade de comercialização denominada contrato de opção, que se iniciaram no ano anterior, com o objetivo de regulação de preços.

A conclusão das obras e entrada em operação do novo armazém graneleiro horizontal da Unidade Armazenadora de Uberlândia, possibilitou um aumento de 100.000 toneladas, na capacidade armazenadora daquele complexo. Este aumento representa, na prática, a duplicação da sua capacidade, possibilitando que aumentem as alternativas de logística e posicionamento estratégico dos estoques públicos de alimentos na região, que é um importante polo produtor e consumidor de grãos.

O recebimento de expressivas quantidades de milho removidas da região centro-oeste e estrategicamente armazenadas na rede Conab do Estado de Minas Gerais, visaram garantir o abastecimento suplementar deste produto, nos períodos de sua carência no mercado, promovendo o equilíbrio entre oferta e procura.

A elaboração, aprovação e execução de centenas de projetos inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, beneficiaram milhares de produtores rurais, entidades sociais e atenderam às populações em situação insegurança alimentar ou nutricional, por meio da doação dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares.

A disponibilidade de expressivas quantidades de alimentos, principalmente de feijão, possibilitou a distribuição emergencial e gratuita de alimentos, beneficiando populações mais carentes, de vários municípios mineiros. Destaca-se também a entrega de cestas de alimentos às famílias de agricultores sem terra, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, em cumprimento de convênios firmados com outros órgãos públicos.

Figuraram ainda, no rol das ações desenvolvidas em 2010, pela Superintendência Regional de Minas Gerais, a operacionalização do Programa Venda em Balcão, os levantamentos das safras de café e de grãos e dos custos de produção de alimentos, o cadastramento de armazéns e a fiscalização dos estoques públicos de grãos.

Para o ano de 2011, estão previstas inúmeras ações que merecem destaque, conforme reportamos a seguir.

- A mudança da sede da Sureg MG para instalações mais apropriadas e que comportem o crescimento do volume de atividades sob sua responsabilidade, bem como possibilitem a adequada distribuição de seu corpo funcional que registrou um significativo aumento de seu quadro de empregados, obtido através de anistias concedidas pelo Governo Federal e por concursos públicos.
- Aquisição de mobiliário em virtude da obsolescência e insuficiência do material hoje existente nas mais diversas áreas e setores da Superintendência.
- Capacitação de pessoal em decorrência das anistias e em face do desenvolvimento de novos programas e surgimento de novas prerrogativas.
- Recebimento e incorporação das Unidades Armazenadoras de Café, oriundas do extinto IBC, já em fase de análise pela Secretaria de Patrimônio da União, no estado de Minas Gerais.
- Conclusão da reforma da Unidade Armazenadora de Passa Quatro, cuja contratação dos serviços encontra-se na fase licitatória, possibilitará a retomada das suas operações para a armazenagem frigorificada de batata semente, frutas etc. Estas adequações possibilitarão, também, o registro daquela Unidade junto ao Serviço de Inspeção Federal – SIF/DIPOA/MAPA e permitirão que seu espaço possa ser utilizado para o armazenamento de ovos, antigo desejo dos avicultores da região. Destacamos que a região da Mantiqueira Mineira, onde está localizada a Unidade de Passa Quatro, é o segundo polo produtor e exportador de ovos do País.

- Proposta junto à Direção Superior da Companhia, de ampliação do quadro de empregados, por meio de concurso público, visando suprir as carências hoje existentes, especialmente na Procuradoria Jurídica e nas Unidades Armazenadoras.
- Incremento dos programas sociais de abastecimento, em virtude da demanda crescente verificada em importantes atividades como os projetos da Agricultura Familiar, Venda em Balcão, dentre outros.
- Adequação das Unidades Armazenadoras às exigências do Programa de Certificação, conforme lei nº9.973/2000, observando as diretrizes emanadas da direção da Companhia.

**Cleide Edvirges Santos Laia**  
Superintendência Regional de Minas Gerais  
Superintendente

## 1.2. Identificação da UJ

### Quadro I – Identificação da Sureg MG

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			<b>Código SIORG:</b> 00014
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – Superintendência Regional de Minas Gerais			
<b>Denominação abreviada:</b> Conab/Sureg MG; Sureg MG			
<b>Código SIORG:</b> 087251	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 22211
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Empresa Pública			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8411–6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(31) 3290.2800	(31) 3290.2784	
<b>Endereço Eletrônico:</b> mg.sureg@conab.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.conab.gov.br">http://www.conab.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua Professor Antônio Aleixo, 756 – Bairro de Lourdes Belo Horizonte – MG – CEP: 30180–150			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
<p>A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9ª versão, alterada pelo Decreto 4.514, de 13/12/2002.</p> <p>Com sede em Belo Horizonte, a Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg MG – está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. A Sureg MG é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social e considerando os Art. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.</p> <p>Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>I</b> –Procuradoria Regional (Prore)</li> <li>➤ <b>II</b> –Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico (Gedes) <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Setor de Desenvolvimento Empresarial (Sedem)</li> <li>b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta (Segeo)</li> </ul> </li> <li>➤ <b>III</b> –Gerência de Operações (Geope) <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Setor de Operações de Estoques (Seope)</li> <li>b) Setor de Operações Comerciais (Secom)</li> <li>c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento (Sepab)</li> </ul> </li> </ul>			

<p>➤ <b>IV</b> –Gerência de Finanças e Administração (Gefad)</p> <p><b>a)</b> Setor de Recursos Humanos (Sereh)</p> <p><b>b)</b> Setor Administrativo (Setad)</p> <p><b>c)</b> Setor Contábil e Financeiro (Secof)</p> <p>➤ <b>V</b> –Unidades Operacionais</p> <p><b>a)</b> Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde</p> <p><b>b)</b> Unidade Armazenadora de Campos Altos</p> <p><b>c)</b> Unidade Armazenadora de Juiz de Fora</p> <p><b>d)</b> Unidade Armazenadora de Montes Claros</p> <p><b>e)</b> Unidade Armazenadora de Passa Quatro</p> <p><b>f)</b> Unidade Armazenadora de Perdões</p> <p><b>g)</b> Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso</p> <p><b>h)</b> Unidade Armazenadora de Uberaba</p> <p><b>i)</b> Unidade Armazenadora de Uberlândia</p> <p><b>j)</b> Unidade Armazenadora de Varginha</p>	
<p>Legislação de Armazenagem:</p> <p>Decreto n.º 1.102, de 21/11/1903;</p> <p>Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001;</p> <p>Lei n.º 9.973, de 29/05/2000.</p>	
<p><b>Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b></p>	
<p>Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990;</p> <p>Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990;</p> <p>Resolução Conad n.º 05 de 11 de maio de 1998;</p> <p>10.102 – Estatuto Social – data de aprovação: 19/12/1991 – data de alteração: 24/03/2008;</p> <p>10.104 – Regimento Interno – data de aprovação: 20/5/1993 – data de alteração: 1/1/2010;</p> <p>10.105 – Regulamento de Pessoal – data de aprovação: 10/05/1993 – data de alteração: 30/03/1997;</p> <p>MOC – Manual de Operações Conab;</p> <p>NOC – Normas da Organização.</p>	
<p><b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b></p>	
<p><b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b></p>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
135182	Conab Sede da Sureg Minas Gerais
135183	Unidade Estoque Estratégico
135184	Núcleo Estoque Regulador/MG – PGPM
135185	UA – Uberaba
135186	UA –Uberlândia
135187	UA –Passa Quatro
135431	Mercado de Opções/MG
135474	UA –São Sebastião do Paraíso
135475	UA –Conceição do Rio Verde
135482	UA –Juiz de Fora
135483	UA –Varginha
135491	UA –Perdões
135492	UA –Campos Altos

135494	UA –Montes Claros
135562	Unidade Conab PAA Minas Gerais
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI: 22211</b>	<b>Nome: Companhia Nacional de Abastecimento</b>
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
135182	22211
135183	22211
135184	22211
135185	22211
135186	22211
135187	22211
135431	22211
135474	22211
135475	22211
135482	22211
135483	22211
135491	22211
135492	22211
135494	22211
135562	22211

## 2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010

### 2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A **missão** institucional da Conab é “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**”

A Companhia tem por objetivos:

- **planejar, normatizar e executar** a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- **implementar** a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- **executar** as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- **coordenar** ou **executar** as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- **encarregar-se da execução** das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- **desenvolver ações** no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observando o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- **participar** da formulação da política agrícola; e
- **exercer outras atividades**, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de

acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos–Saфра.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico–operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

### **2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização**

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos–PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A **PGPM** atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresário na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum – TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café em milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se dispõem a adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola – SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas no Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos–PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

### **2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do **Programa de Aquisição de Alimentos–PAA**, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos específicos de política agrícola para o segmento. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Programa Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR–Estoque**, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR–Doação**, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.
- **Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF** tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo executada diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar – geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2010 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$ 402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

### **2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento**

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e com o Ministério da Integração Nacional–MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Programa Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Programa Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Programa Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacado a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2010, para o Estado do Amazonas. Nesse ano, foram cadastradas 185 unidades de novos varejistas, e disponibilizada para comercialização em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

#### **2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas**

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes à: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar - PGPAF; Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, são de extrema relevância para a

formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecerem a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção – CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de

sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc., complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu à elaboração de estimativas da produção de café,

laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propicia ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc.), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasa), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

### **2.1.5 – Gestão de Estoques–Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários**

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro–Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam–se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs–Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, o estoque médio equivale a 1.125.336 t, sendo 927.536 t de estoques do governo e 197.800 t de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar–se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto–PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada–Prop.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Programa Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos

estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

## **2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais**

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual–2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

### **2.2.1 – Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos**

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos–PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos–PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias–primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA tem por objetivo, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

### **2.2.2 – Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar**

O Programa de Aquisição de Alimentos–PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o

número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAA Net, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome–MDS e do Desenvolvimento Agrário–MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar–CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar–CPR–Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR–Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não conta com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

### **2.2.3 – Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos**

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentário/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

#### **2.2.4 – Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte**

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos–REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.
- Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

#### **2.2.5 – Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros**

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização – Sinac – que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasa para Estados e Municípios – boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br) com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasa, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasa, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

## **2.3 – Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ**

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg MG inseridas em Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentário/financeiras, recebidas na Matriz, em Brasília, e repassadas às regionais para execução.

### **2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ**

#### **2.3.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar**

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias–Coamo
- **Público–Alvo (beneficiários):** O público–alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
  - a) **Produção Nacional de Grãos:**  
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano–safra.
  - b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:**

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

**c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma:**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

**d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca:**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

**e) Margem de Disponibilidade de Trigo:**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

**f) Margem de Disponibilidade de Milho:**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

**g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:**

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos–PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções–BB Garantia de Preços)].

**h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários:**

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

### **2.3.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária**

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público–Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola–SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

### **2.3.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

## 2.3.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

### 2.3.2.1 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ

**Tabela I – Resultados da Ação (0022)**

<b>(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 001687 – Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	314.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	–	
<b>Dotação Final</b>	<b>31.467.764,00</b>	<b>314.000,00</b>	<b>1,00</b>
Execução Orçamentária	31.412.433,87	313.125,73	1,00
<b>Índice</b>	<b>99,82</b>	<b>99,72</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Suplementações/Cancelamentos

Decreto de 07/07/2010 – R\$5195246,00

Decreto de 02/08/2010 – R\$10.438,970,00

Decreto de 12/11/2010 – R\$931.387,00

Decreto de 06/12/2010 – R\$2.372.877,00

Decreto de 16/12/2010 – R\$529.284,00

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg MG era de R\$314.000,00, sendo liquidado no exercício R\$313.125,73 (99,72%), com depósitos compulsórios (R\$256.816,54) e cumprimento de sentenças (R\$56.309,19).

Dentre os depósitos compulsórios inserem-se valores despendidos em garantia de execuções, a fim de evitar a incursão da Companhia em penalidades, como a multa de 10% (dez por cento) prevista no artigo 475-J do CPC. Não obstante essa não seja, s.m.j., a melhor interpretação, parte significativa da magistratura trabalhista do Estado de Minas Gerais entende ser aplicável ao Processo do Trabalho a previsão do dispositivo legal acima mencionado, sendo que, a fim de minimizar qualquer risco, sem prejuízo de discutir a legalidade desse entendimento, a opção

adotada tem sido, quando disponíveis recursos, garantir as execuções, escapando à discussão acerca da incidência da multa.

### 2.3.2.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

**Tabela II – Resultados da Ação (20CW)**

<b>(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 030856 – Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	39.050,00	
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	0
<b>Dotação Final</b>	<b>467.307,00</b>	<b>39.050,00</b>	<b>8,36</b>
Execução Orçamentária	466.920,20	39.022,01	8,36
<b>Índice</b>	<b>99,92</b>	<b>99,93</b>	<b>–</b>
Meta Física	2.596	170	6,55
Execução Física	2.320	147	6,34
<b>Índice</b>	<b>89,37</b>	<b>86,47</b>	<b>–</b>

Fonte: Geare e Gebem

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab, foi aprovada na LOA/2010 dotação orçamentária inicial de R\$467.307,00 e para a Sureg MG foi descentralizado o crédito de R\$39.050,00. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$39.022,01, perfazendo 99,93% da dotação orçamentária.

No acumulado de 2010, a média mensal de empregados foi de 147, isto é, 86,47% da meta física mensal de 170 empregados.

### Quadro II – Indicador Percentual de Atendimento no SAS – Exames Periódicos

<b>Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>86,47</b>

Em relação à meta estabelecida para 2010, houve uma redução de 13,53% no percentual de atendimento do Serviço de Assistência à Saúde – Periódicos, em decorrência das dificuldades encontradas por alguns empregados para realização dos exames, principalmente aqueles cedidos a outros órgãos da administração federal, localizados em municípios pequenos e distantes dos grandes centros urbanos, que não contam com estabelecimentos e profissionais de saúde (hospitais, clínicas e laboratórios). Ressalte-se ainda que, nestes casos, as despesas com o deslocamento e pagamento dos exames são custeadas pelo empregado, para posterior ressarcimento pela Companhia.

### Quadro III – Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS – Exames Periódicos

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>99,93</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

#### 2.3.2.3 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de

Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GESAS

**Tabela III – Resultados da Ação (2004)**

<b>(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 024581 – Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	855.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	0,00	0
<b>Dotação Final</b>	<b>22.553.050,00</b>	<b>855.000,00</b>	<b>3,79</b>
Execução Orçamentária	22.528.324,99	852.329,03	3,78
<b>Índice</b>	<b>99,89</b>	<b>99,69</b>	<b>–</b>
Meta Física	14.849	790	5,32
Execução Física	15.104	806	5,34
<b>Índice</b>	<b>101,72</b>	<b>102,03</b>	<b>–</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010 dotação orçamentária inicial de R\$14.882.545,00 com suplementações de R\$1.500.000,00, conforme Decreto de 21/07/2010, R\$4.570.505,00, conforme Decreto de 08/09/2010 e R\$1.600.000,00, conforme Decreto de 24/12/2010, totalizando dotação orçamentária de R\$22.553.050,00, sendo descentralizado a Sureg MG o crédito de R\$855.000,00. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$852.329,03, perfazendo 99,69% da meta financeira.

No acumulado de 2010, a média mensal de beneficiários foi de 806, isto é, 102,03% da meta física de 790 beneficiários mensais.

**Quadro IV – Ação 0024 – Execução Física e Execução Orçamentária**

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	710	790	11,27	776.000,00	855.000,00	10,18
<b>Execução</b>	<b>712</b>	<b>806</b>	<b>13,2</b>	<b>775.288,03</b>	<b>852.329,03</b>	<b>9,94</b>
<b>Percentual de Execução</b>	<b>100,28169</b>	<b>102,025316</b>	<b>–</b>	<b>99,91</b>	<b>99,69</b>	<b>–</b>
<b>Gasto per capita (R\$)</b>				<b>1.088,89</b>	<b>1.057,48</b>	<b>–</b>

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Em razão do aumento de 9,21% no número de empregados em relação ao exercício anterior, a execução física de atendimentos teve uma variação de 13,20%. Com relação ao gasto por atendimento, houve um aumento motivado por procedimentos mais complexos e, consequentemente, de maior custo.

### Quadro V – Ação 0024 – Elemento de despesas

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	–	103.960,33	391.179,08	30.062,25	–	525.201,66
2008	8.288,00	98.781,58	423.901,81	28.762,78	–	559.734,17
2009	7.834,00	126.052,12	602.736,70	38.665,21	–	775.288,03
2010	3.780,00	130.928,01	674.919,50	42.701,52	–	852.329,03

Fonte: Siafi

### Quadro VI – Indicador Percentual de Atendimento no SAS

<b>Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>63,70</b>
<b>2008</b>			<b>60,90</b>
<b>2009</b>			<b>100,28</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>102,03</b>

Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador.

Comparativamente ao exercício de 2009, houve uma variação de 13,2% no percentual de atendimento do Serviço de Assistência à Saúde, em decorrência do aumento do número de empregados, principalmente o retorno dos anistiados.

### Quadro VII – Indicador Percentual de Execução Financeira do SAS

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>99,85</b>
<b>2008</b>				<b>99,95</b>
<b>2009</b>				<b>99,91</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>99,69</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

### Quadro VIII – Indicador do Custo por Atendimento do SAS

<b>Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)</b>				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SA				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)$				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>941,22</b>
<b>2008</b>				<b>940,73</b>
<b>2009</b>				<b>1.088,89</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>1.088,89</b>	<b>Realizado</b>	<b>1.057,48</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

### 2.3.2.4 – (2011) Auxílio–Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio–transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale–transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice–versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165–36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio–transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale–transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice–versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem.

**Tabela IV – Resultados da Ação (2011)**

<b>(2011) Auxílio–Transporte aos Servidores e Empregados</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 01685 – Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	438.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>7.085.326,00</b>	<b>438.000,00</b>	<b>6,18</b>
Execução Orçamentária	6.981.555,76	437.661,90	6,27
<b>Índice</b>	<b>98,54</b>	<b>99,92</b>	
Meta Física	3.897	230	5,90
Execução Física	3.771	227	6,02
<b>Índice</b>	<b>96,77</b>	<b>98,70</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$6.823.390,00, acrescida das suplementações nos valores de R\$201.936,00 e R\$60.000,00, consoante Decretos de 28/09/2010 e 24/12/2010, respectivamente, totalizando R\$7.085.326,00, tendo sido descentralizado para a Sureg MG o montante de R\$438.000,00.

A Sureg MG teve como meta física atender 230 beneficiários/mês durante o ano de 2010, tendo sido beneficiados no mês de dezembro, 227 empregados, o que corresponde a 98,70% do previsto.

As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$437.661,90 representando 99,92% da dotação orçamentária de R\$438.000,00.

### Quadro IX – Ação 2011 – Execução Física e Execução Orçamentária

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	170	230	35,29	383.000,00	438.000,00	14,36
<b>Execução</b>	<b>203</b>	<b>227</b>	<b>11,82</b>	<b>382.851,23</b>	<b>437.661,90</b>	<b>14,32</b>
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	13	5	-61,54	13.510,29	8.432,60	-37,58
Em pecúnia	190	222	16,84	369.340,94	429.229,30	16,21
<b>Percentual de Execução</b>	<b>119,412</b>	<b>98,6957</b>	<b>-</b>	<b>99,96</b>	<b>99,92</b>	<b>-</b>
<b>Gasto per capita (R\$)</b>				<b>1.885,97</b>	<b>1.928,03</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi e Gebem

### Quadro X – Indicador Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
<b>2007</b>			<b>94,52</b>
<b>2008</b>			<b>111,26</b>
<b>2009</b>			<b>119,41</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>
			<b>98,70</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

### Quadro XI – Indicador Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte	
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos	
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>93,31</b>
<b>2008</b>			<b>98,26</b>
<b>2009</b>			<b>99,96</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100</b>	<b>Realizado</b>
			<b>99,92</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

Comparativamente ao exercício de 2009, houve uma variação de 2,23% no custo por atendimento, em decorrência do aumento do valor das tarifas de transporte.

### Quadro XII – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio–Transporte

<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio–Transporte</b>			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio–Transporte			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio–Transporte			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)$			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>1.487,55</b>
<b>2008</b>			<b>1.783,86</b>
<b>2009</b>			<b>1.885,97</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>1.885,97</b>	<b>Realizado</b>
			<b>1.928,03</b>

#### 2.3.2.5 – (2012) Auxílio–Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio–alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou tíquete–alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio–alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de

vale ou tíquete–alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

**Tabela V – Resultados da Ação (2212)**

<b>(2012) Auxílio–Alimentação aos Servidores e Empregados</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 001684 – Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	1.360.000,00	–
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	0,00	–
<b>Dotação Final</b>	<b>23.153.755,00</b>	<b>1.360.000,00</b>	<b>5,87</b>
Execução Orçamentária	23.123.978,63	1.358.840,00	5,88
<b>Índice</b>	<b>99,87</b>	<b>99,91</b>	<b>–</b>
Meta Física	4.003	235	5,87
Execução Física	4.329	248	5,73
<b>Índice</b>	<b>108,14</b>	<b>105,53</b>	<b>–</b>

Fonte: SIAFI, Supor e Gebem

No exercício de 2010 o crédito orçamentário foi de R\$19.092.224,00, acrescido das suplementações nos valores de R\$2.925.993,00, R\$1.035.538,00 e R\$100.000,00, conforme Decretos de 20/05/2010, 08/10/2010 e 24/12/2010, totalizando R\$23.153.755,00, dos quais foram descentralizados R\$1.360.000,00 para a Sureg MG.

A Sureg MG previa o atendimento a 235 empregados e beneficiou 248 (105,53% da meta). Esse aumento de atendimentos é decorrente da readmissão de empregados beneficiados com a Lei de anistia. Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$1.360.000,00 e executou R\$1.358.840,00 (99,91%), o que equivale a 5,88% da execução orçamentária nacional.

**Quadro XIII – Ação 2012 – Execução Física e Execução Orçamentária**

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	190	235	23,68	1.132.100,00	1.360.000,00	20,13
<b>Execução</b>	<b>220</b>	<b>248</b>	<b>12,73</b>	<b>1.132.060,00</b>	<b>1.358.840,00</b>	<b>20,03</b>
<b>Percentual de Execução</b>	<b>115,789474</b>	<b>105,531915</b>	<b>–</b>	<b>100,00</b>	<b>99,91</b>	<b>–</b>
<b>Gasto per capita (R\$)</b>				<b>5.145,73</b>	<b>5.479,19</b>	<b>–</b>

Fonte: SIAFI, Supor e Gesas

#### Quadro XIV – Indicador Percentual de Atendimento do Auxílio–Alimentação

<b>Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio–Alimentação</b>			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio–Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>99,32</b>
<b>2008</b>			<b>111,04</b>
<b>2009</b>			<b>115,79</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>105,53</b>

Em relação à meta estabelecida para 2010, houve uma variação de 5,53% no percentual de atendimento do Auxílio–Alimentação, em decorrência do aumento do número de empregados, principalmente o retorno dos anistiados.

#### Quadro XV – Indicador Percentual de Execução Financeira do Auxílio–Alimentação

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio–Alimentação</b>			
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio–Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>99,97</b>
<b>2008</b>			<b>98,56</b>
<b>2009</b>			<b>100,00</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>99,91</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

### Quadro XVI – Indicador do Custo por Atendimento do Auxílio–Alimentação

<b>Nome: Custo por Atendimento do Auxílio–Alimentação</b>			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio–Alimentação			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio–Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>4.429,62</b>
<b>2008</b>			<b>4.955,42</b>
<b>2009</b>			<b>5.145,73</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>5.145,73</b>	<b>Realizado</b>
			<b>5.479,19</b>

Comparativamente ao exercício de 2009, houve uma variação de 6,48% no custo por atendimento do Auxílio–Alimentação, em decorrência do aumento do valor unitário dos créditos no Cartão Magnético a partir do mês de set/2009, passando de R\$ 17,00 para R\$ 20,00.

#### 2.3.2.6 – (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal (AGF) e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendências Regionais da Conab nos Estados
- **Responsável Regional da Ação:** Luiz Eduardo Marques Dumont

**Tabela VI – Resultados da Ação (2130)**

<b>(2130) Formação dos Estoques Públicos</b>			
Controle: SIAFI –PTRES 1678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial (R\$)	2.300.000.000,00	0,00	–
Suplementação/cancelamento	0,00	0,00	–
<b>Dotação Final</b>	<b>2.300.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,04</b>
Execução Orçamentária (R\$)	1.257.049.773,91	690.746,19	0,05
Índice (%)	54,65	69,07	–
Meta Física –fiscalização realizada (unid)	3.517.000		4,55
Execução Física	1.036.732		6,84
Índice (%)	29,48		–

Fonte: Siafi, Gepor e Gefoc

A dotação orçamentária global para o exercício de 2010 é de R\$2.300.000.000,00, entretanto, a execução orçamentária foi de R\$1.257.049.773,91, ou seja, 54,65% da dotação inicial. Em Minas Gerais, a dotação orçamentária foi estabelecida em R\$1.000.000,00, correspondendo a 0,04% da dotação da Conab, mas a execução efetiva foi da ordem de R\$690.746,19, representando 69,07% da inicial.

A meta física estabelecida para 2010 para a Sureg MG previa a aquisição consolidada para a Companhia de 160.000 t de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas durante o exercício, 70.894 t de diversos produtos, ou seja, 44,31% da meta física inicial, representando 6,84% da execução nacional.

### Quadro XVII: Detalhamento das aquisições de produtos agrícolas efetivadas no âmbito da Conab durante o exercício de 2010

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)
BA	Café	–	–	504.000	2.564.748,00	504.000	2.564.748,00
	Milho	10	10,00	–	–	10	10,00
	Sisal	1.351.822	1.405.894,88	–	–	1.351.822	1.405.895,00
<b>Subtotal</b>		<b>1.351.832</b>	<b>1.405.904,88</b>	<b>504.000</b>	<b>2.564.748,00</b>	<b>1.855.832</b>	<b>3.970.653,00</b>
ES	Café	164.280	657.530,70	312.000	1.613.820,00	476.280	2.271.351,00
<b>Subtotal</b>		<b>164.280</b>	<b>657.530,70</b>	<b>312.000</b>	<b>1.613.820,00</b>	<b>476.280</b>	<b>2.271.351,00</b>
GO	Feijão	2.923.140	3.905.374,12	–	–	2.923.140	3.905.374,00
	Milho	138.575.092	40.314.139,79	–	–	138.575.092	40.314.140,00
<b>Subtotal</b>		<b>141.498.232</b>	<b>44.219.513,91</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>141.498.232</b>	<b>44.219.514,00</b>
MG	Café	–	–	60.142.567	312.399.854,42	60.142.567	312.399.854,00
	Milho	10.750.945	3.128.525,00	–	–	10.750.945	3.128.525,00
<b>Subtotal</b>		<b>10.750.945</b>	<b>3.128.525,00</b>	<b>60.142.567</b>	<b>312.399.854,42</b>	<b>70.893.512</b>	<b>315.528.379,00</b>
MS	Milho	36.026.982	10.017.103,72	351.000	110.214,00	36.377.982	10.127.318,00
	Trigo	2.981.883	1.755.248,91	–	–	2.981.883	1.755.249,00
<b>Subtotal</b>		<b>39.008.865</b>	<b>11.772.352,63</b>	<b>351.000</b>	<b>110.214,00</b>	<b>39.359.865</b>	<b>11.882.567,00</b>

MT	Milho	43.363.126	10.088.008,36	2.106.000	535.410,00	45.469.126	10.623.418,00
<b>Subtotal</b>		<b>43.363.126</b>	<b>10.088.008,36</b>	<b>2.106.000</b>	<b>535.410,00</b>	<b>45.469.126</b>	<b>10.623.418,00</b>
PR	Café	–	–	1.267.800	6.496.165,74	1.267.800	6.496.166,00
	Feijão	20.826.236	27.823.013,84	–	–	20.826.236	27.823.014,00
	Milho	108.081.968	31.451.852,68	–	–	108.081.968	31.451.853,00
	Trigo	227.757.208	116.563.541,41	–	–	227.757.208	116.563.541,00
<b>Subtotal</b>		<b>356.665.412</b>	<b>175.838.407,93</b>	<b>1.267.800</b>	<b>6.496.165,74</b>	<b>357.933.212</b>	<b>182.334.574,00</b>
RS	Feijão	28.829	38.437,71	–	–	28.829	38.438,00
	Trigo	319.148.594	157.172.747,21	–	–	319.148.594	157.172.747,00
<b>Subtotal</b>		<b>319.177.423</b>	<b>157.211.184,92</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>319.177.423</b>	<b>157.211.185,00</b>
SC	Feijão	2.688.900	3.585.110,37	–	–	2.688.900	3.585.110,00
	Trigo	7.514.160	3.975.904,80	–	–	7.514.160	3.975.905,00
<b>Subtotal</b>		<b>10.203.060</b>	<b>7.561.015,17</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>10.203.060</b>	<b>7.561.015,00</b>
SP	Café	–	–	6.096.410	31.545.111,10	6.096.410	31.545.111,00
	Feijão	9.495.616	12.615.644,85	–	–	9.495.616	12.615.645,00
	Milho	26.229.288	7.632.722,81	–	–	26.229.288	7.632.723,00
	Trigo	8.045.073	4.368.608,82	–	–	8.045.073	4.368.609,00
<b>Subtotal</b>		<b>43.769.977</b>	<b>24.616.976,48</b>	<b>6.096.410</b>	<b>31.545.111,10</b>	<b>49.866.387</b>	<b>56.162.088,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>965.953.152</b>	<b>436.499.419,98</b>	<b>70.779.777</b>	<b>355.265.323,26</b>	<b>1.036.732.929</b>	<b>791.764.743,00</b>

Fonte: Siafi/Suope

Em 31/12/2010, os estoques públicos constituídos de café, milho, sisal, feijão e trigo vinculados às operações da PGPM e Contrato de Opção, em nível nacional, totalizaram 1.036.732.929 kg correspondente a R\$ 791.764.742,00.

Em Minas Gerais adquiriu-se 70.894 t de produtos, sendo, 60.143 t de café através das operações de Contratos de Opção (aviso 216/09) e 10.751 t de milho em grãos a granel através das operações de Aquisições do Governo Federal – AGF.

O custo total das aquisições realizadas sob jurisdição da Sureg MG é de R\$315.358.379,00, sendo gasto a compra de café R\$312.399.854,00 (60.142t) e com o milho o montante de R\$3.128.525,00 (10.750t). O valor gasto com as aquisições dos produtos governamentais em Minas Gerais representa 39,83% do montante usado pela Conab.

#### Quadro XVIII – detalhamento das aquisições de embalagens efetivadas no âmbito da Conab durante o exercício de 2010

Sureg	AGF		Contrato de Opção		Total
	Quant.(und)	Valor (R\$)	Quant.(und)	Valor (R\$)	Quant.(und)
BA	0	0,00	8.400	25.872,00	8.400
ES	2.488	7.663,04	5.200	16.016,00	7.688
GO	47.378	35.592,64	0	0,00	47.378
MG	0	0,00	1.009.600	3.422.298,06	1.009.600
MT	22.440	22.215,60	0	0,00	22.440
PR	365371	274.654,62	21130	65.080,40	386501
SC	48.540	42.022,32	0	0,00	48.540
SP	174.209	143.229,73	120.821	409.472,68	295.030
<b>Total</b>	<b>660.426</b>	<b>525.377,95</b>	<b>1.165.151</b>	<b>3.938.739,14</b>	<b>1.825.577</b>

Fonte: SUOPE/GEFOC

No âmbito nacional, a Conab adquiriu 1.825.588 unidades de embalagens na sigla de Contrato de Opção (1.165.151 unidades) e PGPM/AGF (660.426 unidades), para acondicionamento de diversos produtos, com custo total de R\$4.464.117,09.

Em Minas Gerais foram adquiridas 1.009.600 unidades de embalagens novas vinculadas às operações de Contratos de Opção, representando 86,65% da compra realizada a nível global. A maior parte destas embalagens refere-se às sacas de junta nova indenizadas aos adquirentes de contratos de Opção de Café relativo ao aviso 216/09.

### Quadro XIX – Detalhamento da Natureza das Despesas

NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	2010		
	MG	Matriz	Conab
Aquisição de mercadorias para revenda	269.805.099,73	0,00	269.805.099,73
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	115.407,74	0,00	115.407,74
Embalagens	56.983,63	107,12	57.090,75
COFINS	0,00	45.441,35	45.441,35
PASEP	0,00	9.740,85	9.740,85
Armazenagem	8.325.778,24	115.923.979,16	124.249.757,40
Seguros em geral	0,00	6.456.564,88	6.456.564,88
Comissões e corretagens	516.466,65	587.421,96	1.103.888,61
ICMS	2.746.223,34	46.310,44	2.792.533,78
ISS	0,00	56.617,77	56.617,77
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS–Produtor rural	7.420.238,41	0,00	7.420.238,41
Encargos financeiros	109,26	0,00	109,26
Serviços de terceiros	0,00	6.943,09	6.943,09
Ensaque e reensaque	0,00	0,00	0,00
INSS–Armazenagem	0,00	0,00	0,00
Análises laboratoriais	264.278,00	0,00	264.278,00
Taxas e pedágios	0,00	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	14.446.640,01	495.488,56	14.942.128,57
Editais e publicações	0,00	46.554,88	46.554,88
<b>Total</b>	<b>303.697.225,01</b>	<b>123.675.170,06</b>	<b>427.372.395,07</b>

Fonte: Siafi/Suope/Suarm

No Quadro acima encontram-se os valores das despesas detalhadas nas aquisições realizadas em Minas Gerais, como transporte, encargos financeiros, seguro, serviços de armazenagens, capatazia, estiva e braçagem, pesagem etc.

#### a) Movimentação dos Estoques Públicos.

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

No período considerado foi contratada, via leilão, a remoção de 123.155 t de milho em grão a granel, vinculadas às operações de Contratos Públicos de Opção de Venda e da PGPM/AGF. Do total contratado foram efetivamente removidas 114.208t canceladas 4.785 t e outras 4.162 t deverão ser removidas no início do exercício de 2011, conforme detalhamento do Quadro abaixo:

### Quadro XX – Demonstrativo das Remoções de Milho Contratadas em Minas Gerais

Origem	Destino	Preço (R\$)		Quantidade (t)				
		abertura	fechamento	contratada	removida	cancelada	aditada	a remover
MG	AL	647.342,91	510.279,82	2.500	2.500	0	0	0
	CE	5.528.219,13	3.651.225,02	15.600	15.600	0	0	0
	MG	125.319,96	105.119,75	958	958	0	0	0
	PB	1.016.664,81	847.892,50	3.500	3.500	0	0	0
<b>Total</b>		<b>6.317.546,81</b>	<b>5.114.517,09</b>	<b>22.558</b>	<b>22.558</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
GO	MG	3.170.513,24	2.642.190,57	53.328	53.328	0	0	0
MS		285.186,00	239.949,68	4.785	0	4.785	0	0
MT		1.863.577,50	1.863.577,50	18.653	18.653	0	0	0
		2.412.342,30	2.038.762,96	11.649	10.319	0	0	1.330
		5.881.555,18	4.849.022,13	27.874	25.692	0	0	2.182
	1.380.232,26	1.238.626,27	6.866	6.216	0		650	
<b>Total</b>		<b>14.993.406,48</b>	<b>12.872.129,11</b>	<b>123.155</b>	<b>114.208</b>	<b>4.785</b>		<b>4.162</b>

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gemov

#### b) Remoção de Produtos da PGPM/AGF

Dos saldos de produtos estocados em Minas Gerais foram removidos para a região do Norte, contemplando os Estados de Alagoas, Ceará e Paraíba, 22.558 t de milho destinados ao Programa de Venda em Balcão.

Realizou-se também uma remoção estadual de 958 t de milho que se encontrava depositado da COANOR – Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro Ltda. localizada em Unaí/MG para a unidade armazenadora de Juiz de Fora/MG, para atender ao Programa de Venda em Balcão.

Os estoques de milho foram transferidos do Estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, com o intuito de liberar espaço para recebimento da safra agrícola, determinações judiciais, desvio de mercadorias, falta de contrato de depósito e formação de estoques reguladores em Minas Gerais

Os produtos destinados a formação dos estoques reguladores, como açúcar, farinha, feijão, leite em pó foram armazenados em unidades próprias para posterior distribuição aos programas governamentais de combate a fome.

Quanto às cestas básicas (mercadorias diversas), foram distribuídas pela Defesa Civil à população carente em estado de risco alimentar. Este programa é coordenado diretamente pela Defesa Civil do Estado de Minas Gerais. A participação da Conab restringe ao transporte e ao armazenamento dos gêneros alimentícios.

### **b.1) Remoção de milho da PGPM/AGF para Minas Gerais:**

Foi contratado o transporte para remoção de 123.155 t de milho para o Estado de Minas Gerais, sendo que efetivamente foram transportadas 114.208 t representando 92,73% da quantidade contratada. Devido a problemas operacionais foi cancelada a remoção de 4.785 t de milho. O saldo remanescente de 4.162 t será removido no exercício de 2011.

Os estoques removidos de outros Estados foram albergados nas unidades armazenadoras próprias da Conab, localizadas em Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora e nos armazéns da CASEMG localizadas em diversas localidades em Minas Gerais.

### **c) Posição dos Estoques Públicos em Minas Gerais**

No final do exercício de 2010 encontrava-se sob a jurisdição da Sureg MG o montante 336.137 t de produtos governamentais, 45,73 % a mais que no ano anterior. Este estoque é constituído de café (83.366,3t), feijão (5.600 t), milho (245.10 t) e trigo (2.160 t).

Além destes estoques existiam também 201.946 sacas de polipropileno novas. Houve uma redução da ordem de 39,31% com relação ano anterior. A redução foi ocasionada em função da utilização de parte das embalagens para acondicionar o milho destinado às operações do Programa de Venda em Balcão na unidade armazenadora da Conab localizada em Juiz de Fora/MG.

No Quadro nº XXI encontram-se os estoques públicos que foram adquiridos pela Sureg MG, no ano de 2010, visando a formação de estoques reguladores.

### **Quadro XXI – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos adquiridos no exercício de 2010 (AGF e Contratos de Opção)**

UF	Produto (t)								Total (t)			Sacaria (unidade)	
	Café		Fécula	Feijão		Milho		Trigo		AGF	CO		Geral
	AGF	CO	AGF	AGF	AGF	CO	AGF	CO					
MG	–	60.143	–	–	10.751	–	–	–	10.751	60.143	70.894	1.009.600	

Fonte: Conab/Dirab/Suope/Gecoe

### **2.3.2.7 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o

acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

➤ **Descrição:** Realização, in loco, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder ao registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

➤ **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento (Dirab)

➤ **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo

➤ **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques (Sufis) e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais (Gefis)

➤ **Responsável Regional da Ação:** Luiz Eduardo Marques Dumont

**Tabela VII – Resultados da Ação (2137)**

<b>(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares</b>			
Controle: SIAFI –PTRES 1690 –Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
<b>Dotação Orçamentária (R\$)</b>	<b>3.100.000,00</b>	<b>140.000,00</b>	5,71
Suplementação/Cancelamento	–	–	–
Dotação Final	3.100.000,00	140.000,00	4,52
<b>Execução Orçamentária (R\$)</b>	<b>2.603.751,25</b>	<b>118.069,13</b>	4,53
Índice (%)	83,99	84,34	–
Meta Física –fiscalização realizada (unid)	4200	300	7,14
Execução Física	8.880	479	5,39
<b>Índice (%)</b>	<b>211,00</b>	<b>159,67</b>	–

Fonte: Siafi, Supor e Gevep

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a fiscalização de 4.200 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$3.100.000,00.

Para a Sureg MG estava prevista dotação orçamentária de R\$140.000,00 e a realização de 300 fiscalizações, sendo realizadas durante o exercício 479 fiscalizações ao custo de R\$118.069,13.

#### **a) Fiscalização dos Estoques Públicos**

Durante o exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido vistoriados 8.880 unidades, localizadas em 25 unidades da federação e no Distrito Federal, superando a meta inicialmente prevista em 111,00%.

Foram fiscalizadas cumulativamente 40.179.048 t de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Programa Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,45% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização. Superou a meta física para o exercício em 14,80%. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

Em relação ao exercício de 2009, quando foram fiscalizadas 24.127.014 t, houve acréscimo de 66,53% na quantidade fiscalizada.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques (Sufis) estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg MG nos meses de janeiro/fevereiro, abril, junho/julho, agosto/setembro e novembro/dezembro.

Durante o exercício foram vistoriados 212 armazéns, sendo que alguns armazéns foram vistoriados mais de uma vez, quando foram fiscalizadas cumulativamente 1.655.016 t de produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, agricultura familiar, Programa Fome Zero, Terceiros e Varreduras), conforme detalhado no Quadro XXII.

**Quadro XXII – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Minas Gerais nos Exercícios de 2009 e 210.**

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoque Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoque Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	102.937	102.937	179.348	179.348
Contrato de Opção	532.371	532.371	1.416.678	1.415.912
Agricultura Familiar	2.102	2.102	3.136	3.136
Programa Fome Zero	6.618	6.618	5.382	5.382
Estoque Próprio	201	201	–	–
Varreduras	508	508	816	816
Terceiros	163.584	163.584	50.422	50.422
<b>Total</b>	<b>808.321</b>	<b>808.321</b>	<b>1.655.782</b>	<b>1.655.016</b>

Fonte: Gefis

Houve um acréscimo da ordem 24,93% no quantitativo de produtos fiscalizados quando comparado com o exercício anterior. O acréscimo na quantidade vistoriada ocorreu em função das aquisições dos cafés dos Contratos de Opção e compra de milho através das operações da PGPM/AGF.

Foram registradas em nível nacional perdas quantitativas (desvio e perdas em armazenagem) de 40.898 t. Nos armazéns do Estado de Minas Gerais foi registrado apenas o desvio de 766 t de milho

vinculado às operações de Contratos de Opção, sob jurisdição da Sureg MG, sendo o valor quitado pela Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Guaxupé, tão logo detectado o desvio.

**b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**

**Quadro XXIII – Demonstrativo de Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização**

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	–	–	–	1
AGF	–	–	–	–
PEPRO	–	17	34	2
PEP	–	–	–	74
VEP	–	–	–	–
PROP	–	–	–	–
Propostas de Seguro Rural	30	38	135	190
Subvenção aos Extrativistas	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>55</b>	<b>169</b>	<b>267</b>

Fonte: Gevep

Durante o exercício foram realizadas 267 fiscalizações dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, envolvendo visitas a propriedades rurais, para verificação da área declarada de produção, verificação do cadastro de pequenos produtores rurais, beneficiários do Programa Vendas em Balcão, e da documentação de comprovação das operações de PEP, VEP, PROP e PEPRO. Em relação ao exercício de 2009 houve um acréscimo de 57,99% nessas operações, conforme demonstrado no Quadro XXIII.

**Quadro XXIV – Demonstrativo dos Elementos de Despesas com a Fiscalização dos Estoques Governamentais em Minas Gerais – ano 2010**

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		
				Pes. Física	Pes. Jurídica	
2007	69.677,50	12.234,55	121.202,45	0,00	1.080,95	<b>206.704,44</b>
2008	60.530,00	9.372,26	43.217,59	0,00	248,60	<b>113.368,45</b>
2009	78.095,00	11.088,10	33.721,55	0,00	285,00	<b>125.709,65</b>
2010	84.546,00	10.728,70	55.742,04	0,00	214,40	<b>151.231,14</b>

Fonte: Siafi

Em face das características operacionais da Ação, e pelo reduzido número de fiscais e classificadores nas Regionais, implicando no deslocamento de empregados para comporem as equipes, principalmente daqueles lotados na Matriz, 89,11% das despesas correntes realizadas referem-se a diárias e despesas com locomoção.

Na execução da Ação foram gastos R\$118.069,13, sendo R\$80.207,00 com diárias, o restante, ou seja, R\$37.862,13 foram gastos com material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros (pessoa jurídica). Em relação ao valor total gasto na Ação, os pagamentos realizados pela Sureg MG representaram 4,53%.

Todo o processo de fiscalização segue orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab – MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004), ou, ainda, em orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

### c) Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola–SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na Ação **2272 – Gestão e Administração do Programa**.

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março e para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

### Quadro XXV – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	Total
AL	2	–	–	2
BA	22	1	22	45
DF	2	–	1	3

ES	3	–	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	–	–	1	1
PI	8	–	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	–	–	1
RO	2	–	–	2
RS	246	1	33	280
SC	140	–	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
<b>Total</b>	<b>1.471</b>	<b>35</b>	<b>466</b>	<b>1.972</b>

Fonte: Sufis/Gesup

Em Minas Gerais, para cumprir o plano de trabalho estabelecido inicialmente, foram realizadas 190 fiscalizações em propriedades localizadas em diversas regiões do Estado. Os empreendimentos executados pela Superintendência Regional representam 9,63% dos efetivamente realizados em nível nacional.

No exercício de 2010, foram fiscalizadas 61 (sessenta e uma) apólices de seguro rural, sendo esta operação realizada por quatro empregados devidamente qualificados para os trabalhos de fiscalização.

Na execução das operações foram liquidadas despesas no valor de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

#### Quadro XXVI – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros–Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
<b>Total</b>	<b>112.163,50</b>	<b>13.944,18</b>	<b>19.527,64</b>	<b>1.039,80</b>	<b>146.675,12</b>

Fonte: Siafi

As despesas com as operações de fiscalização do seguro rural em Minas Gerais, referentes ao Plano de Trabalho 2009/10 e 2010/11, foram pagas com os recursos da Ação de Fiscalização dos Estoques Governamentais.

### 2.3.2.8 – (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades–meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN

**Tabela VIII – Resultados da Ação (2272)**

<b>(2272) Gestão e Administração do Programa</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 001682/001688 – Programa de Trabalho –20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
<b>Dotação Orçamentária Inicial</b>	<b>378.742.641,00</b>	–	–
<b>Dotação Orçamentária Final</b>	<b>459.342.641,00</b>	<b>9.584.500,00</b>	<b>2,09</b>
Pessoal	359.742.641,00	5.790.000,00	1,61
Custeio	81.077.168,00	3.759.500,00	4,64
Investimentos	18.522.832,00	35.000,00	0,19
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>447.856.094,54</b>	<b>9.579.069,87</b>	<b>2,14</b>
Pessoal	356.605.474,56	5.787.304,94	1,62
Custeio	80.499.809,63	3.758.674,95	4,67
Investimentos	10.750.810,35	33.089,98	0,31
<b>Índice</b>	<b>97,50</b>	<b>99,94</b>	–

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada para a Conab foi de R\$459.342.641,00, sendo R\$359.742.641,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$81.077.168,00 para custeio e R\$18.522.832,00 para investimentos.

A dotação prevista para a Sureg MG foi de R\$9.584.500,00, sendo liquidado no período R\$9.579.069,87, representando 99,94% da dotação e 2,14% do gasto total.

Dentre os pagamentos realizados pela Sureg, as despesas de pessoal representaram 60,40%, o custeio 39,30% e os investimentos 0,03%, conforme detalhado a seguir.

**Quadro XXVII – Ação 2272 – Discriminação das Despesas de Pessoal, Custeio e Investimento**

Discriminação	MG			
	2007	2008	2009	2010
<b>Pessoal</b>	<b>10.554.794,93</b>	<b>12.289.671,60</b>	<b>14.217.865,04</b>	<b>5.787.304,94</b>
Outros benefícios assistenciais	14.731,30	6.700,00	33.450,00	885.594,26
Vencimentos e Vantagens Fixas	7.552.984,86	8.867.256,40	10.469.159,46	0,00
Obrigações patronais	2.662.522,07	3.110.824,69	722.475,89	1.013.397,75
Outras despesas variáveis	304.870,09	295.617,26	158.516,47	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	238.657,70
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	19.686,61	9.273,25	2.128,87	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	2.832.134,35	3.649.655,23
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Custeio</b>	<b>3.022.126,89</b>	<b>3.448.365,93</b>	<b>3.705.629,39</b>	<b>3.758.674,95</b>
Outros benefícios assistenciais	0,00	1.976,84	0,00	0,00
Diárias	100.017,90	155.926,43	225.060,99	436.385,65
Material de consumo	499.774,82	348.284,31	551.817,59	292.112,11
Passagens e Despesas com locomoção	45.647,40	69.090,62	48.992,61	41.114,41
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	55.203,37	53.955,93	78.256,23	95.606,60
Locação de mão-de-obra	658.722,36	662.569,03	639.451,46	854.943,92
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.451.467,73	1.774.832,20	1.988.253,22	1.928.532,47
Obrigações tributárias e contributivas	180.958,46	133.695,53	125.631,38	95.863,37
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	30.334,85	248.035,04	48.165,91	9.632,73
Material de consumo–Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros–Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas–Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	4.483,69
<b>Investimentos</b>	<b>86.454,51</b>	<b>254.775,43</b>	<b>6.120,20</b>	<b>33.089,98</b>
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	86.454,51	254.775,43	6.120,20	33.089,98
<b>Total</b>	<b>13.663.376,33</b>	<b>15.992.812,96</b>	<b>17.929.614,63</b>	<b>9.579.069,87</b>

Fonte: Siafi

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, de 2009 em relação aos exercícios anteriores, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nesta Regional eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada pela Regional.

**Quadro XVIII – Indicador do Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa</b>			
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Sufin			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>99,90</b>
<b>2008</b>			<b>99,89</b>
<b>2009</b>			<b>99,44</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>99,94</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

**2.3.2.9 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns**

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirab
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gerap
- **Coordenador nacional da ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional pela Ação:** Túlio Marcos Vasconcellos

**Tabela IX – Resultados da Ação (2829)**

<b>(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns</b>			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	–	–
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	260.000,00	1,24

a) Despesas Correntes	5.850.000,00	170.000,00	2,91
b) Despesas de Capital	15.200.000,00	90.000,00	0,59
<b>Execução Orçamentária (valor liquidado)</b>	<b>2.107.213,32</b>	<b>209.136,35</b>	<b>9,92</b>
a) Despesas Correntes	1.053.606,66	163.642,70	15,53
b) Despesas de Capital	1.053.606,66	45.493,65	4,32
<b>Restos a pagar</b>	<b>5.763.613,03</b>	<b>36.071,37</b>	<b>0,63</b>
a) Despesas Correntes	409.482,03	0,00	0,00
b) Despesas de Capital	5.354.131,00	36.071,37	0,67
<b>Execução total</b>	<b>7.870.826,35</b>	<b>245.207,72</b>	<b>3,12</b>
<b>Índice</b>	<b>37,39</b>	<b>94,31</b>	–
<b>Meta Física –unidade armazenadora</b>	<b>70</b>	<b>8</b>	–
Execução Física	88	9	<b>10,23</b>
<b>Índice</b>	<b>125,71</b>	<b>112,50</b>	–

Fonte: Supor e Siafi

Nota: Cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, conforme Decreto de 13/10/2010.

A meta prevista previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 8 unidades armazenadoras estabelecidas no estado de Minas Gerais, ao custo total de R\$260.000,00. Durante o exercício foram atendidas 9 unidades, representando 112,5% da meta.

A aplicação dos recursos, por unidade armazenadora, e os dados relativos às aquisições e contratações estão discriminados detalhadamente no Quadro XXX.

Entretanto, objetivando atingir nos próximos exercícios a meta de aplicação da totalidade dos recursos disponibilizados, a Sureg MG buscará uma maior interação com a Dirab e promoverá gestões para que seja recomposto o seu quadro técnico, ação esta indispensável para seja alcançada a meta estabelecida, a cada ano.

A Rede Armazenadora Própria da Conab no estado de Minas Gerais é constituída por 16 armazéns, agrupados em 10 unidades, com capacidade estática para 274.500 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa. A Unidade Armazenadora de Teófilo Otoni, embora já cadastrada com CNPJ e CDA da Conab, não foi computada na Rede Armazenadora Própria, visto que o imóvel, pertencente à União, encontra-se sob administração do Decaf, não tendo sido, ainda, cedido para a Conab.

#### Quadro XXIX – Demonstrativo de Armazéns por Unidade Armazenadora

Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Capacidade (t)	Tipo	Endereço
Campos Altos	1	10.000	Convencional	Av. Newton Ferreira de Paiva
Conceição do Rio Verde	1	19.200	Convencional	Rua da Estação, s/n.º
Juiz de Fora	1	19.200	Convencional	Rua Bruno Simili, n.º 47
Montes Claros	1	3.600	Convencional	Rua Francisco Peres de Souza
	1	2.200	Convencional	
	1	4.100	Convencional	
Passa Quatro	1	2.400	Frigorífico	Av. Dr. Paulo Nogueira de Luxa

Perdões	1	10.000	Convencional	Rod. BR 381 Fernão Dias
São Sebastião do Paraíso	1	10.300	Convencional	Rua Belmira Andrade Westin, s/n.º
Uberaba	1	25.800	Silo Plano	Rua Quatro, n.º 315 –DI –II –CAÇU
Uberlândia	1	6.000	Convencional	Rua Geraldo Moreira e Silva, n.º 2630
	1	6.000	Convencional	
	1	12.000	Convencional	
	1	18.000	Graneleiro	
	1	97.800	Silo Plano	
Teófilo Otoni			Convencional	Rua Miriam, s/n.º
Varginha	1	27.900	Convencional	Alameda do Café, n.º 1.000
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>274.500</b>	–	–

Fonte: Conab/Sureg MG

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção periódica e de um programa de investimentos que proporcionem a modernização das instalações e dos equipamentos, na medida em que não foram atendidas todas as demandas nos exercícios anteriores.

**Quadro XXX – Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras**

Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
		Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	
Sede Sureg MG	Aquisição de 1 termômetro digital	0,00	1.798,00	1.798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.798,00	1.798,00
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>1.798,00</b>	<b>1.798,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.798,00</b>	<b>1.798,00</b>
Uberaba	Implantação do projeto de adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico	0,00	9.002,65	9.002,65	0,00	0,00	0,00	0,00	9.002,65	9.002,65
	Construção de um depósito de agrotóxicos	0,00	15.615,00	15.615,00	0,00	1.735,00	1.735,00	0,00	17.350,00	17.350,00
	Serviços de recuperação do cercamento da unidade	22.872,55	0,00	22.872,55	0,00	0,00	0,00	22.872,55	0,00	22.872,55
	Serviços de reforma no sistema de ar comprimido	12.280,00	0,00	12.280,00	0,00	0,00	0,00	12.280,00	0,00	12.280,00
	Aquisição de material químico (Raoudup) para carpina nas dependências da unidade	381,10	0,00	381,10	0,00	0,00	0,00	381,10	0,00	381,10
	Aquisição de cabo para a estação meteorológica	23,65	0,00	23,65	0,00	0,00	0,00	23,65	0,00	23,65
	Aquisição de tinta para serviços de manutenção nas dependências da unidade	161,98	0,00	161,98	0,00	0,00	0,00	161,98	0,00	161,98
	Aquisição de materiais diversos para manutenção nas dependências da unidade	30,90	0,00	30,90	0,00	0,00	0,00	30,90	0,00	30,90
	Aquisição de materiais diversos para manutenção nas dependências da unidade	134,00	0,00	134,00	0,00	0,00	0,00	134,00	0,00	134,00
	Serviços de instalação de divisória, para uso do arquivo morto	995,00	0,00	995,00	0,00	0,00	0,00	995,00	0,00	995,00
	Aquisição de lona preta para cobertura das moegas	189,15	0,00	189,15	0,00	0,00	0,00	189,15	0,00	189,15
	Aquisição de lâmpadas e reatores para substituição	1.267,75	0,00	1.267,75	0,00	0,00	0,00	1.267,75	0,00	1.267,75

	Serviços de manutenção de uma furadeira elétrica	190,00	0,00	190,00	0,00	0,00	0,00	190,00	0,00	190,00
	Aquisição de material para manutenção	33,00	0,00	33,00	0,00	0,00	0,00	33,00	0,00	33,00
	Serviços de manutenção de veículo	90,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00	0,00	90,00
	Aquisição de material para manutenção do trator	131,00	0,00	131,00	0,00	0,00	0,00	131,00	0,00	131,00
	Aquisição de materiais para manutenção do cerda da unidade	72,00	0,00	72,00	0,00	0,00	0,00	72,00	0,00	72,00
	Aquisição de 1 termonebulizador portátil	0,00	4.845,00	4.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de material elétrico para manutenção	104,94	0,00	104,94	0,00	0,00	0,00	104,94	0,00	104,94
	Reforma de modernização do sistema de termometria	29.850,00	0,00	29.850,00	0,00	0,00	0,00	29.850,00	0,00	29.850,00
	<b>Total</b>	<b>68.807,02</b>	<b>29.462,65</b>	<b>98.269,67</b>	<b>0,00</b>	<b>1.735,00</b>	<b>1.735,00</b>	<b>68.807,02</b>	<b>31.197,65</b>	<b>100.004,67</b>
Uberlândia	Serviços de reforma do elevador de carga e passageiros	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
	Aquisição de 1 módulo indicador remoto para interligação da balança eletrônica rodoviária	0,00	2.233,00	2.233,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.233,00	2.233,00
	Aquisição de correias de borracha corrugada com duas lonas para as empilhadeiras horizontais	9.416,00	0,00	9.416,00	0,00	0,00	0,00	9.416,00	0,00	9.416,00
	Transporte de água para manutenção do gramado para a inauguração do armazém graneleiro	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
	Confecção de placas e painel	2.472,00	0,00	2.472,00	0,00	0,00	0,00	2.472,00	0,00	2.472,00
	Manutenção da chapa divisória bifurcada do silo Búfalo	170,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	170,00
	Aquisição de coroa de Dalla e eixo para manutenção do silo Búfalo	161,00	0,00	161,00	0,00	0,00	0,00	161,00	0,00	161,00
	Serviços de ampliação de painéis de todas as fases da construção do armazém graneleiro	5.692,40	0,00	5.692,40	0,00	0,00	0,00	5.692,40	0,00	5.692,40
	Aquisição de diversos materiais para manutenção	4.312,88	0,00	4.312,88	0,00	0,00	0,00	4.312,88	0,00	4.312,88
	Manutenção de veículo	1.578,00	0,00	1.578,00	0,00	0,00	0,00	1.578,00	0,00	1.578,00
	Aquisição de cadeados e cones para manutenção	186,00	0,00	186,00	0,00	0,00	0,00	186,00	0,00	186,00

	Aquisição de mancal e rolamento para manutenção do silo Búfalo	150,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	150,00
	Aquisição de sacaria de rafia para consumo	120,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	120,00
	Serviços de tratamento de imagens, fusões e recortes em fotografias das fases de construção do armazém graneleiro	950,00	0,00	950,00	0,00	0,00	0,00	950,00	0,00	950,00
	Aquisição de material de limpeza	279,40	0,00	279,40	0,00	0,00	0,00	279,40	0,00	279,40
	Manutenção de móveis	399,00	0,00	399,00	0,00	0,00	0,00	399,00	0,00	399,00
	Serviços de manutenção	779,00	0,00	779,00	0,00	0,00	0,00	779,00	0,00	779,00
	Aquisição de material para embalagem de produtos	200,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00
	Serviços de manutenção do trator	380,00	0,00	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00	0,00	380,00
	Aquisição e instalação de portões metálicos e fechamento das laterais em tubos	29.970,00	0,00	29.970,00	0,00	0,00	0,00	29.970,00	0,00	29.970,00
	Aquisição de calador graneleiro	0,00	0,00	0,00	0,00	624,08	624,08	0,00	624,08	624,08
	Aquisição de balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	Aquisição de homogeneizador	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
	Serviços complementares de engenharia para instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas	0,00	0,00	0,00	0,00	17.382,00	17.382,00	0,00	17.382,00	17.382,00
	Serviços de manutenção preventiva e corretiva no painel sinótico, nos sensores diretivos e demais componentes eletrônicos	29.400,00	0,00	29.400,00	0,00	0,00	0,00	29.400,00	0,00	29.400,00
	Aquisição de luminárias blindadas completas, tipo pendente	5.220,00	0,00	5.220,00	0,00	0,00	0,00	5.220,00	0,00	5.220,00
	<b>Total</b>	<b>94.835,68</b>	<b>14.233,00</b>	<b>109.068,68</b>	<b>0,00</b>	<b>19.688,23</b>	<b>19.688,23</b>	<b>94.835,68</b>	<b>33.921,23</b>	<b>128.756,91</b>
São Sebastião do Paraíso	Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	952,54	952,54	0,00	952,54	952,54
	<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>952,54</b>	<b>952,54</b>	<b>0,00</b>	<b>952,54</b>	<b>952,54</b>
Conceição do Rio Verde	Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	777,54	777,54	0,00	777,54	777,54

<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>777,54</b>	<b>777,54</b>	<b>0,00</b>	<b>777,54</b>	<b>777,54</b>
Juiz de Fora	Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>677,90</b>	<b>677,90</b>	<b>0,00</b>	<b>677,90</b>	<b>677,90</b>
Varginha	Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	777,54	777,54	0,00	777,54	777,54
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>777,54</b>	<b>777,54</b>	<b>0,00</b>	<b>777,54</b>	<b>777,54</b>
Perdões	Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>677,90</b>	<b>677,90</b>	<b>0,00</b>	<b>677,90</b>	<b>677,90</b>
Campos Altos	Aquisição e equipamentos para classificação de produtos vegetais	0,00	0,00	0,00	0,00	827,36	827,36	0,00	827,36	827,36
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>827,36</b>	<b>827,36</b>	<b>0,00</b>	<b>827,36</b>	<b>827,36</b>
Montes Claros	Aquisição de 1 calador de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	149,46	149,46	0,00	149,46	149,46
	Aquisição de 1 homogeneizador	0,00	0,00	0,00	0,00	677,90	677,90	0,00	677,90	677,90
	Aquisição de 1 termonebulizador	0,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de 1 pulverizador de carrinho	0,00	0,00	0,00	0,00	4.285,00	4.285,00	0,00	4.285,00	4.285,00
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.957,36</b>	<b>9.957,36</b>	<b>0,00</b>	<b>9.957,36</b>	<b>9.957,36</b>
<b>Total</b>		<b>163.642,70</b>	<b>45.493,65</b>	<b>209.136,35</b>	<b>0,00</b>	<b>36.071,37</b>	<b>36.071,37</b>	<b>163.642,70</b>	<b>81.565,02</b>	<b>245.207,72</b>

Fonte: Siafi

Com base no valor aprovado e considerando as demandas apresentadas, os serviços e aquisições efetivadas na recuperação e modernização da rede própria de armazéns quase atingiram a meta estabelecida, ao custo total de R\$245.207,72, correspondendo a 94,31% da dotação, em que pese o reduzido número de engenheiros para especificação técnica e acompanhamento das obras.

### 2.3.2.10 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP

**Tabela X – Resultados da Ação (4572)**

<b>(4572) – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 001694 – Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	75.000,00	4,41
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	74.400,57	4,75
<b>Índice</b>	<b>92,11</b>	<b>99,20</b>	
Meta Física	5.917	203	3,43
Execução Física	3.666	216	5,89
<b>Índice</b>	<b>61,96</b>	<b>106,40</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Para a Sureg MG a meta previa o treinamento de 203 empregados com dotação orçamentária de R\$75.000,00, tendo sido capacitados 216 empregados, o que corresponde a 106,40% da meta estabelecida para a Sureg.

### Quadro XXXI – Discriminação de treinamento por área e média de carga horária

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	21	590	28
Auditoria	0	0	0
Comunicação Social	0	0	0

Educação e Desenvolvimento	103	664	6
Financeira	7	272	39
Gerencial	0	0	0
Informática	14	414	30
Jurídica	1	375	375
Operacional	49	1466	30
Planejamento	21	380	18
Qualidade	0	0	0
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>4.161</b>	<b>19,26</b>

Fonte: Gecap

Em 2010 foi dada ênfase a eventos nas áreas de educação e desenvolvimento (103 treinandos), operacional (49 treinandos), planejamento/informática (35 treinandos), administrativo–financeira (28 treinandos) e jurídica (01 treinando).

### Quadro XXXII – Ação 4572 – Execução Física e Execução Orçamentária

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	20	203	915	62.000,00	75.000,00	20,97
Execução	106	216	103,77	60.313,44	74.400,57	23,36
Percentual de Execução	530	106,40	–	97,28	99,20	–
Gasto per capita (R\$)				568,99	344,45	–

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

### Quadro XXXIII – Ação 4572 – Elemento de Despesa

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	20.377,50	457,12	19.221,11	–	16.237,10	–	–	56.292,83
2008	9.082,50	82,96	5.009,71	–	23.160,40	–	–	37.335,57
2009	32.741,00	563,78	8.174,49	200,00	17.828,49	–	805,68	60.313,44
2010	33.635,00	552,53	10.526,55	–	28.441,60	–	1.244,89	74.400,57

Fonte: Siafi

### Quadro XXXIV – Indicador do Percentual Atendimento da Demanda de Capacitação

<b>Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação</b>
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação
Tipo: Eficácia
Unidade de Medida: %
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor
Base geográfica: UF e Brasil
Periodicidade: Mensal
Responsável: Gerente da Gecap
<b>Resultados:</b>

<b>2007</b>				<b>53,55</b>
<b>2008</b>				<b>256,04</b>
<b>2009</b>				<b>530,00</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>106,40</b>

Comparativamente à meta estabelecida, houve uma elevação de 6,40% no percentual de atendimento da demanda de capacitação, em decorrência da ênfase dada na área de educação e desenvolvimento, correspondendo a 47,68% do número de treinandos.

### Quadro XXXV – Indicador do Percentual da Execução Financeira com Capacitação

<b>Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação</b>				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>98,76</b>
<b>2008</b>				<b>93,34</b>
<b>2009</b>				<b>97,28</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>	<b>99,20</b>

O percentual de execução ficou dentro das previsões estabelecidas para esta Ação.

### Quadro XXXVI – Indicador do Custo por Empregado Capacitado

<b>Nome: Custo por Empregado Capacitado</b>				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: $X/Y$				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
<b>Resultados:</b>				
<b>2007</b>				<b>678,23</b>
<b>2008</b>				<b>160,24</b>
<b>2009</b>				<b>568,99</b>

<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>568,99</b>	<b>Realizado</b>	<b>344,45</b>
-------------	--------------	---------------	------------------	---------------

Comparativamente ao exercício de 2009, houve uma redução de 65,18% no custo por empregado capacitado, tendo em vista que os treinamentos, na sua maioria, foram realizados dentro do próprio estado, evitando assim gastos com diárias e passagens aéreas.

### 2.3.2.11 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento (Dirab)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques (Suarm) e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns (Gecad)
- **Responsável Regional da Ação:** Luiz Eduardo Marques Dumont

**Tabela XI – Resultados da Ação (4702)**

<b>(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras</b>			
Controle: SIAFI – PTRES = 01692 – Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	102.000,00	–
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	–
<b>Dotação Final</b>	<b>500.000,00</b>	<b>102.000,00</b>	<b>20,40</b>
Execução Orçamentária	453.058,55	97.582,28	21,54
<b>Índice</b>	<b>90,61</b>	<b>95,67</b>	–
Meta Física	4.500	1.190	26,44
Execução Física	6.115	1.881	30,76
<b>Índice</b>	<b>135,89</b>	<b>158,07</b>	–

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

A meta física consolidada aprovada na LOA/2010 previa o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido cadastrados/recadastrados 6.115 armazéns. A Sureg MG tinha como meta física o cadastramento/recadastramento de 1.190, sendo executados 1.881, representando um índice de 158,07 de execução física.

A superação da meta foi atingida devido à realização do censo das unidades armazenadoras, bem como o atendimento das solicitações encaminhadas à Sureg MG pelos armazenadores. Houve um aumento das solicitações de cadastramento/recadastramento devido a exigência da certificação de unidades armazenadores pelo Ministério da Agricultura (MAPA).

Da meta financeira para a Sureg MG foram dotados R\$102.000,00 correspondendo a 20,40% da dotação global de R\$500.000,00, sendo executados R\$97.582,28, representando 95,67% dos recursos dotados em decorrência do censo dos armazéns, sendo que foi demandados grande numero de técnicos para percorrer todo o estado.

**Quadro XXXVII – Demonstrativo da Execução de Despesa**

Despesa (R\$) com cadastro de armazéns – Minas Gerais				Total (R\$)
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
56.434,50	9.698,72	31.015,30	433,76	97.582,28

Fonte: Siafi

No fim do exercício de 2010, em Minas Gerais existiam 1.181 armazéns cadastrados. Desses, apenas 05 unidades, com capacidade estática para 89.045 t, estavam credenciadas para trabalhar com estoques e programas do Governo Federal, representando 1,61% da capacidade nacional credenciada. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme detalhado no Quadro XXXVIII.

**Quadro XXXVIII – Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada**

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA (c/a)	Capac. (t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
MG	Credenciados	27	466129	2	7593	3	81452	5	89045	-81,48	80,9
	Descredenciados	2	7400	35	197723	8	107753	43	305476	2050	4028,05
	Aptos s/ Contrato	29	406964	9	53816	10	266694	19	320510	-34,48	-21,24
	Impedidos	1034	5046080	562	1983511	323	2491258	885	4474769	-14,41	-11,32
	Impedidos no SICAF	137	1695581	122	637746	107	2257326	229	2895072	67,15	70,74
	<b>Cadastrados</b>	<b>1229</b>	<b>7622154</b>	<b>730</b>	<b>2880389</b>	<b>451</b>	<b>5204483</b>	<b>1181</b>	<b>8084872</b>	<b>-3,91</b>	<b>6,07</b>
Total Nacional	Credenciados	593	7816353	98	439201	278	5095464	376	5534665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3251521	211	917075	227	3216066	438	4133141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5732842	367	1142512	478	5356347	845	6498859	12,52	13,36
	Impedidos	1160 7	65355182	4898	16773054	6627	50822340	11525	67595394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3802	48088873	1537	6570618	2768	47542928	4305	54113546	13,23	12,53
	<b>Cadastrados</b>	<b>1713 3</b>	<b>130244771</b>	<b>7111</b>	<b>25842460</b>	<b>10378</b>	<b>112033145</b>	<b>17489</b>	<b>137875605</b>	<b>2,08</b>	<b>5,86</b>
Part. % da Sureg no Total Nacional Armazéns Credenciados		4,55	5,96	2,04	1,73	1,08	1,6	1,33	1,61	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armazéns Cadastrados		7,17	5,85	10,27	11,15	4,35	4,65	6,75	5,86	-	-

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gecad

No exercício do ano de 2010, a Sureg MG credenciou 05 unidades armazenadoras. O baixo índice de armazéns credenciados no Estado de Minas Gerais justifica-se pelo pequeno volume de estoques governamentais sob jurisdição da Superintendência Regional durante os últimos anos, bem como desinteresse dos armazenadores em operar com tais estoques.

Quanto ao cadastro de novos armazéns observa-se um aumento de 6,07% na capacidade estática. O aumento ocorreu em função do interesse dos armazenadores em obter o cadastro para fins de certificação de unidades armazenadoras e também por necessidade de participar dos programas governamentais de comercialização como PEP, VEP, Pepro etc.

As despesas liquidadas com as operações de cadastro/recadastramento de armazéns em Minas Gerais no exercício de 2010 somaram R\$13.739,68 distribuídas conforme Quadro XXXIX.

A realização de cadastro/recadastramento de unidades armazenadoras concomitante a outros programas desenvolvidos pela Sureg MG, como fiscalização de estoques governamentais e ou privados, supervisões de responsabilidade técnica etc., contribuíram para o baixo gasto com a atividade no Estado.

#### Quadro XXXIX – Demonstrativo da Execução de Despesa

Despesa (R\$) com cadastro de armazéns – Minas Gerais				Total (R\$)
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
10.617,00	1.799,20	1.320,18	3,30	13.739,68

Fonte: Siafi

#### 2.3.2.12 – (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Possibilitar o acompanhamento e controle dos estoques privados armazenados e avaliar as condições técnico-operacionais do seu armazenamento, com vistas a apurar e registrar os problemas decorrentes das práticas e comportamentos adotados, orientar sobre os procedimentos mais adequados para conservação, maior segurança e manutenção da integridade dos produtos depositados e aumentar a transparência, a responsabilidade, a eficiência e a credibilidade do segmento armazenador.
- **Descrição:** O trabalho consta de inspeção e verificação da existência de estoques e das condições de armazenagem e da documentação pertinente, de acordo com os critérios, as normas e os procedimentos fixados pelo MAPA. As operações serão executadas obedecendo a programação prévia ou em ações específicas para a apuração de denúncias, sendo as informações registradas em Termo de Vistoria que servirão para alimentação e gestão do Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, orientações de política para o setor ou aplicação das penalidades previstas na legislação, quando for o caso.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento (Dirab)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Márcio Augusto da Silva Júnior
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques (Sufis) e Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados (Gevep)

➤ **Responsável Regional da Ação:** Luiz Eduardo Marques Dumont

**Tabela XII – Resultados da Ação (4706)**

<b>(4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento</b>			
<b>Controle: SIAFI –PTRES 001692 –Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001</b>			
<b>Discriminação</b>	<b>Metas</b>		<b>Participação (%)</b>
	<b>Conab</b>	<b>Sureg MG</b>	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>200.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>5,00</b>
Execução Orçamentária	4.013,24	4.013,24	100,00
Índice	2,01	40,13	–
<b>Meta Física –Unidade Cadastrada</b>	<b>200.000</b>	<b>50.000</b>	<b>25,00</b>
Execução Física	30.000	30.000	100,00
Índice	15,00	60,00	–

Fonte: Supor, Sufis/Gefis

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a fiscalização de 200.000 t, sendo consignada dotação orçamentária de R\$200.000,00. Para o Estado de Minas Gerais a dotação orçamentária foi estabelecida em R\$10.000,00, representando 5% do valor estabelecido para a Conab.

Durante o exercício foram realizadas vistorias de estoques privados de café beneficiado cru (ensacado) e milho em grãos a granel para fins de aquisições através das operações de Contratos de Opção e da PGPM/AGF. Foi previsto a vistoria de 50.000 t de produto para o Estado, tendo sido vistoriadas 30.000 t, representado 60,00% da meta física e 15% da Nacional.

O custo total foi de R\$4.013,24 (da meta), despesas com diárias, material de consumo e locomoção, representando 40,13% da meta prevista para o Estado e 2,01% da Nacional.

Todo o processo de vistoria segue orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab – MOC (Título 12 –Fiscalização dos Estoques Governamentais)

**Quadro XL – Elemento das despesas com a fiscalização dos estoques privados**

<b>Ano</b>	<b>Elemento de Despesa (R\$)</b>				<b>Total</b>
	<b>Diárias</b>	<b>Material de Consumo</b>	<b>Passagens e Despesas com Locomoção</b>	<b>Outros Serviços de Terceiros–Pes. Jurídica</b>	
2007	11.665,00	1.095,63	–	–	12.760,63
2008	–	–	–	–	–
2009	12.007,00	1.329,62	825,53	–	14.162,15
2010	14.162,15	3.572,00	399,24	42,00	–

Fonte: Siafi

No exercício foram gastos R\$18.175,39 com a fiscalização dos estoques privados, houve um incremento de 28,34% em relação ao ano anterior. O aumento nas despesas com a atividade ocorreu em função da pulverização dos estoques em diversos municípios de Minas Gerais.

### 2.3.2.13 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc.). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA
- **Responsável Regional da Ação:** Túlio Marcos de Vasconcellos

**Tabela XIII – Resultado da Ação (4711)**

<b>(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras</b>			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg MG	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	12,00
Execução Orçamentária	878.237,66	110.766,29	12,61
<b>Índice</b>	87,82	92,31	–
<b>Meta Física – pesquisa realizada (unid)</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	100,00
Execução Física	12	12	100,00
<b>Índice</b>	100,00	100,00	–

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Em 2010 a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras foi de R\$1,0 milhão, e a Conab gastou, durante o exercício, R\$878.237,66, que representam 87,82% da dotação orçamentária.

Na Sureg MG foram gastos 92,31% dos R\$120.000,00 aprovados na dotação orçamentária para o levantamento da safra de grãos, ou seja, R\$110.766,29, sendo 62,9% com diárias, 18,5% com material de consumo, 18,4% com passagens e despesas com locomoção e 0,2% com outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

### Quadro XLI – Demonstrativo de Execução da Despesa – Sureg MG – 2010

Elemento de Despesa (R\$)				
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp. c/ Locomoção	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa	Total

			Jurídica	
69.691,00	20.525,34	20.373,45	176,50	110.766,29

Fonte: Siafi

A Conab, e, em particular, a Sureg MG, atingiram a meta física global proposta na Ação, qual seja a realização de doze levantamentos mensais da safra de grãos no ano de 2010, alternando pesquisas de campo e pesquisas à distância.

- As pesquisas de campo, em número de seis, são realizadas através de viagens programadas, de acordo com o período de safra, quando os técnicos da Conab visitam municípios produtores e entrevistam produtores rurais, agrônomos e técnicos de Cooperativas, Secretarias de Agricultura, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados), Escritórios de Planejamento e Agentes Financeiros e Agências do IBGE.
- As pesquisas à distância, também em número de seis, em meses alternados com as pesquisas de campo, envolvem levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc.

Os levantamentos são realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras plantadas na safra de verão (algodão, amendoim, arroz, feijão 1.<sup>a</sup> safra, girassol 1.<sup>a</sup> safra, mamona, milho 1.<sup>a</sup> safra, soja e sorgo 1.<sup>a</sup> safra), no período de safrinha (girassol.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> safras, feijão 2.<sup>a</sup> safra, milho 2.<sup>a</sup> safra e sorgo 2.<sup>a</sup> safra) e no inverno (aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticales).

Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas. Na Sureg MG, um relatório mensal de acompanhamento da safra mineira de grãos vem sendo sistematicamente disponibilizado, através de e-mail.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2009/10 e estimativas de plantio da safra 2010/11, cujos resultados são detalhados a seguir:

#### **a) Safra 2009/2010**

A área plantada no estado de Minas Gerais na safra 2009/2010 apresentou uma redução de 0,1% em comparação com a safra anterior, passando de 2.837,4 mil hectares para 2.834,9 mil hectares, em razão do desestímulo dos produtores decorrente dos baixos preços de mercado, notadamente para a cultura do milho, e a queda só não foi mais significativa por causa da ampliação do plantio de soja, em parte pela necessidade de rotação, em parte pelos preços relativamente mais competitivos.

A produção mineira de grãos, no mesmo período, reduziu 2,8%, em decorrência de condições climáticas adversas em algumas regiões do estado, passando de 10.445,2 mil toneladas para 10.149,2 mil toneladas, conforme detalhado no Quadro XLII.

**Quadro XLII – Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola  
Minas Gerais – Safras 2008/2009 e 2009/2010**

Produto	Área (mil ha)				Produção (mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	15,3	15,0	-2,0	-0,3	35,7	33,9	-5,0	-1,8
<b>Amendoim total</b>	<b>3,7</b>	<b>3,2</b>	<b>-13,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>10,7</b>	<b>9,5</b>	<b>-11,2</b>	<b>-1,2</b>
Amendoim 1ª safra	3,7	3,2	-13,5	-0,5	10,7	9,5	-11,2	-1,2
Arroz	57,7	53,2	-7,8	-4,5	128,3	115,1	-10,3	-13,2
<b>Feijão total</b>	<b>420,7</b>	<b>419,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>599,2</b>	<b>623,7</b>	<b>4,1</b>	<b>24,5</b>
Feijão 1.ª safra	205,5	189,4	-7,8	-16,1	243,7	213,6	-12,4	-30,1
Feijão 2.ª safra	153,4	155,0	1,0	1,6	202,9	214,1	5,5	11,2
Feijão 3.ª safra	61,8	75,2	21,7	13,4	152,6	196,0	28,4	43,4
Mamona	8,3	8,5	2,4	0,2	10,2	9,0	-11,8	-1,2
<b>Milho total</b>	<b>1.290,4</b>	<b>1.192,3</b>	<b>-7,6</b>	<b>-98,1</b>	<b>6.543,5</b>	<b>6.083,6</b>	<b>-7,0</b>	<b>-459,9</b>
Milho 1.ª safra	1.259,4	1.164,9	-7,5	-94,5	6.367,5	5.920,0	-7,0	-447,5
Milho 2.ª safra	31,0	27,4	-11,6	-3,6	176,0	163,6	-7,0	-12,4
Soja	929,1	1.019,0	9,7	89,9	2.751,1	2.871,5	4,4	120,4
Sorgo	91,9	101,3	10,2	9,4	270,9	304,8	12,5	33,9
Trigo	20,3	22,8	12,3	2,5	95,6	98,1	2,6	2,5
<b>Total MG</b>	<b>2.837,4</b>	<b>2.834,9</b>	<b>-0,1</b>	<b>-2,5</b>	<b>10.445,2</b>	<b>10.149,2</b>	<b>-2,8</b>	<b>-296,0</b>

Fonte: Suinf/Geasa

### b) Safra 2010/2011

Em Minas Gerais, a área de plantio deve voltar a crescer na safra 2010/2011, motivada pela recuperação dos preços de mercado no segundo semestre de 2010, notadamente para algodão, milho e soja. De acordo com os resultados do 4.º levantamento, realizado no período de 13 a 17 de dezembro de 2010, o plantio deve totalizar 2.851,9 mil hectares, o que representa um incremento da ordem de 0,6% com relação à safra anterior.

A produção mineira de grãos na safra 2010/2011 foi estimada em 10.546,7 mil toneladas, 3,9% superior à safra 2009/2010, resultado favorecido pelas boas expectativas de produtividade projetadas para as diversas culturas, e que concorre para a melhor participação do estado na safra nacional, conforme demonstra o Quadro XLIII.

**Quadro XLIII – Estimativa da Área Plantada e da Produção Agrícola em  
Minas Gerais – Safras 2009/2010 e 2010/2011**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	15,0	25,5	70,0	10,5	33,9	58,8	73,5	24,9
<b>Amendoim total</b>	<b>3,2</b>	<b>3,0</b>	<b>-6,3</b>	<b>-0,2</b>	<b>9,5</b>	<b>8,2</b>	<b>-13,7</b>	<b>-1,3</b>
Amendoim 1ª safra	3,2	3,0	-6,3	-0,2	9,5	8,2	-13,7	-1,3
Arroz	53,2	46,6	-12,4	-6,6	115,1	103,5	-10,1	-11,6

<b>Feijão total</b>	<b>419,6</b>	<b>425,1</b>	<b>1,3</b>	<b>5,5</b>	<b>623,7</b>	<b>636,5</b>	<b>2,1</b>	<b>12,8</b>
Feijão 1ª safra	189,4	194,9	2,9	5,5	213,6	244,6	14,5	31,0
Feijão 2ª safra	155,0	155,0	0,0	0,0	214,1	207,7	-3,0	-6,4
Feijão 3ª safra	75,2	75,2	0,0	0,0	196,0	184,2	-6,0	-11,8
Mamona	8,5	7,1	-16,5	-1,4	9,0	8,4	-6,7	-0,6
<b>Milho total</b>	<b>1.192,3</b>	<b>1.182,8</b>	<b>-0,8</b>	<b>-9,5</b>	<b>6.083,6</b>	<b>6.256,7</b>	<b>2,8</b>	<b>173,1</b>
Milho 1ª safra	1.164,9	1.155,4	-0,8	-9,5	5.920,0	6.100,5	3,0	180,5
Milho 2ª safra	27,4	27,4	0,0	0,0	163,6	156,2	-4,5	-7,4
Soja	1.019,0	1.030,9	1,2	11,9	2.871,5	3.066,9	6,8	195,4
Sorgo	101,3	108,4	7,0	7,1	304,8	322,4	5,8	17,6
Trigo	22,8	22,5	-1,3	-0,3	98,1	85,3	-13,0	-12,8
<b>Total MG</b>	<b>2.834,9</b>	<b>2.851,9</b>	<b>0,6</b>	<b>17,0</b>	<b>10.149,2</b>	<b>10.546,7</b>	<b>3,9</b>	<b>397,5</b>
Total BRASIL	47.388,7	48.000,9	1,3	612,2	149.204,9	149.416,9	0,1	212,0
<b>PARTICIPAÇÃO</b>	<b>5,98</b>	<b>5,94</b>			<b>6,80</b>	<b>7,06</b>		

Fonte: Suinf/Geasa

### 2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades

#### 2.3.3.1 – Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômico/social da agricultura” e “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que está ligada diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização dos estoques públicos que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, de forma direta, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, assim descrito: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa, aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);
- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com os de mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, observando-se:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto, realizado pela Conab no estado onde for efetuada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela de Referencial de Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão, do Manual de Operações da Conab–MOC.

Em 2010, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas nas unidades armazenadoras de Juiz de Fora e Montes Claros, totalizaram 6.685 toneladas de milho em grãos, em 2.216 atendimentos, com incremento de 283,89% sobre a quantidade vendida em 2009.

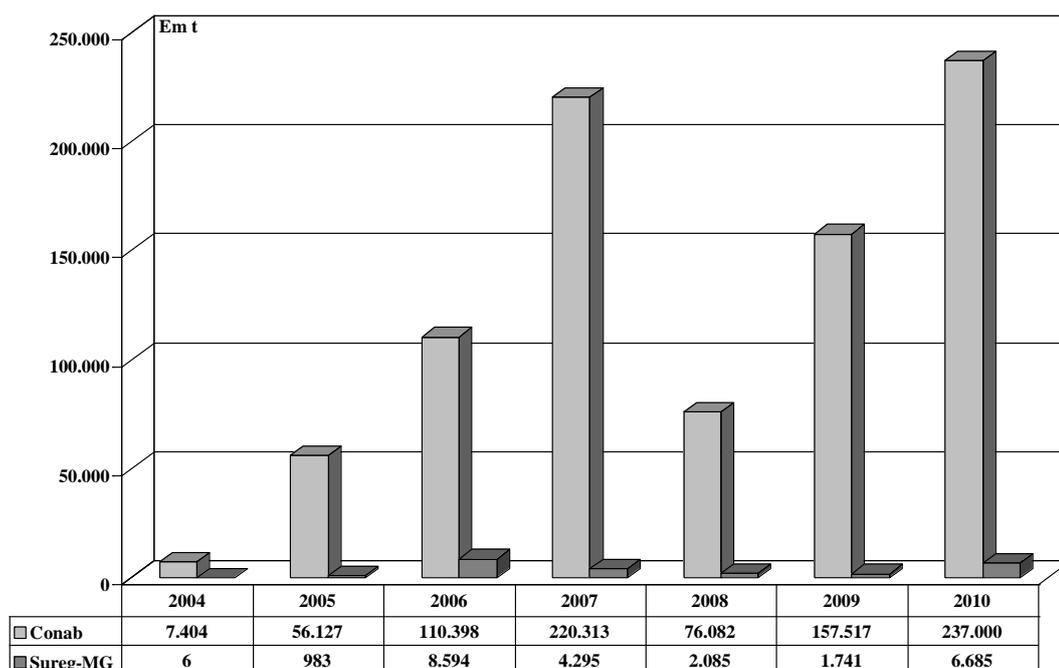
#### Quadro XLIV – Demonstrativo de Vendas em Balcão

Unidade	2008			2009			2010		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes
Juiz de Fora	766	350.753,46	294	1.474	523.991,72	487	3.351	1.110.450,00	1.145
Montes Claros	1.319	619.366,55	1.607	267	92.324,53	166	3.334	912.986,00	1.070
<b>Total</b>	<b>2.085</b>	<b>970.120,01</b>	<b>1.901</b>	<b>1.741</b>	<b>616.316,25</b>	<b>653</b>	<b>6.685</b>	<b>2.023.436,00</b>	<b>2.215</b>

Fonte: Supab/Gepab

As quantidades vendidas apresentaram forte queda nos exercícios de 2008 e 2009, situação ocorrida em toda a Companhia. Com o aumento da quantidade vendida em 2010, a participação da Regional no total comercializado pelo Programa atingiu 2,82%, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura I– Comparativo de Vendas – Sureg MG x Conab



Fonte: Supab/Gepab

### 2.3.3.2 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo: Operações Especiais**
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF (STN)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula
- **Responsável Regional da Ação:** Luiz Eduardo Marques Dumont

Esta Ação compõe o Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar, mas está sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa–PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda–PROP e Prêmio de Escoamento do Produto–PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola–SPA/MAPA, cabendo à Conab apenas a operacionalização, que envolvem a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg de destino e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília–DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando–se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

#### 2.3.3.2.1 – Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP)

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo–lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando–se assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

##### ➤ **Trigo**

No âmbito da Sureg MG, foram ofertadas 22.000 toneladas de trigo, das quais foram negociadas 15.233 t, envolvendo recursos previstos da ordem de R\$2.310.800,00 e pagos R\$2.038.635,35, após comprovação do escoamento de 14.881 toneladas do produto oriundo dos Estados de Minas Gerais e Paraná.

### Quadro XLV – PEP Trigo MG

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
MG	22.000	15.233	2.310.800,00	MG	13.202	1.987.056,31
Total	22.000	15.233	2.310.800,00	–	13.202	1.987.056,31
PR	–	–	–	MG	14.881	2.038.635,35
Total	–	–	–	–	14.881	2.038.635,35

Fonte: SUOPE/GECOM

#### ➤ Milho

No âmbito da Sureg MG, foram ofertadas 810.000 toneladas de milho em grãos, das quais foram negociadas 371.208 t, envolvendo recursos previstos da ordem de R\$27.942.419,25 e pagos R\$10.494.621,13, após comprovação do escoamento de 143.747 t do produto para os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Foi ainda comprovado o escoamento de 33.687 t do produto oriundo dos estados de Goiás e Mato Grosso, com pagamento de prêmio no valor de R\$2.941.544,00.

### Quadro XLVI – PEP Milho MG

Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
MG	810.000	371.208	27.942.419,25	AL	2.745	207.963,75
				BA	1.500	115.440,00
				CE	600	40.800,00
				ES	1.702	120.065,00
				MG	87.092	6.369.786,58
				PB	12.600	821.244,61
				PE	34.921	2.620.287,50
				RJ	2.187	168.243,23
				RN	400	30.790,46
Total	810.000	371.208	27.942.419,25	–	143.747	10.494.621,13
GO	–	–	–	MG	18.920	1.371.695,65
MT	–	–	–	MG	14.767	1.569.847,96
Total	–	–	–	–	33.687	2.941.544

Fonte: SUOPE/GECOM

#### 2.3.3.3 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Programa Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do

Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea–CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar–CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar–CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentário/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar – Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

Compra Direta da Agricultura Familiar–CDAF: tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar–CPR Estoque: tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando à sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

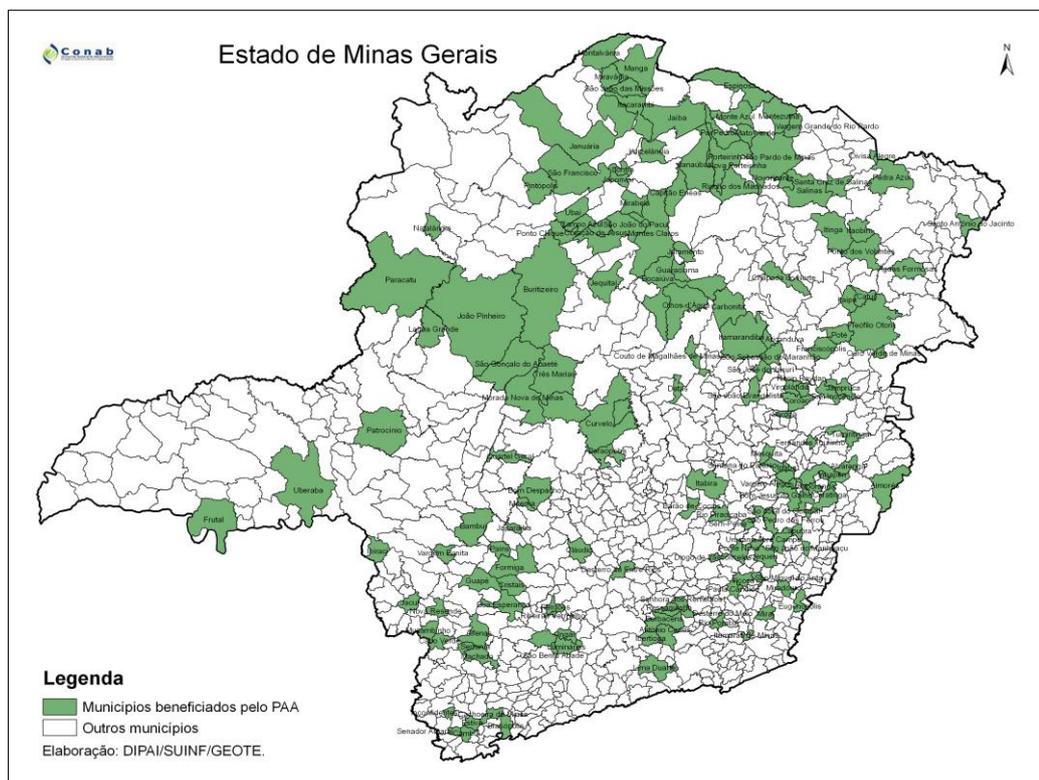
Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea–CPR Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR–Doação e CPR–Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 144 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado de Minas Gerais foram atendidos 14.094 produtores familiares em 157 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

**Figura II –Área de Atuação do PAA em Minas Gerais**



## **Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome–MDS.**

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentário/financeiros consignados no Programa 1049– Programa Acesso à Alimentação.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009–SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local – Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentário/financeiro sem 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

**Quadro XLVII – Demonstrativo das Metas Previstas**

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
<b>Termo de Cooperação Original</b>				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
<b>Termo Aditivo n.º 1</b>				
Produtores	10.769	–	–	10.769
Quantidade Produto	28.600	–	–	28.600
Pólos	–	–	–	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	–	–	50.000.000
<b>Total 2009</b>				
Produtores	75.521	–	–	75.521
Quantidade Produto	160.685	–	–	160.685
Pólos	34	–	–	–
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	–	–	290.000.000
<b>Termo Aditivo n.º 2</b>				
Produtores	–	8.000	–	8.000
Quantidade Produto	–	22.850	–	22.850
Pólos	–	–	–	0
Repasse (Em R\$)	–	40.000.000,00	–	40.000.000
<b>Termo Aditivo n.º 3</b>				
Produtores	–	4.840	–	4.840
Quantidade Produto	–	12.477	–	12.477
Pólos	–	–	–	–
Repasse (Em R\$)	–	24.102.538,00	–	24.102.538
<b>Total 2010</b>				
Produtores	–	97.980	–	97.980
Quantidade Produto	–	209.001	–	209.001
Pólos	–	20	–	20
Repasse (Em R\$)	–	314.102.538,00	–	314.102.538

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentário/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinados à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a Sureg MG atendeu a 14.094 produtores familiares, conforme descrito a seguir.

**a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR–Estoque)**

Em 2010 foram adquiridas 66 toneladas de diversos produtos, de 99 agricultores familiares, em 1 município. Houve redução de 19,51% e de 61,63% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

**Quadro XLVIII – Demonstrativo de Aquisições pela CPR–Estoque / MDS**

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	123	1	172	430.500,00
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>1</b>	<b>172</b>	<b>430.500,00</b>
2010	99	1	66	376.439,86
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>1</b>	<b>66</b>	<b>376.439,86</b>

Fonte: Supaf/Gecaf

**b) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea–CPR Doação**

Por meio deste instrumento foram adquiridas 28.808 toneladas de diversos produtos alimentícios de 13.995 produtores familiares e distribuídas a 2.316 instituições sociais, conforme quadro a seguir.

**Quadro XLIX – Demonstrativo de Aquisição pela CPR–Doação/ MDS**

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	1.048	102	19.056	1.408.412	1.379	35.734.288,80
2010	13.995	155	28.808	2.242.045	2.316	50.810.832,70

Fonte: Supaf/Gecaf

**c) Execução Orçamentária**

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$51.458.164,83, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 99,50% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 39,71%, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro L – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS**

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	23.519,70	4.322,38	36.281.062,20	18.284,20	0,00	441.670,77	62.959,02	36.831.818,27
2010	48.246,00	13.744,38	51.198.633,44	18.453,28	0,00	169.013,18	10.074,55	51.458.164,83

Fonte: Siafi

## **Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário–MDA**

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentário/financeiros consignados no Programa 0351–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem por objetivo garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- 2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar–PAA e 2B83–Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- 4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar–CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar–CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da Sureg MG não houve aquisição de produtos com os recursos do MDA, sendo apenas registrado o recebimento de remoção de 40 toneladas de leite em pó, conforme descrito a seguir:

### **a) Remoção dos Estoques**

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi contratada a remoção de 40 toneladas de leite em pó, conforme descrito no quadro a seguir.

### Quadro LI – Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RS	MG	Leite em pó	12.119,13	12.119,13	40	40	–	–	–
Total			12.119,13	12.119,13	40	40	–	–	–

Fonte: Suarm/Gemov

#### b) Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$38.250,17, destacando-se o elemento Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica, pelo pagamento de despesas com remoção de produtos. Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se redução de 97,67%, conforme detalhado no quadro a seguir.

### Quadro LII – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	13.160,66	2.674,95	3.917,69	0,00	37.040,51	51.948,02	0,00	1.529.500,00	1.638.241,83
2010	6.195,00	921,60	3.001,55	–	28.132,02	–	–	–	38.250,17

Fonte: Siafi

#### 2.3.3.4 – Distribuição de Alimentos

##### 2.3.3.4.1 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

O **Programa 1049 – Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome–MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público–alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária: **2792–Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc.) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram, em 2003, parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentário/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010.

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentário/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a 228,5 mil famílias acampadas e identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido à construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiros e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Programa Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no DOU e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridos pelo PAA e pela PGPM.

Na área de atuação da Sureg MG tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas, as do Movimento dos Atingidos por Barragens e as de comunidades de terreiro. Sendo realizados também atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 5,78% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

#### Quadro LIII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)
2003	254.911	13.777	5,40	715.435	41.331	5,78	16.607	1.409	8,48
2004	447.764	18.547	4,14	1.620.828	93.811	5,79	38.077	2.239	5,88
2005	505.375	21.355	4,23	1.950.914	103.733	5,32	47.956	2.460	5,13
2006	343.452	19.735	5,75	1.820.792	125.189	6,88	40.943	2.758	6,74
2007	402.726	30.097	7,47	2.097.153	93.154	4,44	49.590	2.173	4,38
2008	354.218	19.654	5,55	1.439.256	111.671	7,76	32.552	2.436	7,48
2009	338.446	17.922	5,30	1.427.275	81.270	5,69	32.636	1.811	5,55
2010	446.363	19.851	4,45	1.946.543	89.404	4,59	46.299	2.069	4,47

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg MG recebeu 1.370,8 toneladas acrescidas de outras 521,1 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos–PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

#### Quadro LIV – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	163,8	–	–	163,8
Arroz beneficiado	819,2	–	–	819,2
Feijão	–	239,8	–	239,8
Farinha de mandioca	60,3	104,9	–	165,2
Fubá de milho	81,8	–	–	81,8
Leite em pó	–	176,4	–	176,4
Óleo de soja	163,8	–	–	163,8

Macarrão	81,9	-	-	81,9
<b>Total</b>	<b>1.370,8</b>	<b>521,1</b>	<b>0,0</b>	<b>1.891,9</b>

Fonte: Supab/Gepab

No âmbito da Sureg MG as distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, os quilombolas e as do Movimento dos Atingidos por Barragens e posteriormente as comunidades de terreiro, os indígenas. No período, foram realizados também atendimentos especiais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

### Quadro LV – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários					Total	
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/Emergenciais	MAB <sup>1</sup>		Indígenas
2003	N.º Famílias	12.426	1.351	-	-	-	-	13.777
	Quant. Cestas	37.278	4.053	-	-	-	-	41.331
	Quant. Produtos(t)	1.309	100	-	-	-	-	1.409
2004	N.º Famílias	10.616	2.555	-	4.112	382	882	18.547
	Quant. Cestas	80.798	3.621	-	4.112	1.492	3.788	93.811
	Quant. Produtos(t)	1.920	90	-	100	37	92	2.239
2005	N.º Famílias	13.234	2.289	800	2.000	532	2.500	21.355
	Quant. Cestas	72.802	10.309	3.200	2.000	2.878	12.544	103.733
	Quant. Produtos(t)	1.723	243	75	44	68	307	2.460
2006	N.º Famílias	13.533	2.289	800	81	532	2.500	19.735
	Quant. Cestas	86.612	14.364	4.800	81	2.892	16.440	125.189
	Quant. Produtos(t)	1.890	314	107	1	63	383	2.758
2007	N.º Famílias	13.533	2.612	800	10.120	532	2.500	30.097
	Quant. Cestas	52.334	12.110	3.773	10.120	2.540	12.277	93.154
	Quant. Produtos(t)	1.116	253	83	259	53	409	2.173
2008	N.º Famílias	13.533	2.289	800	-	532	2.500	19.654
	Quant. Cestas	71.819	14.734	4.800	-	3.192	17.126	111.671
	Quant. Produtos(t)	1.515	327	106	-	70	418	2.436
2009	N.º Famílias	10.198	2.151	1.600	-	1.303	2.670	17.922
	Quant. Cestas	50.617	9.004	4.800	-	4.406	12.443	81.270
	Quant. Produtos(t)	1.126	205	107	-	99	274	1.811
2010	N.º Famílias	10.300	2.151	1.600	1.100	1.505	3.195	19.851
	Quant. Cestas	51.293	9.672	4.800	6.100	5.209	12.330	89.404
	Quant. Produtos(t)	1.186	227	114	128	129	285	2.069

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$1.875.585,16. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$1.798.675,56, representando 95,9%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 46,52% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

### Quadro LVI – Demonstrativo da Execução da Despesa–Distribuição de Alimentos–MDS

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	15.531,00	18.628,11	3.449.790,59	665,29	–	21.724,99	938,24	3.507.278,22
2010	13.667,00	10.942,10	1.798.675,56	469,86	–	17.681,80	34.148,84	1.875.585,16

Fonte: Siafi

#### 2.3.3.4.2 – Ministério da Integração Nacional – MI

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público–alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que depois de embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, serem deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos–PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público–alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentário/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

Na área de atuação da Sureg MG basicamente são realizados apenas atendimentos emergenciais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010, a quantidade de cestas de alimentos distribuída representou 3,37% da quantidade total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

### Quadro LVII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)	Brasil	MG	Part. (%)
2006	264.417	12.015	4,54	280.919	12.015	4,28	3.720	309	8,31
2007	174.209	5.095	2,92	174.209	5.095	2,92	4.100	117	2,85
2008	294.312	35.081	11,92	296.317	35.081	11,84	6.999	799	11,42
2009	702.238	11.545	1,64	712.752	11.545	1,62	16.743	261	1,56
2010	139.452	4.790	3,43	142.286	4.790	3,37	3.766	110	2,92

Fonte: Supab/Gepab

#### a) Aquisição de Gêneros Alimentícios

Durante o exercício foram realizados, pela Matriz, 22 leilões públicos, sendo adquiridas nesses certames 2.315,4 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, macarrão, rosquinhas de coco e sardinha. Também foram agregados aos estoques para distribuição 471,7 toneladas de arroz, feijão e leite em pó oriundos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos–PAA e outras 129 toneladas de feijão vinculadas às AGF. Os produtos foram entregues nos locais especificados nos respectivos Avisos de Leilão, sendo que esta Regional não recebeu produtos adquiridos no exercício.

EM 2010, a Sureg MG recebeu 257,0 toneladas de diversos gêneros alimentícios adquiridos por meio de leilões públicos, conforme detalhado a seguir.

### Quadro LVIII – Demonstrativo de aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (Em t)			Total
	Leilão	PAA	PGPM	
Açúcar cristal	30,0	–	–	30,0
Arroz beneficiado	50,0	–	–	50,0
Farinha de mandioca	20,0	10,0	–	30,0
Feijão	–	45,0	–	45,0
Leite em pó	–	30,0	–	30,0
Macarrão	30,0	–	–	30,0
Óleo de soja	30,0	–	–	30,0
Rosquinhas de coco	12,0	–	–	12,0
Sardinha em lata	0,0	–	–	0,0
<b>Total</b>	<b>172,0</b>	<b>85,0</b>	<b>0,0</b>	<b>257,0</b>

Fonte: Supab/Gepab

### b) Distribuição de Cestas de Alimentos

Durante o exercício foram adquiridas 15.000 cestas de alimentos e distribuídas 4.790 a igual número de famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro LIX – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos**

Ano	Discriminação		
	N.º Famílias	Quantidade de Cestas	Quantidade de Produto (Em t)
2006	12015	12.015	309
2007	5095	5.095	117
2008	35081	35.081	799
2009	11545	11.545	261
2010	4790	4.790	110

Fonte: Supab/Gepab

### c) Execução Orçamentária

A despesa total executada nesta Regional totalizou R\$552.287,30, destacando-se as despesas com Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, com participação de 96,48%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento de 4.258,33%, justificado pela não realização de aquisição de produtos em 2009.

**Quadro LX – Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de alimentos/MI**

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	–	758,50	–	–	–	11.913,48	–	12.671,98
2010	–	6.403,20	532.867,00	–	–	13.017,10	–	552.287,30

Fonte: Siafi

### 2.3.3.5 – Prestação de Serviços de Armazenagem

Sob jurisdição da Sureg MG existem 10 (dez) unidades armazenadoras estrategicamente localizadas em regiões agrícolas do Estado de Minas Gerais, sendo 9 na modalidade de ambiente natural e 1 em ambiente artificial (temperatura controlada até 3.°C).

A capacidade estática atualmente é de 381.810 t, sendo 278.218 t para produtos a granel, representando 72,87% do espaço total, 101.192 para produtos ensacados e/ou industrializados (26,50% da capacidade existente) e 2.400 t frigorificada (1,70%).

As unidades armazenadoras convencionais, que estão aptas para o recebimento de produtos ensacados no caso específico de café beneficiado cru, estão localizadas nas regiões de Teófilo Otoni, Varginha, Conceição do Rio Verde, São Sebastião do Paraíso, Perdões, Campos Altos e Juiz de Fora, consideradas como coletoras.

Na região do Triângulo Mineiro existem duas outras unidades armazenadoras em ambiente natural, sendo uma localizada em Uberaba, para estocagem de produtos a granel, unidade coletora, e outra em Uberlândia/MG, unidade mista para armazenagem de produtos a granel e convencional, classificada como intermediária.

No município de Passa Quatro/MG a Conab possui uma unidade em ambiente controlado, com capacidade para estocagem de 2.400 t de produtos, específica para armazenagem de batata semente, alho, frutas e ovos. A unidade encontra-se com as atividades operacionais paralisadas, devido à necessidade de realização de obras de manutenção.

### Quadro LXI – Unidades Armazenadoras da Conab em Minas Gerais

Unidade	Endereço	Modalidade
UA–Passa Quatro	Av. Dr. Paulo Nogueira de Luca, 97 – Passa Quatro – MG	Frigorífico
UA–Uberlândia	Rua Geraldo Moreira e Silva, n.º 2.630 – Uberlândia – MG	Convencional/Granel
UA–Uberaba	Rua 04, n.º 315, Quadra 01, Lote 05 – Uberaba – MG	Granel
UA–Teófilo Otoni	Rua Miriam, s/n.º – Teófilo Otoni – MG	Convencional
UA–Varginha	Alameda do Café, n.º 1.000, Jardim Andere – Varginha – MG	Convencional
UA–São Sebastião do Paraíso	Rua Delmira Andrade Figueredo Westin, s/n.º – São Sebastião do Paraíso – MG	Convencional
UA–Perdões	Rod. BR 381 Fernão Dias, km. 665 – Perdões – MG	Convencional
UA–Montes Claros	Rua Francisco Peres de Souza, n.º 381 – Montes Claros – MG	Convencional
UA–Juiz de Fora	Rua Bruno Simili, n.º 47 – Juiz de Fora – MG	Convencional

Fonte: Geope / Seope

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou redução de 37,84% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2009, tendo como motivo principal o aumento do estoque médio do governo federal. Por outro lado os estoques públicos tiveram aumento de 48,54%. A Sureg MG obteve Receita com Produtos de Terceiros de R\$1.110.950,84, apresentando uma redução de 37,84% com relação ao mesmo período do exercício anterior.

### Quadro LXII – Demonstrativo Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros

Unidade	Estoque (t)							Receita com Produtos de Terceiros (R\$1,00)		
	2009			2010			Variação %	2009	2010	Var. (%)
	Governo	Terceiros	Total (a)	Governo	Terceiros	Total (b)				
Campos Altos	1.395	557	1.952	5.982	392	6.374	326,54	57.023,50	24.186,98	-42,41
Conceição do Rio Verde	1.862	337	2.199	10.099	1.782	11.881	540,29	25.618,47	63.933,32	249,55
Juiz de Fora	4.946	59	5.005	7.491	637	8.128	162,39	3.234,29	48.475,30	1.478,79
Montes Claros	5.109	0	5.109	3.978	0	3.978	77,86	0,00	0,00	00
AF – Passa Quatro	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	00
Perdões	396	869	1.265	5.420	443	5.863	463,47	54.352,43	28.724,95	-52,84
São	1.167	2.453	3.620	10.002	747	10.749	296,93	183.371,84	37.270,90	-20,32

Sebastião do Paraíso										
Uberaba	12.868	1.700	14.568	16.082	2.191	18.273	125,43	161.521,12	114.790,16	-71,06
Uberlândia	54.199	25.148	79.347	98.850	4.576	103.426	130,34	2.075.401,72	519.820,30	-25,05
Varginha	1.115	6.066	7.181	17.639	5.678	23.317	324,70	375.039,29	273.748,93	-72,99
<b>Total</b>	<b>83.057</b>	<b>37.189</b>	<b>129.246</b>	<b>175.543</b>	<b>16.446</b>	<b>191.989</b>	<b>48,54</b>	<b>2.935.562,66</b>	<b>1.110.950,84</b>	<b>-37,84</b>
Total Nacional	599.780	431.797	1.031.577	927.536	197.800	1.125.336	109,08	40.751.048,08	24.520.974,07	-60,17
Participação Sureg	<b>13,84</b>	<b>8,61</b>	<b>12,53</b>	<b>18,92</b>	<b>8,31</b>	<b>17,06</b>		<b>7,29</b>	<b>4,53</b>	

Fonte: Conab/DRE

No final do ano de 2010, nas unidades armazenadoras próprias sob jurisdição da Sureg MG possuíam em estoques 191.989 t de produtos, representando um aumento de 48,54% superior aos estoques existentes no final do exercício de 2009. O aumento de novos estoques para depósito ocorreu em função das remoções de milho de outros Estados da Federação e as aquisições de café e milho através das operações de Contratos de Opção e PGPM/AGF, respectivamente.

Os estoques depositados nas unidades da Conab em Minas Gerais representam 17,06% do total depositado nas unidades armazenadora da Companhia a nível nacional, sendo que existia no Estado 175.543 t (18,92 % dos estoques nacionais) de produtos vinculados às operações governamentais e 16.446 t (8,31% dos estoques nacionais) pertencente a terceiros.

Houve uma redução na prestação de serviços de armazenagem para terceiros da ordem de 37,84% quando comparado com os resultados obtidos no exercício de 2009, ou seja, em 2010 foram faturados nas unidades próprias o valor de R\$1.110.950,84 (4,53% do faturamento nacional) a título de armazenagem e correlatos. A redução destes valores ocorreu em função, principalmente, da ocupação dos espaços para armazenagem por estoques governamentais (PGPM/AGF e Contrato de Opção) oriundo de aquisições e remoção de outros Estados.

### 2.3.3.6 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café

O Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual – PPA 2008–2011 –, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e sob a responsabilidade da Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Na execução deste Programa, a SPAE e a Conab firmaram parceria objetivando a realização do levantamento da produção, dos custos de produção e estoques privados de café, prevendo o repasse de recursos orçamentário/financeiros da ordem de R\$864.915,00; sendo R\$698.754,19 para o levantamento da safra, R\$44.160,81 para a elaboração dos custos de produção e R\$17.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Durante o exercício a Conab recebeu descentralização orçamentária no valor de R\$821.087,00. O Plano de Trabalho elaborado e aprovado previa:

- Realização das avaliações das safras brasileiras de café, pelos métodos objetivo e subjetivo, e continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, promovendo a uniformização dos modelos estatísticos de estimativas adotados, com o apoio e suporte técnico da rede multi-institucional de parceiros integrantes do Projeto Geosafra, para a aplicação e melhoria destes métodos, utilizando-se instrumentos de geotecnologia no mapeamento das lavouras; e monitoramento e aplicação de modelos agrometeorológicos, nos prognósticos de rendimento.
- Elaboração de planilhas de custo de produção, por meio de pesquisas de coeficientes técnicos e preços junto ao setor produtivo, nas principais regiões produtoras de café do País; e
- Pesquisa dos estoques privados de café, na rede armazenadora que se dedica ao produto, em todo o País.

#### **a) Levantamento da Safra Brasileira de Café**

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da Conab e de Instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A – EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – SEAB, Departamento de Economia Rural – DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

Em Minas Gerais, o levantamento é realizado pelos técnicos da Sureg MG, através de pesquisa de campo em 102 municípios produtores que integram a base amostral e que respondem por mais de 50% da safra estadual, onde são mantidos contatos com cafeicultores, cooperativas, agentes financeiros, consultores, escritórios de planejamento e técnicos de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, envolvidos com o agronegócio do café. São realizados 4 (quatro) levantamentos por safra, e os dados obtidos em campo são consolidados junto às Agências e à Coordenação Estadual do IBGE, com vistas à unificação dos números oficiais, e tratados através de metodologia estatística para obtenção das estimativas de produtividade e produção para as regiões produtoras e para o estado de Minas Gerais.

#### **➤ Safra 2010**

A safra brasileira de café em 2010 fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos beneficiadas. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bialidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

A área de café em produção, no Brasil, apresentou uma redução de 0,78% quando comparada à safra anterior, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares, conforme demonstra o Quadro LXIII. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana-de-açúcar, sobretudo nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

**Quadro LXIII – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – 2009 e 2010**

UF/Região	Safr a				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção –ha (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção–ha (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	– 4,09	–0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	– 8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	– 3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	– 0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	– 5,91	–5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
<b>Total</b>	<b>2.092.909</b>	<b>39.470</b>	<b>2.076.625</b>	<b>48.094,8</b>	– <b>0,78</b>	<b>21,85</b>

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinif/Geasa

Minas Gerais produziu 25.155 mil sacas de café beneficiado na safra 2010, o que representa um crescimento de 26,53% em comparação com a safra 2009. A área de café em formação aumentou 0,6%, chegando a 1.006,7 mil ha, mas os ganhos em produtividade, que apresentaram um crescimento de 25,8% e uma média de 24,99 sacas/ha, decorrentes da bialidade positiva da cultura e das boas condições climáticas observadas na maior parte do estado, foram os principais responsáveis pelos bons resultados alcançados na safra 2010.

O Cerrado Mineiro se destacou pela evolução da produção de café na presente safra, alcançando, com 46,5% de crescimento, uma produção de 5.652 mil sacas. O Sul de Minas mantém a liderança da produção de café no estado, com 12.615 mil sacas, tendo apresentado um incremento de 29,4%. A produção da Zona da Mata apresentou uma evolução mais discreta, de 11,2%, e somou 6.235 mil sacas, e no Norte de Minas houve uma redução 1,5%, com a produção totalizando 653 mil sacas.

➤ **Safra 2011**

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado, conforme demonstra o Quadro LXIV. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior, devido ao ano de baixa bialidade. Estima-se uma redução de 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas) na produção do café arábica e, para o café robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% (340,3 mil sacas) a um crescimento de 2,6% (291,5 mil sacas).

**Quadro LXIV – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – 2010 e 2011**

UF/Região	Safr a					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
				Limite Inferior (d)	Limite Superior (e)			
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	-	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	-	-	-
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	-	-	-
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	-	-	-
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.076.625</b>	<b>48.095</b>	<b>2.057.649</b>	<b>41.886,4</b>	<b>44.733,7</b>	<b>-0,91</b>	<b>-12,91</b>	<b>-6,99</b>

Fonte: Convênio MAPA/SPA E e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares), conforme pode ser visualizado no Quadro LXV. A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

**Quadro LXV – Parte A**  
**Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro – Safra 2011**  
**Parte A – Parque Cafeeiro**

UF/Região	Parque Cafeeiro			
	Em Formação		Em Produção	
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865
Pará	150	335	13.500	30.105
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371
<b>Total</b>	<b>222.905</b>	<b>792.368</b>	<b>2.057.649</b>	<b>5.550.062</b>

Fonte: Convênio MAPA/SPA E e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

**Quadro LXV – Parte B**  
**Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro – Safra 2011**  
**Parte B – Produção**

UF/ Região	Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sac/ha)	
	2011							
	Arábica		Robusta		Total			
	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Minas Gerais	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	3.283,5	3.564,3	–	–	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	1.630,0	1.800,0	–	–	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	–	–	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	–	–	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
<b>Total</b>	<b>30.956,0</b>	<b>33.171,5</b>	<b>10.930,4</b>	<b>11.562,2</b>	<b>41.886,4</b>	<b>44.733,7</b>	<b>20,36</b>	<b>21,74</b>

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinfl/Geasa

A produção de Minas Gerais na safra 2011 está estimada entre 21.219 e 22.709 mil sacas de café, e a produtividade média do estado deve ficar entre 21,26 e 22,76 sacas de café por hectare. Em comparação com a safra anterior, a estimativa sinaliza uma redução de 15,6 a 9,7% na produção mineira de café, atribuída, em parte à queda de 0,9% na área em produção, e principalmente à bionalidade negativa da cultura, em que pese a tendência de inversão da bionalidade fisiológica dos cafezais nas regiões da Zona da Mata, Jequitinhonha, Norte de Minas, Centro Sul e Serra da Mantiqueira, refletindo a frustração da produção na safra 2010, em razão das adversidades climáticas ocorridas ao longo da fase produtiva das lavouras, bem como, as condições climáticas favoráveis à cafeicultura a partir do mês de setembro deste ano.

O Sul de Minas deve responder por 47,0% da safra de café do estado, com uma produção de 10.311 mil sacas; a Zona da Mata, por 30,5%, com 6.706 mil sacas; o Cerrado Mineiro por 19,4% com 4.262 mil sacas, e o Norte de Minas por 3,1%, com 685 mil sacas.

**b) Levantamento dos Custos de Produção**

A Sureg MG realiza, mensalmente, levantamentos de preços de insumos, máquinas e serviços que compõem o pacote tecnológico dos custos de produção de café nas regiões produtoras da Zona da Mata (município de Manhuaçu), Cerrado (município de Patrocínio) e Sul de Minas (municípios de Guaxupé e São Sebastião do Paraíso), para subsidiar a atualização dos custos de produção de café em Minas Gerais, elaborada pela Gecup e divulgada no site da Conab.

### c) Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total 70,3% foram devolvidos à Conab, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e 3,3% devolvidos pelo correio por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

#### Quadro LXVI – Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
<b>Total</b>	<b>9.278</b>	<b>446</b>	<b>16.781</b>	<b>802</b>	<b>9.587</b>	<b>778</b>	<b>14.005</b>	<b>651</b>	<b>8.245</b>	<b>699</b>
	<b>9.724</b>		<b>17.583</b>		<b>10.365</b>		<b>14.656</b>		<b>8.944</b>	

Fonte: Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 27,77% do estoque total.

#### Quadro LXVII – Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café em sacas de 60kg

UF	Entidades					Total	Participação (%)
	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros		
AC	147					147	0,00
AM	4.856					4.856	0,05
BA	20.569		70.650	105.088	14.503	210.810	2,36

CE	26.706					26.706	0,30
DF	14.534					14.534	0,16
ES	60.333		245.928	162.094	361.350	829.705	9,28
GO	123.349				32.320	155.669	1,74
MG	267.915	305	1.445.838	2.484.212	1.905.342	6.103.612	68,24
MS	883				182	1.065	0,01
MT	3.857			82	2.592	6.531	0,07
PB	14.174					14.174	0,16
PE	9.108					9.108	0,10
PR	36.842	40.098		146.777	230.719	454.436	5,08
RJ	11.988				494	12.482	0,14
RN	27.237					27.237	0,30
RO	6.829			215	1.012	8.056	0,09
RS	109					109	0,00
SC	19.760				93	19.853	0,22
SE	126.607					126.607	1,42
SP	84.159	11.568	364.102	298.457	160.005	918.291	10,27
<b>Total</b>	<b>859.962</b>	<b>51.971</b>	<b>2.126.518</b>	<b>3.196.925</b>	<b>2.708.612</b>	<b>8.943.988</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dipai/Suinf/Geint

A despesa executada para o desenvolvimento da avaliação de safra e nos demais levantamentos, foi de R\$724.412,33, destacando-se os Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e diárias, com participação de 71,92% e 18,07%, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir.

### Quando LXVIII – Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
AM	282,00	–	–	–	282,00
BA	4.737,00	1.465,06	–	–	6.202,06
CE	1.034,00	429,68	–	–	1.463,68
DF	48.068,50	6.126,63	27.252,22	520.844,00	602.291,35
ES	3.196,00	902,01	1.036,40	–	5.134,41
GO	10.810,00	1.805,04	–	–	12.615,04
MA	2.256,00	1.440,00	–	–	3.696,00
MG	34.404,00	7.876,86	15.369,27	85,75	57.735,88
PB	846,00	142,12	–	–	988,12
PE	2.538,00	485,61	–	–	3.023,61
PR	562,50	–	918,16	–	1.480,66
RO	1.034,00	469,19	–	17,00	1.520,19
SC	2.538,00	1.050,49	12,30	–	3.600,79
SP	17.578,00	3.276,03	1.704,15	36,36	22.594,54
TO	1.034,00	750,00	–	–	1.784,00
<b>Total</b>	<b>130.918,00</b>	<b>26.218,72</b>	<b>46.292,50</b>	<b>520.983,11</b>	<b>724.412,33</b>

Fonte: Siafi

### **2.3.3.7 – Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso**

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia–SPA/EMBRAPA, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safra de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins. Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários no valor de R\$116.210,68 e financeiros de R\$24.850,03, consignados na Ação 2270–Gestão e Administração do Programa, do Programa Desenvolvimento da Agroenergia, sob a coordenação daquela. Este objetiva ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

#### **a) Pinhão Manso**

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o insucesso da cultura. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para a cultura.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas onde se observou o desenvolvimento normal da cultura são aquelas implantadas pelas empresas, que fomentam o cultivo do Pinhão Manso e dispõem de acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratamentos culturais e práticas agronômicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantios ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescentes ou abandonadas, conforme demonstra o Quadro LXIX.

As informações obtidas no levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha. Em Minas Gerais, bem como nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins, pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vêm sendo realizados. No caso de São Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente em virtude de que este é o primeiro levantamento de informações sobre a cultura realizado pela Conab, e, também, ainda é crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente pela imprevisibilidade dos investimentos futuros na cultura.

### Quadro LXIX – Levantamento de Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanescente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)
BA	11	922,0	684,0	da implantação à produção	Boas condições	–	–
GO	11	75,6	75,6	1 a 3 anos	Regulares condições	–	–
ES	10	664,5	664,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/ sementes	–
MA	7	12,0	12,0	–	–	–	–
MT	7	3.617,0	3.617,0	1 a 2 anos	Regulares condições	–	–
MG	20	680,6	398,2	0 a 3 anos	Regulares condições	–	–
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53
RJ	10	3.000,0	3.000,0	2 anos	Abandonado	–	–
SP	4	35,0	0,0	–	Erradicado	–	–
TO	1	3.000,0	3.000,0	Sem informação	Semiabandono	–	–

Durante o período, a Sureg MG gastou R\$5.815,25 com os levantamentos de safra de pinhão manso, conforme demonstrado no Quadro LXX.

### Quadro LXX – Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica	
MG	3.854,00	1.707,81	203,44	50,00	5.815,25

Fonte: Siafi

#### 2.3.3.8 – Participação na Execução do Programa Fome Zero

O Programa Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003 substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Programa Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Programa Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Programa Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Programa Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

#### a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Programa Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

**Quadro LXXI – Demonstrativo das Doações Realizadas**

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	–	–	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	–
Alimentos diversos	Lata	1.423	122.529	–
Alimentos diversos	Unidade	–	1.756.218	–
Material didático	Unidade	–	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	–	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	–	318	–
Ração animal	Kg	–	29.020	–
Remédios diversos	Unidade	–	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	–	256.536	–
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	–	208.725	–
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	–	5	–
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	–	15.220	–
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	–
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	–	–	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab;Gepri

### b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Programa Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

#### Quadro LXXII – Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Programa Fome Zero	MDS	–	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	–	16	44
Camisetas Programa Fome Zero	MDS	–	7.970	180
Baners Programa Fome Zero	MDS	–	–	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	–	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	–	4.478.800	–
Cadernos Talher Brasil	MDS	–	50.100	–
Calendários Quilombolas	MDS	–	2.925	–
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	–
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	–	28.500	–
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	–	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	–
Agenda Bolsa Família	MDS	–	–	492
Álbum Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	–	–	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	–	107.000	–
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	–
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	–
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	–
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	–
<b>Total</b>		<b>5.366.401</b>	<b>11.890.425</b>	<b>1.313.752</b>

Fonte: Supab;Gepri

### c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir:

**Quadro LXXIII – Demonstrativo da Distribuição de Feijão**

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doada (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
<b>Total</b>	<b>4.637</b>	<b>1.803</b>	<b>40.539,0</b>

Fonte: Supab/Gepri

**d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar**

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social–Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil ladas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir:

**Quadro LXXIV – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (Oriundo da Agricultura Familiar)**

Sureg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Se- mentes	Trigo		
		Cristal	Mas- cavo	Benefi- ciado	Casca	Man- dioca	Milho													
AL	107	137,3	–	15,0	–	1.072,4	–	2.624,1	–	36,9	–	–	–	–	–	25,8	–	–	3.911,5	32,0
AM	1	–	–	–	–	–	–	26,6	–	17,1	11,5	–	–	–	–	–	–	–	55,2	–
BA	465	–	–	–	–	18,0	–	4.285,7	–	76,1	–	–	–	–	76,6	2.242,6	–	–	6.699,0	56,8
CE	205	–	–	–	–	1.438,0	–	–	–	72,5	–	–	–	–	–	–	–	–	1.510,5	157,6
ES	154	–	–	–	–	6,4	–	–	–	75,6	–	–	–	–	–	–	–	–	82,0	126,4
GO	93	33,6	–	61,6	9,1	96,4	–	0,4	–	129,3	–	–	–	–	–	–	–	–	330,4	166,5
MA	62	–	–	50,9	–	–	–	–	–	36,3	–	–	–	–	–	–	–	–	87,2	–
MG	60	–	–	114,0	–	121,9	–	–	–	67,4	0,4	–	–	–	–	–	–	–	303,7	49,0
MS	18	–	–	–	–	323,1	–	223,1	–	396,4	–	–	13,0	–	–	–	–	–	955,6	–
MT	8	–	–	–	–	–	–	10,2	–	41,6	–	–	–	–	–	–	–	–	51,8	–
PA	16	–	–	81,0	–	81,0	–	–	–	43,0	–	–	–	–	–	–	–	–	205,0	–
PB	48	–	–	12,3	–	176,6	–	97,7	–	20,6	–	–	–	–	–	–	–	–	307,2	85,9
PE	248	56,3	–	74,7	–	2.519,7	–	518,4	–	387,9	–	–	–	–	–	–	–	–	3.557,0	–
PI	89	–	–	169,0	–	710,1	–	421,9	–	37,3	–	–	311,2	–	–	–	–	–	1.649,5	–
PR	371	0,4	21,6	40,6	–	93,9	–	3.093,8	14,3	11,1	–	–	–	–	–	–	1,7	–	3.277,4	–
RJ	87	–	–	59,3	–	–	–	–	–	91,7	–	–	–	–	–	–	–	–	151,0	99,2
RN	534	0,1	–	135,4	–	590,9	–	43,7	–	21,0	–	4,5	–	–	–	–	–	–	795,6	–
RO	27	–	–	–	–	–	–	741,9	–	11,7	–	–	–	–	–	–	–	–	753,6	–
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	–	–	37,0	330,9	–	934,9	–	–	–	–	–	0,4	–	–	2.679,3	87,6
SC	100	–	0,5	–	–	–	14,0	700,9	0,5	14,4	–	–	–	37,4	–	–	–	–	767,7	2,6
SP	492	–	–	–	–	221,6	–	1.038,6	–	546,7	–	–	–	–	–	–	–	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	–	–	582,3	–	30,0	–	48,1	–	4,7	–	–	–	–	–	–	–	–	665,1	–
<b>Total</b>	<b>3.417</b>	<b>227,7</b>	<b>36,2</b>	<b>2.758,1</b>	<b>9,1</b>	<b>7.500,0</b>	<b>51,0</b>	<b>14.206,0</b>	<b>14,8</b>	<b>3.074,2</b>	<b>11,9</b>	<b>4,5</b>	<b>324,2</b>	<b>37,4</b>	<b>76,6</b>	<b>2.268,8</b>	<b>1,7</b>	<b>20,0</b>	<b>30.622,2</b>	<b>879,2</b>

Fonte: Supab/Gepri

## **2.4. – Desempenho Orçamentário / Financeiro**

### **2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

#### **2.4.1.1 – Programação de Despesas Correntes**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

#### **2.4.1.2 – Programação de Despesas de Capital**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

#### **2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

#### 2.4.1.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

**Quadro LXXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135182	20.122.0350.2272.0001	-	-	59.321,43	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	312.234.436,26	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	1.587.460,00	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	8.432,60	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	320.154,40	-	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	6.019.175,52	-	4.210.631,57	34.139,99	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	29.400,00	34.373,00	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	119.373,65	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	101.670,00	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	86.168,69	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	113.425,31	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	1.650,79	-	-	-
				20.122.1409.2272.0001	-	-	6.446,06	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	852.946,18	-	-	-
				20.301.0352.20CW.0001	-	-	39.022,01	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	149.019,45	-	-	-
				135492	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	827,36	-
135475	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	777,54	-	-			
135482	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	677,90	-	-			

			135494	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	827,36	-	-
			135187	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	344.034,60	-	-
			135491	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	677,90	-	-
			135474	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	952,54	-	-
			135185	20.122.0352.2829.0001	-	-	106.613,24	26.480,80	-	-
			135186	20.122.0352.2829.0001	-	-	111.217,28	57.771,23	-	-
			135483	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	777,54	-	-
		135347	135182	08.244.1049.2792.0001	-	-	1.907.129,14	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	262.587,22	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	38.250,17	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	30.709,89	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	36.288.000,00	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	439.829,05	-	-	-
	135183	08.244.1049.2792.0001	-	-	-5.214,22	-	-	-		
		08.605.1049.2802.0001	-	-	-160,45	-	-	-		
		06.182.1029.4564.0103	-	-	-36.561,20	-	-	-		
	Concedidos	135182	135100	20.122.0350.2272.0001	-	-	1.585,55	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	8.253.169,00	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	228.620,00	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	-	-	7.028,67	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	42.877,11	-	204.786,35	1.050,01	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	18.600,00	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	1.304,52	-	-	-
				20.125.0352.4706.0001	-	-	424,76	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	4.087,72	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	11.768,12	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	2.659,02	-	-	-
08.244.1049.2792.0001				-	-	12.338,04	-	-	-	
08.605.1049.2802.0001				-	-	4.343,07	-	-	-	

				20.122.1409.2272.0001	-	-	630,81	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	30.709,89	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	617,05	-	-	-
		135187		20.122.0352.2829.0001	-	-	-	344.034,60	-	-
		135185		20.122.0352.2272.0001	-	-	40.141,52	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	37.806,22	128,15	-	-
		135186		20.122.0352.2272.0001	-	-	207.025,50	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	45.781,60	23.850,00	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	0,10	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	-	-	3,25	-	-	-
		135183		08.244.1049.2792.0001	-	-	2.247,22	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	193,10	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	89.366,56	-	-	-
		135184		20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	213.896,40	-
		135431		20.605.0352.2130.0001	-	-	-	70.145,85	-	-
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## 2.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

#### 2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

**Quadro LXXVI – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	100.660,42	104.652,52	100.660,42	104.652,52
Tomada de Preços	591.913,74	42.114,44	591.913,74	42.114,44
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	203.406.135,59	295.332.104,85	203.406.135,59	295.332.104,85
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	57.065.455,45	64.092.865,17	57.065.455,45	64.092.865,17
Inexigibilidade	9.812.592,86	3.393.275,55	9.812.592,86	3.393.275,55
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	10.027,97	14.508,21	10.027,97	14.508,21
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	499.999,94	256.816,54	49.999,94	256.816,54
Diárias	489.571,85	786.291,15	489.571,85	786.291,15
<b>Outros</b>				
Não se Aplica	<b>1.669.334,40</b>	<b>619.679,51</b>	<b>1.669.334,40</b>	<b>619.679,51</b>

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Dispensa de Licitação – no valor total de R\$64.092.865,17, sobressaindo-se os custos de aquisição e despesas correlatas de produtos agropecuários para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos–PAA, com recursos repassados pelo MDS, no valor de R\$51.242.112,77, e também a aquisição e manutenção dos estoques públicos (AGF e Contrato de Opção de Venda), no âmbito da Ação Formação de Estoques Públicos, no valor total de R\$11.595.586,00.
- Pregão – no valor total de R\$295.332.865,17, destacando-se os custos relacionados à remoção e manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$289.654.712,37, e também, à aquisição e despesas correlatas de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias ou grupos populacionais, no valor de R\$1.930.928,71.
- Inexigibilidade – com valor total de R\$3.393.275,55, onde se destacaram as despesas relativas à manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$2.431.807,21.

#### **2.4.2.1.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

#### **2.4.2.1.3. – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

#### **2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**

##### **2.4.2.2.1 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação**

### 2.4.2.2.2 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

**Quadro LXXVII – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesa de Pessoal</b>	<b>5.154.752,06</b>	<b>6.100.430,67</b>	<b>4.822.471,62</b>	<b>6.100.430,67</b>	<b>332.280,44</b>	<b>0,00</b>	<b>4.448.820,48</b>	<b>5.723.862,18</b>
Outros Benefícios Assistenciais	3.300,00	0,00	3.300,00	0,00	–	–	3.300,00	–
Vencimentos e Vantagens Fixas	739.766,81	885.594,26	739.766,81	885.594,26	–	–	667.597,17	817.978,17
Obrigações Patronais	3.554.610,24	4.663.052,98	3.554.610,24	4.663.052,98	–	–	3.255.167,29	4.354.100,58
Depósitos Compulsórios	164.419,50	256.816,54	164.419,50	256.816,54	–	–	164.419,50	256.816,54
Sentenças Judiciais	690.526,64	294.966,89	358.246,20	294.966,89	332.280,44	–	358.246,20	294.966,89
Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.128,87	0,00	2.128,87	0,00	–	–	90,32	0,00
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>46.587.256,56</b>	<b>60.573.611,39</b>	<b>45.254.409,73</b>	<b>60.498.175,96</b>	<b>1.332.846,83</b>	<b>75.435,43</b>	<b>42.345.280,53</b>	<b>57.697.480,90</b>
Diárias	489.571,85	786.291,15	489.101,85	786.291,15	470,00	–	488.276,85	786.291,15
Material de Consumo	624.835,94	434.136,13	620.880,64	434.136,13	3.955,30	–	576.626,26	387.850,93
Material de Distribuição Gratuita	39.824.549,35	53.530.176,00	38.503.294,00	53.465.856,00	1.321.255,35	64.320,00	36.399.381,27	51.093.492,95
Passagens e Despesas com Locomoção	116.924,45	165.574,80	116.924,45	165.574,80	–	–	104.666,16	163.203,18
Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Física	204.508,35	233.841,73	204.508,35	233.841,73	–	–	181.414,82	219.545,36
Locação de Mão–de–Obra	639.451,46	854.943,92	639.451,46	854.943,92	–	–	325.334,29	769.394,71
Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica	4.358.301,70	4.368.274,32	4.351.135,52	4.357.788,07	7.166,18	10.486,25	3.995.819,16	4.085.589,91
Obrigações Tributárias e Contributivas–Op. Intra–Orçamentárias	280.141,87	189.495,72	280.141,87	188.866,54	–	629,18	270.634,22	181.235,09
Indenizações e Restituições	48.971,59	10.877,62	48.971,59	10.877,62	–	–	3.127,50	10.877,62
<b>4 – Investimentos</b>	<b>1.127.295,04</b>	<b>114.655,00</b>	<b>637.642,09</b>	<b>78.258,63</b>	<b>489.652,95</b>	<b>36.396,37</b>	<b>598.406,00</b>	<b>72.538,63</b>
Obras e Instalações–Op. Intra–Orçamentárias	538.636,74	55.734,65	137.483,79	36.617,65	401.152,95	19.117,00	102.363,70	36.617,65
Equipamento e Material Permanente–Op. Intra–Orçamentárias	588.658,30	58.920,35	500.158,30	41.640,98	88.500,00	17.279,37	496.042,30	35.920,98
<b>5 – Inversões Financeira</b>	<b>224.441.568,89</b>	<b>303.697.225,01</b>	<b>219.668.978,09</b>	<b>302.281.071,20</b>	<b>4.772.590,80</b>	<b>1.416.153,81</b>	<b>90.321.840,53</b>	<b>298.151.388,65</b>
Aquisição de produtos para Revenda	224.441.568,89	303.697.225,01	219.668.978,09	302.281.071,20	4.772.590,80	1.416.153,81	90.321.840,53	298.151.388,65
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>277.310.872,55</b>	<b>370.485.922,07</b>	<b>270.383.501,53</b>	<b>368.957.936,46</b>	<b>6.927.371,02</b>	<b>1.527.985,61</b>	<b>137.714.347,54</b>	<b>361.645.270,36</b>

Fonte: Siafi

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentário/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$370.485.922,07, com variação, a maior, de 33,6%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$2.968.570,20, e do FGTS, no valor de R\$1.013.397,75. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc.) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 1,65% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 18,35% em relação a 2009.
- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 16,35% do empenho total, com variação, a maior, de 30,02% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$53.530.176,00, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).
- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$114.655,00, representando 0,03% do total empenhado, com variação, a menor, de 89,83% em relação ao ano anterior. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a modernização do sistema de termometria, no valor de R\$29.850,00. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.
- No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGF e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$303.697.225,01, com variação, a maior, de 35,31% em relação a 2009.

### **2.4.3. – Indicadores de Desempenho ou Institucionais**

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e na dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Mais recentemente, foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão, contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica. Durante o exercício de 2007 o Planejamento Estratégico entrou em fase de avaliação pela nova administração e até o fim do exercício em análise não houve nenhuma decisão quanto à continuidade desse Projeto, não tendo sido, portanto, apurados os indicadores.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados (Geare), foi resgatado todo o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização – CGPLANMAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA–2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo e à facilidade de obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CAN, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação.

Para 2011 está prevista a revisão dos indicadores vinculados ao PPA e a atualização das metas e o resgate dos indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico da Conab.

### a) Indicadores no âmbito do PPA

Os indicadores de eficácia são utilizados na aferição do andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CAN e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções pra entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

No âmbito da Matriz, os indicadores referem-se quase que exclusivamente à execução orçamentário/financeira das ações, apesar da participação dos empregados lotados na Sede na execução e coordenação de várias atividades, ficando os resultados nas Regionais.

Os Resultados apurados nos indicadores relacionados com as ações meio (administrativas) foram comentados no item Principais Ações. A seguir, estão descritos os indicadores relacionados às ações finalísticas.

#### 2.4.3.1. – Comentários sobre os indicadores de desempenho das ações

##### a. Ação (2130) Formação de Estoques Públicos

#### Quadro LXXVIII – Indicador Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos

<b>Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos</b>			
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto			
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>0,00</b>
<b>2008</b>			<b>0,00</b>
<b>2009</b>			<b>86,50</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Resultado:</b>
			<b>44,31</b>

Adquiriu 44,31% do quantitativo previsto na meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual – LOA para o Estado de Minas Gerais.

Foram adquiridos produtos para formação de estoques reguladores como: 60.143 t de café beneficiado cru objeto do aviso Contrato de Opção nº 216/09 e 10.751 t de milho em grão a granel vinculados às operações da PGPM/AGF).

Ressalta-se também, que foram adquiridas 1.009.600 unidades de embalagens, sendo 30.000 sacas de polipropileno para ensacar o milho destinado ao Programa de venda em Balcão na UA Juiz de Fora/MG e 979.600 sacas novas de juta, compra referente às indenizações das embalagens que acondicionavam os estoques de cafés do aviso 216/09.

Os estoques adquiridos encontram-se pulverizados em diversos municípios do Estado de Minas Gerais e, preferencialmente, depositados nos armazéns da Conab, CASEMG e terceiros.

### **Quadro LXXIX – Indicador Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos</b>			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>16,62</b>
<b>2008</b>			<b>5,13</b>
<b>2009</b>			<b>80,90</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Resultado:</b> style="text-align: right;"> <b>75,92</b>

A Sureg MG utilizou 75,92% da previsão estabelecida inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2010.

A redução das aquisições no exercício de 2010 ocorreu em função da pouca oferta e, principalmente, os altos preços dos produtos no mercado regional, foram fatores importantes para redução dos índices de aquisições no Estado.

#### **b) Ação (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**

### Quadro LXXX – Indicador Percentual de Fiscalizações Realizadas

<b>Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas</b>			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
<b>Resultados:</b>			
2007			–
2008			209,23
2009			240,71
2010	Meta:	100,00	Realizado: 159,67

O percentual de unidades armazenadoras fiscalizadas superou a meta prevista na LOA em 159,67%. Os resultados apurados demonstram que a atividade foi desenvolvida dentro das expectativas traçadas para o exercício de 2010.

A meta inicialmente estabelecida foi superada devido às fiscalizações especiais realizadas com o objetivo de aquisição de produtos vinculados às operações governamentais (Contrato de Opção e PGPM/AGF) e àquelas realizadas para verificar correções de irregularidades.

### Quadro LXXXI – Indicador Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários</b>			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
<b>Resultados:</b>			
2007			98,77
2008			78,85
2009			99,60
2010	Meta:	100,00	Realizado: 84,34

O resultado alcançado no ano de 2010 esteve bem próximo da meta estabelecida para execução da dotação orçamentária prevista na LOA. No ano de 2010 houve uma significativa redução da execução orçamentária, embora tenham sido fiscalizados todos os estoques. No ano de 2009 foi executada a quase totalidade da dotação orçamentária prevista na LOA.

### Quadro LXXXII – Indicador Índice de Perdas em Armazenagem

<b>Nome: Índice de Perdas em Armazenagem</b>			
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: Menor que o do ano anterior			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>0,00</b>
<b>2008</b>			<b>0,07</b>
<b>2009</b>			<b>0,00</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>	<b>Realizado:</b> <b>0,00</b>

No ano de 2009 e de 2010 não contatou falta de peso caracterizada como “perdas em armazenagem” nos estoques governamentais sob jurisdição da Superintenderia Regional.

A inexistência de perdas em armazenagem é atribuída às sistemáticas operações de fiscalização que conferem “*in loco*” as boas praticas de armazenagem.

### Quadro LXXXIII – Indicador Índice de Desvio de Produtos Armazenados

<b>Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados</b>			
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>0,00</b>
<b>2008</b>			<b>0,00</b>
<b>2009</b>			<b>0,00</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>	<b>Realizado:</b> <b>0,05</b>

Nos exercícios de 2007, 2008, 2009 não foram observadas faltas de produtos vinculados às operações governamentais no Estado de Minas Gerais, consideradas como “desvios”, ou seja, falta de mercadorias/embalagens, quer seja na totalidade dos saldos de depósitos ou parciais.

Entretanto, registrou-se um desvio de 765 t de milho granel, safra 08/09, vinculados às operações de Contratos de Opção, que se encontrava depositados na Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda. Ressalta-se que a Sureg MG adotou todos os procedimentos estabelecidos nas Normas da Organização e que a referida Cooperativa efetuou o pagamento do produto desviado, na forma estabelecida no contrato de depósito.

#### Quadro LXXXIV – Indicador Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão

<b>Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão</b>	
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil	
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão	
Tipo: Efetividade	
Unidade de Medida: %	
Meta: 0,00%	
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$	
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)	
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis	
Base Geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Anual	
Responsável: Gerente da Gefis	
<b>Resultados:</b>	
<b>2007</b>	<b>0,00</b>
<b>2008</b>	<b>0,00</b>
<b>2009</b>	<b>0,00</b>
<b>2010</b>	<b>0,00</b>
<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>
<b>Realizado:</b>	<b>0,00</b>

Não foi detectada alteração de qualidade nos estoques sob responsabilidade da Sureg MG nos últimos quatro anos.

Todo o estoque adquirido ou recebido de outros Estados é classificado no ato do recebimento nas unidades armazenadoras pelo órgão classificação credenciado pela Conab.

Durante o período de estocagem realiza-se também o controle de qualidade das mercadorias armazenadas. As amostras são coletadas durante as operações de fiscalizações e ou supervisões de responsabilidade técnica e, posteriormente, reclassificadas por classificadores próprios no Posto de Classificação da Superintendência.

Tais ações contribuíram para a inexistência de perdas de qualidade nos estoques sob a jurisdição da Sureg MG.

### Quadro LXXXV – Indicador Índice de ocorrência de produtos desclassificados

<b>Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados</b>			
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 0,00%			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>0,00</b>
<b>2008</b>			<b>0,00</b>
<b>2009</b>			<b>0,00</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>0,00</b>	<b>Realizado: 0,00</b>

Não foi constatada a presença de produtos vinculados aos programas governamentais considerados como desclassificados em Minas Gerais nos últimos quatro anos.

As ações de fiscalizações periódicas, as supervisões técnicas, o controle de qualidade realizado e a conscientização dos depositários quanto às boas práticas de armazenagem contribuíram para obtenção destes resultados.

Os resultados obtidos demonstram que a meta foi alcançada e a atividade foi desenvolvida dentro das expectativas traçadas para o exercício de 2010.

### Quadro LXXXVI – Indicador do Custo por Fiscalização realizada

<b>Nome: Custo por Fiscalização realizada</b>			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: $X/Y$			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>-</b>
<b>2008</b>			<b>347,86</b>
<b>2009</b>			<b>404,90</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>404,9</b>	<b>Realizado: 246,49</b>

O custo unitário por fiscalização realizada em Minas Gerais foi de R\$246,49. Observa-se que houve uma redução no custo unitário da ordem de 60,87% com relação ao custo do exercício anterior.

O aumento do quantitativo de estoques no Estado nos últimos três anos e, principalmente, a participação dos técnicos lotados nas unidades armazenadoras contribuíram para a redução do custo unitário da fiscalização.

### Quadro LXXXVII – Indicador Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

<b>Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos</b>	
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados	
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: 100% do quantitativo programado	
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$	
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada	
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis	
Base Geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Anual	
Responsável: Gerentes da Gefis	
<b>Resultados:</b>	
<b>2007</b>	<b>475,10</b>
<b>2008</b>	<b>247,69</b>
<b>2009</b>	<b>179,63</b>
<b>2010</b>	<b>110,33</b>
<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>
<b>Realizado:</b>	<b>110,33</b>

Os resultados obtidos nos últimos anos demonstram que a meta estabelecida na LOA foi alcançada. No exercício de 2010 obteve-se o índice de 110,33%, ou seja foram fiscalizados mais estoques do que o planejado inicialmente.

Estes índices foram atingidos por que foram realizadas diversas fiscalizações especiais com o objetivo de adquirir produtos agrícolas para formação de estoques, como milho e café.

### c. Ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

#### Quadro LXXXVIII – Indicador Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

<b>Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas</b>	
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários	
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Maior ou igual a 100%	

Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas			
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gerap			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>200,00</b>
<b>2008</b>			<b>180,00</b>
<b>2009</b>			<b>100,00</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>112,50</b>

Os resultados obtidos nos últimos anos demonstram que as metas estabelecidas na LOA foram alcançadas em todo o período de 2007 a 2010, sendo inclusive superada. Isto se deveu a complementações orçamentárias ocorridas durante os exercícios, o que implicou na possibilidade de utilização de volumes maiores de recursos que os inicialmente previstos.

No exercício de 2010 obteve-se o índice de 112,5% de atingimento da meta, ou seja, todo o recurso disponibilizado foi utilizado, e ainda, houve um acréscimo de suplementação orçamentária o que propiciou um acréscimo de 12,5% da meta inicial.

#### **Quadro LXXXIX – Indicador Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria**

<b>Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria</b>			
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gerap			
<b>Resultados:</b>			
<b>2007</b>			<b>98,77</b>
<b>2008</b>			<b>92,44</b>
<b>2009</b>			<b>99,35</b>
<b>2010</b>	<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>	<b>Realizado</b>
			<b>94,31</b>

Os resultados alcançados nos últimos quatro anos demonstram que a Sureg MG tem atendido a quase totalidade dos dispêndios previstos na sua previsão orçamentária. No exercício de 2010 o índice alcançado esteve bem próximo dos 100% de atendimento, não sendo possível a utilização de todos os recursos em razão de dificuldade de algumas contratações de serviços e obras.

**d) Ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras**
**Quadro XC – Indicador Percentual de Armazéns Cadastrados**

<b>Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados</b>				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y = total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
<b>Resultados:</b>				
2007			-	
2008			-	
2009			9,50	
2010	Meta:	100,00	Realizado	158,07

A atividade de cadastro de armazéns em Minas Gerais atingiu 158,07% da meta inicialmente estabelecida na LOA. O alto índice obtido ocorreu em função do Censo de Unidades Armazenadoras realizado em Minas Gerais, onde foram vistoriados todos os armazéns cadastrados, e também em virtude do aumento da demanda devido ao prazo para as unidades armazenadoras certificarem, conforme exigência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

**Quadro XCI – Indicador Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns</b>				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
<b>Resultados:</b>				
2007			95,89	
2008			25,39	
2009			19,63	
2010	Meta:	100,00	Realizado	95,67

Observa-se que em 2010 um aumento de gastos com cadastro de unidades armazenadoras, comparado com os dois últimos anos, 2008/2009.

No exercício de 2010, a Sureg MG utilizou 95,67% da meta estabelecida na LOA. O aumento nos gastos ocorreu devido a operação do Censo das Unidades Armazenadoras sendo visitados todos os municípios com armazéns cadastrados.

### Quadro XCII – Indicador Índice de Custo por unidade cadastrada

<b>Nome: Custo por Unidade Cadastrada</b>	
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada	
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras	
Tipo: Eficiência	
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento	
Meta:	
Fórmula de Cálculo: (X/Y)	
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos	
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gecad	
<b>Resultados:</b>	
<b>2007</b>	<b>56,82</b>
<b>2008</b>	<b>8,76</b>
<b>2009</b>	<b>124,91</b>
<b>2010</b>	<b>51,88</b>
<b>Meta:</b>	– <b>Realizado</b>

Em comparação ao ano anterior houve uma redução do custo por unidade cadastrada, devido aos cadastros terem sido realizados concomitantemente às demais operações desenvolvidas pela Superintendência Regional.

Os resultados apurados demonstram que a atividade foi desenvolvida dentro das expectativas traçadas para o exercício de 2010. No que diz respeito ao número de unidades cadastradas e o indicador de eficácia mostra que a meta estabelecida foi cumprida.

### e) Ação (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

#### Quadro XCIII – Indicador Percentual de Vistoria dos Estoques Privados

<b>Nome: Percentual de Vistoria dos Estoques Privados</b>	
Descrição: Percentual de vistoria dos estoques privados e das condições de armazenamento	
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA	
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100	
Variáveis: X= n.º de vistorias realizadas e Y= n.º total de vistorias previstas	

Fonte: X= Sufis/Gevep e Y= Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gevep	
<b>Resultados:</b>	
<b>2007</b>	-
<b>2008</b>	-
<b>2009</b>	<b>100,00</b>
<b>2010</b>	<b>60,00</b>

Em 2010 a meta física estabelecida para Minas Gerais é vistoriar 50.000 t de produtos privados, correspondente a 25% daquela prevista para a Conab. Entretanto, foi executado somente o percentual de 60% da prevista para o Estado.

Apesar da Sureg MG ter atingido 60% da meta inicialmente prevista, os resultados obtidos demonstram que a meta foi atingida e as ações encontram-se dentro dos procedimentos esperados.

#### **Quadro XCIV – Indicador Percentual de Execução Financeira Vistoria dos Estoques Privados**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira na Vistoria dos Estoques Privados</b>	
Descrição: Percentual de gastos com vistoria dos estoques	
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$	
Variáveis: X= Valor executado e Y= Dotação prevista na LOA	
Fonte: X= Siafi e Y= Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gevep	
<b>Resultados:</b>	
<b>2007</b>	<b>98,16</b>
<b>2008</b>	-
<b>2009</b>	<b>97,67</b>
<b>2010</b>	<b>40,13</b>

Quanto à execução financeira, os gastos com as operações de vistorias dos estoques privados alcançaram o percentual de 40,13% da meta estabelecida para a Sureg MG na Lei Orçamentária Anual. Comparando os resultados com o exercício anterior nota-se uma redução dos gastos com a atividade, pois algumas unidades detentoras destes estoques encontram-se localizados nos municípios próximos às UA próprias da Conab, cuja vistoria foi realizada sem custo à Companhia.

Os resultados demonstram que a meta inicialmente prevista foi atingida e a atividade realizada conforme planejada.

**f) Ação (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras**
**Quadro XCV – Indicador Percentual de pesquisa de safras**

<b>Nome: Percentual de Pesquisa de Safras</b>	
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA	
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Igual ou superior a 100%	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$	
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas	
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Geasa	
<b>Resultados:</b>	
<b>2007</b>	<b>150,00</b>
<b>2008</b>	<b>100,00</b>
<b>2009</b>	<b>100,00</b>
<b>2010</b>	<b>100,00</b>
<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>
<b>Realizado</b>	<b>100,00</b>

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a realização de doze pesquisas de safra de grãos. As pesquisas de campo, em número de seis, são realizadas através de viagens programadas, de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras do Estado. Também em número de seis, em meses alternados com as pesquisas de campo, os técnicos da Sureg MG desenvolvem levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc.

Conclui-se, portanto, que no Estado de Minas Gerais foram realizados, em 2010, os doze levantamentos de campo inicialmente previstos para as pesquisas de safras de grãos.

**Quadro XCVI – Indicador Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras**

<b>Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras</b>	
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras	
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA	
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$	
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto	
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Geasa	
<b>Resultados:</b>	
<b>2007</b>	<b>99,14</b>
<b>2008</b>	<b>61,92</b>
<b>2009</b>	<b>83,07</b>
<b>2010</b>	<b>92,31</b>
<b>Meta:</b>	<b>100,00</b>
<b>Realizado</b>	<b>92,31</b>

Considerando o pleno cumprimento das ações de levantamento de safras no Estado de Minas, conclui-se pela compatibilidade entre o orçamento e a realização dos gastos com pesquisas de safras na Sureg MG durante o ano de 2010.

### 3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010

#### 3.1 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no período.

#### 3.2 – Análise Crítica

Não se aplica, tendo em vista o item 3.1.

### 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010

#### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

##### Quadro XCVII – Restos a Pagar – Processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	5.240,38	0,00	5.240,38	0,00
2006	48.649,13	0,00	5.428,80	43.220,33
2007	1.279,38	0,00	1.279,38	0,00
2008	27.888,33	-932,75	26.894,53	61,05
2009	130.173.855,05	-1.790.364,98	128.353.008,75	30.481,32

##### Quadro XCVIII – Restos a Pagar – Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	5.606.115,67	-1.193.059,38	4.359.665,69	53.390,60

#### 4.2 – Análise Crítica

##### 4.2.1 – Exercício 2005

O valor R\$ 5.240,38 relativo à Nota de Empenho nº 000375, UG 135186 – Fornecedor Alves e Bonfim Ltda., CNPJ 02.870.850/0001-76, baixada pelo pagamento da OB Judicial nº 801474 de 23/02/2010. Encontrava-se pendente aguardando decisão da justiça, objeto do Processo Trabalhista nº 01349-2007-134-03-00-2, da 5ª Vara do Trabalho de Uberlândia/MG.

#### 4.2.2 – Exercício 2006

O montante de R\$ 43.220,33 a pagar, refere-se às notas de empenhos n°s 2006NE000345 da UG 135185, as 2006NE000074 e 2006NE000405 da UG 135186, para o Fornecedor Alves e Bonfim Ltda. – CNPJ 02.870.850/0001-76, encontram-se pendentes, aguardando decisão da justiça, conforme Processo Administrativo n° 08.487/200. – Processo Judicial 2006.38.00.028896-8, na 5ª Vara Federal de Belo Horizonte.

#### 4.2.3 – Exercícios 2007, 2008 e 2009

Os valores relativos aos Restos a Pagar Processados, dos exercícios de 2007 e 2008, referem-se na sua maioria, a retenção de tributos federais na operação de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, e serão baixados através dos recolhimentos dos DARF, à medida que forem sendo emitidas as notas fiscais de entrega dos produtos pelos diversos fornecedores

### 5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N°. 107, DE 27/10/2010

#### 5.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg MG contava com 251 empregados, sendo 182 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XCIX – Composição do Quadro de Recursos Humanos  
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>251</b>	<b>21</b>	<b>0</b>
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	–	–	–	–
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>	<b>0</b>	<b>182</b>	<b>21</b>	<b>0</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	–	182	21	–
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	–	–	–	–
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	–	–	–	–
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	–	–	–	–

<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>	<b>0</b>	<b>69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.4.1 Cedidos	–	61	–	–
1.4.2 Removidos	–	–	–	–
1.4.3 Licença Remunerada	–	–	–	–
1.4.4 Licença não remunerada	–	8	–	–
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.1 Cargos de Natureza Especial</b>	–	–	–	–
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	–	–	–	–
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	–	–	–	–
2.2.4 Sem vínculo	–	–	–	–
2.2.5 Aposentado	–	–	–	–
<b>2.3 Funções gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	–	–	–	–
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>251</b>	<b>21</b>	<b>0</b>

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados, 133 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 52,99% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

### Quadro C – Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2010

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg MG		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	118	118	–
Reintegrado (Transitado)	9	10	1
Reintegrado Liminar	–	–	–
Anistiado (Transitado)	2	2	–
Anistiado (Liminar)	–	–	–
<b>Anistiado (Lei 8878/94)</b>	100	121	21
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>251</b>	<b>22</b>

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 54,98% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 29,88%, conforme detalhado no quadro a seguir.

### Quadro CI – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até	De 31 a	De 41 a	De 51 a	Acima de	

	30	40	50	60	60	
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>75</b>	<b>138</b>	<b>28</b>	<b>251</b>
1.1 Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–	–	<b>0</b>
1.2 Servidores de Carreira	3	6	54	108	19	<b>190</b>
1.3 Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–	–	<b>0</b>
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	21	30	9	<b>61</b>
<b>2. Provimento de cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Cargos de Natureza Especial	–	–	–	–	–	<b>0</b>
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	–	–	–	–	–	<b>0</b>
2.3 Funções Gratificadas	–	–	–	–	–	<b>0</b>
<b>3. Total</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>75</b>	<b>138</b>	<b>28</b>	<b>251</b>

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 24,70% possuem curso superior com especialização/mestrado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

### Quadro CII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>39</b>	<b>96</b>	<b>32</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>216</b>
1.1 Membros de poder e agentes políticos											<b>0</b>
1.2 Servidores de Carreira			26	19	69	28	13	2			<b>157</b>
1.3 Servidores com Contratos Temporários											<b>0</b>
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			8	20	27	4					<b>59</b>
<b>2. Provimento de cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35</b>
2.1 Cargos de Natureza Especial											<b>0</b>
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											<b>0</b>
2.3 Funções Gratificadas			3	1	16	7	6	2			<b>35</b>
<b>3. Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>37</b>	<b>40</b>	<b>112</b>	<b>39</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>251</b>

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1–Analfabeto; 2–Alfabetizado sem cursos regulares; 3–Primeiro grau incompleto; 4–Primeiro grau; 5–Segundo grau ou técnico; 6–Superior; 7–Aperfeiçoamento/Especialização/Pós–Graduação; 8–Mestrado; 9–Doutorado; 10–Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 19 estagiários de nível superior e 6 de nível médio, com custo anual de R\$180.156,20 (salário mais auxílio transporte).

### 5.2 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ.

### 5.3 – Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro CIII – Composição do Quadro de Estagiários  
Situação Apurada em 31/12/2010**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
<b>Nível Superior</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	30	25	180.156,20
Área Fim	12	13	15	14			
Área Meio	5	4	4	5			
<b>Nível Médio</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>6</b>			
Área Fim	6	6	5	4			
Área Meio	2	2	2	2			
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>180.156,20</b>

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

#### 5.4 – Quadro de custos de recursos humanos

#### Quadro CIV – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	14.461.339,62	0,00	1.647.139,04	23.785,68	0,00	0,00	0,00	<b>16.132.264,34</b>
2009	16.900.963,67	0,00	1.659.356,00	70.716,00	0,00	0,00	0,00	<b>18.631.035,67</b>
2010	18.729.067,32	0,00	1.774.942,88	66.909,84	0,00	0,00	0,00	<b>20.570.920,04</b>
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
2010	1.704.092,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>1.704.092,19</b>
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

### 5.5 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

#### Quadro CV – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: <b>Conab – Sureg MG</b>													
UG/Gestão: 135182						CNPJ: 26.461.699/0119-72							
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	27/2009	07.534.224/0001-22	26/12/09	26/12/10			34	34			P
2006	L	O	01/2006	97.481.220/0001-16	06/12/06	06/12/07			1	1			P
2008	L	O	13/2008	05.296.914/0001-65	13/10/08	13/10/09			1	1			E
2009	L	O	17/2009	08.014.699/0001-50	07/10/09	07/10/10			1	1			E
2010	L	O	003/2010	11.154.628/0001-68	02/02/10	02/02/11			3	3			E

Observação: As atividades terceirizadas não se referem a atividade fim da Conab, além de não estarem previstas no Plano de Cargos da Companhia, excetuando-se a atividade de limpeza, entretanto os empregados enquadrados no cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais apresentam idade avançada e não possuem condições físicas para desempenharem as atividades inerentes aos serviços de limpeza.

**LEGENDA**  
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gefad/Setad

#### Quadro CVI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

UNIDADE CONTRATANTE														
Nome: <b>Conab – Sureg MG</b>														
UG/Gestão: 135182							CNPJ: 26.461.699/0119-72							
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
				Início	Fim	F		M		S			P	C
						P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	027/2009	26/12/09	26/12/10			34	34			P	34	34
2006	L	O	001/2006	06/12/06	06/12/07			1	1			P	1	1
2008	L	O	013/2008	10/10/08	13/10/09			1	1			E	1	1
2009	L	O	017/2009	07/10/09	07/10/10			1	1			E	1	1
2010	L	O	003/2010	02/02/10	02/02/11			3	3			E	3	3

Observação:

Legenda:
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Gefad/Setad

### Quadro CVII – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: Conab – Sureg MG													
UG/Gestão: 135182						CNPJ: 26.461.699/0119-72							
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	7	O	006 e 007/2007	97.481.220/0001-16 05.296.914/0001-65	19/04/07	19/04/2008			06	06			A
2007	1	O	008/2007	00.580.630/0001-82	09/05/10	09/05/11					3	3	E
2010	7	O	19/2010	04.046.086/0001-44	25/06/10	25/06/11	8	8					A
2009	7	O	11/2009	03.514.206/0001-28	30/07/10	30/07/11	42	42					A
Observação: As atividades terceirizadas (portaria, serviços jurídicos e braçagem) não se referem a atividade fim da Conab.													
<b>LEGENDA</b>													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Gefad/Setad

### Quadro CVIII – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
27/2009	8	4	UA/MONTES CLAROS
27/2009	8	4	UA/PASSA QUATRO
27/2009	8	8	UA/UBERABA
27/2009	8	18	UA/UBERLÂNDIA

01/2006	7	1	UA/MONTES CLAROS
13/2008	7	1	UA/SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO
17/2009	7	1	UA/UBERABA
03/2010	7	3	SEDE DA Sureg MG
06/2007	9	4	UA/UBERABA E UA/PASSA QUATRO
07/2007	9	2	UA/MONTES CLAROS
08/2007	1	3	SEDE DA Sureg MG
19/2010	9	8	UA/MONTES CLAROS (FORTE CARGAS)
11/2009	9	42	UA/UBERABA E UA/UBERLÂNDIA

**LEGENDA**

Área:

- |  |   |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio;             |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;   | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha;                 | 7. Higiene e Limpeza;                           |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;    | 8. Vigilância Ostensiva;                        |
|  | 9. Outras.                                      |

Fonte: Gefad/Setad

## 5.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 t de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Programa Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos–PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Programa Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro–Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos–PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservaram maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

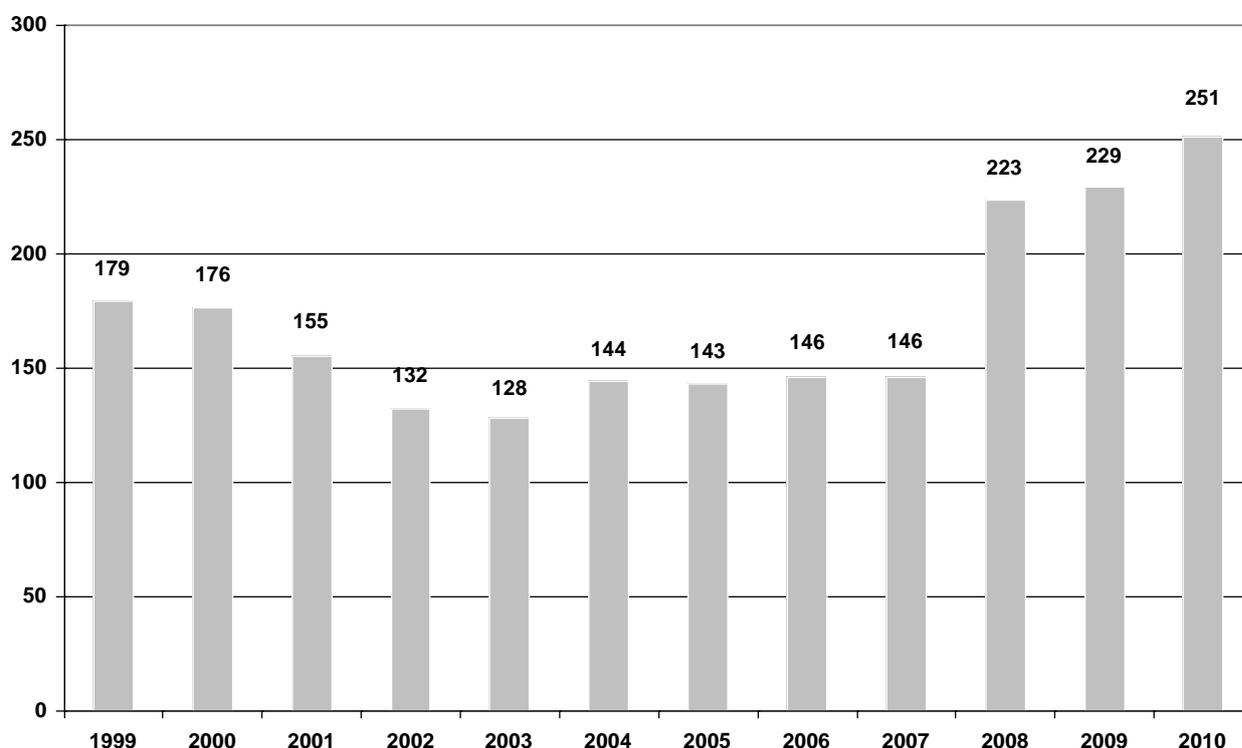
No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, 54,2% do quadro funcional era composto de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a receber os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício. Como parte integrante da Conab, a Sureg MG apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica a redução até o exercício de 2003 e em seguida uma recomposição, com aumento de 96,1% sobre a quantidade existente naquele ano.

**Figura III – Evolução do Número de Empregados**



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas,

em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Apesar do aumento do quadro de pessoal existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 66,1% do número de empregados têm idade superior a 51 anos.

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

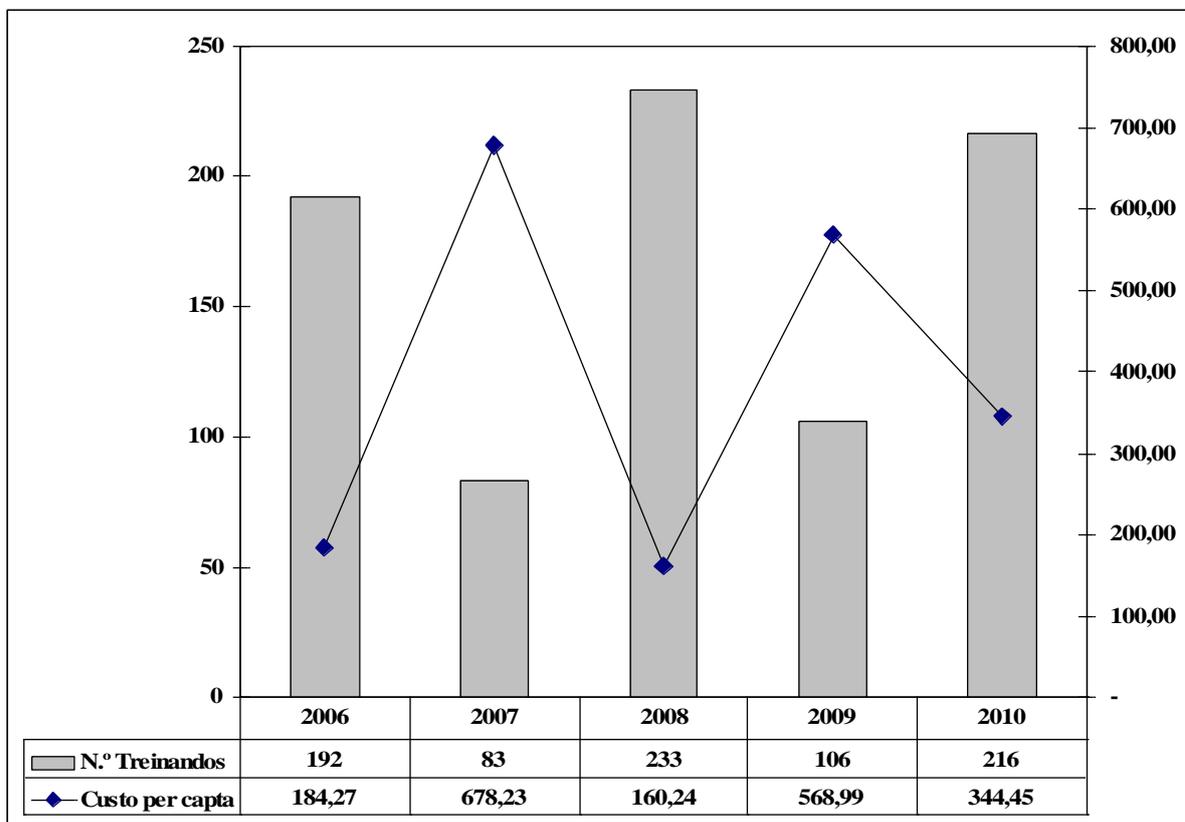
Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91 e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 35 empregados (13,9% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc.) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios passados houve maior demanda de cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal, com participação de todos os empregados. Atualmente, grande parte dos eventos esta relacionada à área operacional com cursos realizados fora da área de trabalho dos treinandos, incluindo cursos de especialização, pós-graduação etc. Em 2010, verifica-se aumento de 103,8% no número de treinandos e redução de 39,5% no custo per capta. Tal situação deve-se à maior participação de

empregados em eventos realizados no Estado de Minas Gerais, apesar da participação em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo, do Paraná e de Goiás.

**Figura IV – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta***

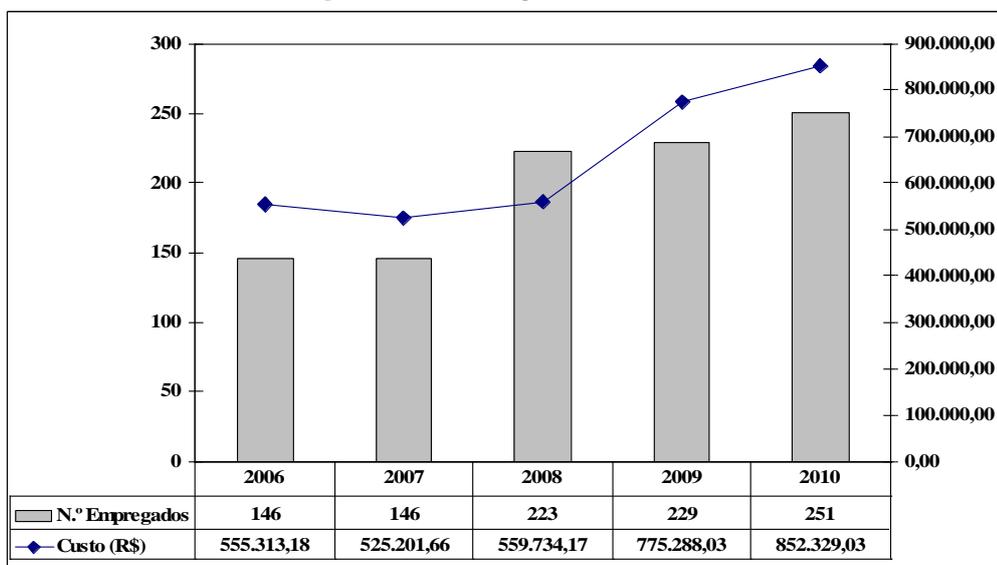


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de autogestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos esforços realizados foi registrada a ocorrência de 2 acidentes de trabalho em 2010.

O contínuo aumento das despesas médicas tem como principal causa o aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos. Em 2010 o aumento das despesas com assistência médica e odontológica foi proporcional ao aumento do quadro de empregados, com variação de 9,9% e 9,6%, respectivamente.

**Figura V – Serviços de Saúde**

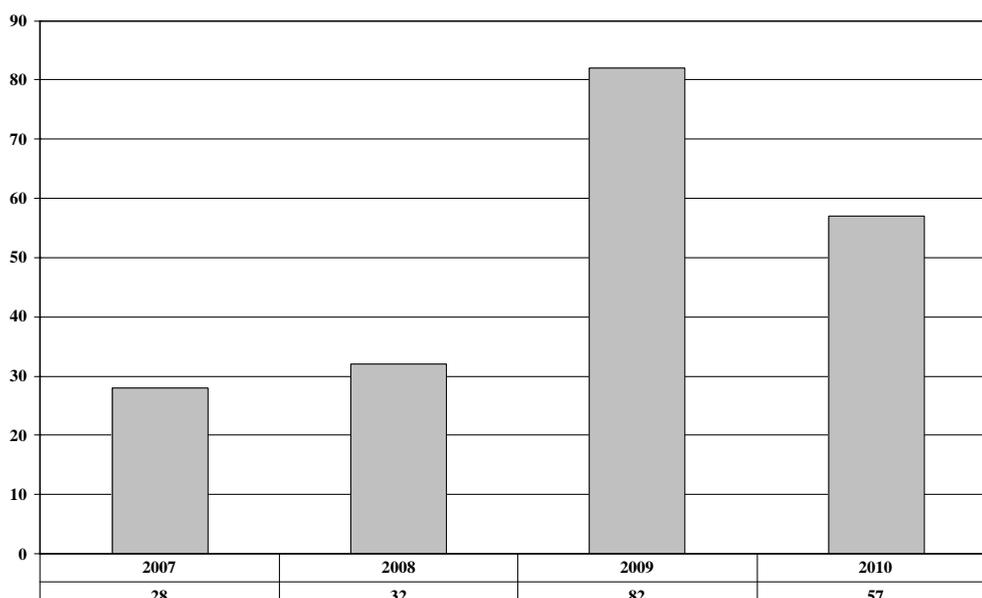


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos.. Contrariamente à maioria das Superintendências da Conab foi registrada redução de 30,5% no número de processos em trâmite, havendo no fim do exercício de 2010 194 processos trabalhistas em que a Conab figurava como agente passivo,

**Figura VI – Evolução das Demandas Trabalhistas**



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

### Quadro CIX – Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	–	–	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	–	–	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	–	–	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	–	–	–	–	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	–	–	15	854.500,00	42	5.973.000,00	–	–	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	–	–	29	3.108.511,42
PB	–	–	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21

PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	–	–	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	–	–	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	–	–	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	–	–	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	–	–	2	100.000,00	–	–	2	668.728,71	4	768.728,71
–	–	–	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>17.512.720,29</b>	<b>577</b>	<b>51.115.625,28</b>	<b>1.503</b>	<b>107.293.176,27</b>	<b>1.331</b>	<b>34.631.641,44</b>	<b>3.649</b>	<b>210.553.163,28</b>

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados–Geare, a Superintendência de Recursos Humanos–Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação–Sumoc.

**6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010****6.1 – Transferências Efetuadas no Exercício**

Os repasses de recursos orçamentário/financeiros decorrentes de Termos de Cooperação ou Planos de Trabalho, celebrados entre a Conab e outros órgão públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e repassados por Notas de Créditos para execução descentralizada nas Superintendências Regionais da Conab.

**6.2 – Análise Crítica**

Não se aplica, tendo em vista o item 6.1.

**7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010****7.1 – Declaração do SIASG****DECLARAÇÃO SIASG**

Declaramos, para os devidos fins, que as informações referentes aos contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010.

Belo Horizonte, 11 de março de 2011

Oswaldo Teixeira de Souza Filho  
Gerência de Finanças e Administração  
Gerente

## 7.2 – Declaração do SICONV

### DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



**Rubinaldo Lameira dos Santos**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente



**Mara Nívia Ribeiro Costa**  
Gerência de Controle de Convênios e  
Operações Governamentais  
Gerente

**8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010****8.1 – Declaração da Unidade de Pessoal**

PRESTAÇÃO DE CONTAS  
EXERCÍCIO 2010  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS

**DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL**

**DECLARO** para os fins previstos na Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993, que os empregados detentores de Cargo de Confiança da **Superintendência Regional de Minas Gerais**, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Empresa Pública Federal de direito privado, criada por meio da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, apresentaram suas Declarações de Bens e Rendimentos, referentes ao ano base 2009, exercício 2010.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2011.

  
Rodrigo Rodrigues Rovêda  
Setor de Rec. Humanos  
Encarregado

## **9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**

### **9.1 – Estrutura de Controles internos da UJ**

A Sureg MG não dispõe de estrutura própria de controle interno, estando centralizada na Matriz e Auditoria Interna – Audin.

A Auditoria Interna vem aprimorando e adequando as suas práticas e metodologias de trabalho às novas tendências da moderna Administração Pública, promovendo mudanças substanciais nos procedimentos de trabalho, inclusive com a implementação da Gerência de Riscos, responsável por identificar e avaliar pontos de fragilidade nos diversos processos da Companhia.

A Gerência de Riscos surgiu com um duplo propósito: a) prestar-se como suporte ativo e contínuo nos processos de gestão de riscos em toda a Companhia; b) pautar o planejamento da Audin em análise de riscos.

Desde então, a Gerência de Riscos encontra-se constantemente à procura da metodologia de trabalho que melhor se adapte às especificidades da empresa.

Atualmente, essa metodologia pauta-se na identificação dos riscos inerentes aos objetos de auditoria propostos para o exercício.

Assim sendo, após definidos os objetos de auditoria para o exercício, a Gerência de Riscos procede em campo uma análise para identificar e avaliar todos os riscos específicos concernentes aos objetivos auditados para focar os esforços da equipe de auditoria de campo nos aspectos de maior criticidade. Para tal, utiliza-se de “Questionário de Identificação e Avaliação de Riscos”, elaborado pela própria Gerência, realizando inclusive entrevistas com agentes participantes das atividades inerentes aos objetos em análise.

Ao final do exercício, além de servirem de subsídio aos próximos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna, os resultados dos trabalhos são apresentados a Alta Administração da Companhia para conhecimento de suas fragilidades e para implementação de medidas mitigadoras.

O resultado dos trabalhos de auditoria, aliado às ações de identificação e avaliação de riscos desempenhadas pela Gerência de Riscos e, ainda, às outras fontes de informações, tais como denúncias recebidas pela Ouvidoria e relatórios gerenciais, podem levar a adoção de ações mais direcionadas e profundas.

Estas ações têm como fontes principais a realização de entrevistas, aplicação de questionários, verificação in loco da atuação administrativa dos setores responsáveis pela atividade em análise, verificação de conformidade normativa, elaboração e validação dos mapas de processos das atividades desenvolvidas e, por fim, a identificação e avaliação dos riscos.

O resultado é apresentado através de Nota Técnica, composta pelo relato dos trabalhos e dos riscos mapeados, com suas respectivas sugestões de mitigação ou eliminação, e encaminhado aos gestores e à Alta Administração.

A Companhia conta ainda com a Ouvidoria – OUVIR, canal aberto para relato de denúncias, elogios, sugestões e reclamações, tanto por parte de empregados como de atores externos.

As manifestações recebidas por meio da internet são cadastradas automaticamente pelo sistema. As recebidas por telefone, fax, e-mail e correspondências, ou feitas pessoalmente, são cadastradas

no sistema pela equipe da Ouvidoria.

Após a leitura e análise do conteúdo das demandas, escolhe-se o encaminhamento mais adequado para as questões relatadas, enviando-as para as áreas responsáveis pelo assunto. Ao retornarem à Ouvidoria as respostas são analisadas sob o ponto de vista da consistência em relação ao conteúdo das questões formuladas e, caso necessário, lançadas no sistema para ciência do demandante.

Em relação aos meios de divulgação de informações e mudanças na legislação e normativos relevantes na organização, a Companhia dispõe da internet, intranet, informativo diário intitulado “Notícia do Dia, Publicidade Legal e Comunicação Interna.

A Companhia tem também um Código de Ética que prevê condutas desejáveis por parte dos empregados e administradores, paralelamente ao Regulamento de Pessoal que dispõe sobre os direitos e deveres de todos, bem como as infrações e punições correspondentes.

### Quadro CX – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Considerações gerais:</b> Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento–Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações–Dipai, Diretoria Financeira – Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral – Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias–Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag e Gabinete da Presidência – Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**
**10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis traz questões que o gestor terá de avaliar segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro CXI abaixo:

**Quadro CXI – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <b>Há muitos anos a Sureg MG vem adquirindo lâmpadas econômicas, entretanto, não há estudo sobre o impacto das aquisições.</b>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010**
**11.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial**

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 – Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Superintendência Regional de Minas Gerais mantinha apenas um imóvel locado de terceiros, a saber:

**Quadro CXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – bairro de Lourdes– Belo Horizonte – MG	1	1
Total			1	1

Fonte: Supad/Gepas

**Quadro CXIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135492	UA–Campos Altos	–	16	4	–	–	–	–
135475	UA–Conceição do Rio Verde	–	16	4	–	–	–	–
135482	UA–Juiz de Fora	–	16	4	–	–	–	–
135491	UA–Perdões	–	16	4	–	–	–	–

135474	UA-São Sebastião do Paraíso	-	16	4	-	-	-	-	-
135483	UA-Varginha	-	16	4	-	-	-	-	-
Total Geral					-	-	-	-	-

Fonte: Supad/Gepas

A ausência de maiores informações sobre os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café – IBC deve-se ao fato de os mesmos terem sido repassados à Conab por intermédio de despacho ministerial, e atualmente estão em processo de regularização junto à SPU, inclusive com a interveniência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, dirigida pela Advocacia Geral da União – AGU.

Por esse motivo, a Conab não tem realizado gastos relativos à investimentos nesses imóveis, em razão da precariedade da situação possessória, devendo investir efetivamente quando da regularização das cessões existentes.

## 12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010

### 12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

#### Quadro CXIV – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<b>Considerações Gerais: Vide relatório a seguir</b>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

## 12.2 – Tecnologia da Informação

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

### 12.2.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – **PMTI**, criado em 2004 e em execução desde então.

O **PMTI** é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O **PMTI** tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do **PMTI** norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – **PDTI**, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: – Definição das diretrizes de tecnologia; – Arquitetura da rede corporativa; – Diretrizes de contingência e segurança da

informação; – Diagrama de integração dos sistemas priorizados; – Organização da função de TI; e – Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – **PMTI**, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O **PDTI** da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização – NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

### 12.2.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

#### Quadro CXV – Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
<b>Total</b>	<b>85</b>

Fonte: Sutin

(\*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente).

### Quadro CXVI – Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação – Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software – Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação – Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico – Gesut	12	0	2	14
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>43</b>	<b>3</b>	<b>85</b>

Fonte: Sutin

### 12.2.3 Segurança da Informação

#### 12.2.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

- Implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
- Vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
- Análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
- Monitoramento dos serviços críticos de TI;
- Instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
- Implantação de sistema de análise de *logs*;
- Virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
- Reestruturação da política de *backup*;
- Elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
- Elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – Governance Maturity Model para análise do

framework Cobit);

- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade – ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC, na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

### **12.2.3.2 Segurança Física**

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

### **12.2.4 Desenvolvimento e produção de sistemas**

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação–Gesin e de Engenharia de Software–Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.Conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

#### **12.2.4.1– Relação de sistemas entregues em 2010 – Relação de sistemas mantidos em 2010**

➤ **SISCOD** – Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

➤ **SISMAT** – Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

➤ **SIGEST** – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.

➤ Módulo Entrega de CPR Estoque e Doação – PAANet : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPR;

➤ Módulo Entrega de CPR Estoque e Doação: permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPR;

➤ Módulo consulta pública de Preços Praticados no PAA: apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR–Estoque e CPR–Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPR;

➤ Módulo consulta pública de Transparência Pública do PAA: apresenta as informações das CPR formalizadas nas modalidades CPR–Estoque e CPR–Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

➤ **SIAGRO** – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar: consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência;
  - Módulo consulta pública de preços de insumos agropecuários: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo;
  - Módulo consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.
  - Módulo DW: desenvolvimento da solução PENTAHO–DW para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.
- **SICARM** – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras , com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.
- Módulo solicitação pública de cadastro de armazém: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab;
  - Módulo consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa;
  - Módulo consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.
- **XFacWeb** – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada:
- Módulo consulta pública de Preços Praticados no Programa Venda em Balcão: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;
  - Módulo consulta pública de Posição de Estoques Públicos – Específico e Consolidado: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos;
  - Módulos de consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;
  - Módulo de consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de consulta de Vendas Refap: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;
- Módulo de consulta de Doações (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;
- Módulo de consulta de Vendas em Balcão: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;
- Módulo de envio de mensagens automáticas: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Sureg apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento.
  
- **SIAJUR** – Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais.
  
- **NF-e** e **EFD/Sped Fiscal**: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias.
  
- **Portal Nf-e**: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o download do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário.
  
- **ETL xFac/xFacWeb**: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL.
  
- **ETL SISCOE/xFac Postgres**: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica – Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab.
  
- **Novo Sítio da Conab**: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o site mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

#### 12.2.4.2 – Relação de Sistemas Mantidos em 2010

- **SAFRAS** – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.
  
- **xFac Postgres**: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.
  
- **SISOUV**: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.
  
- **SIGEST – PAA**: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

- **SIAGRO:** implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.
- **SICARM:** implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.
- **XFAC:** implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria–Geral da União – CGU.

### 12.2.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

#### 12.2.5.1 – Aquisição de Equipamentos

**Quadro CXVII – Relação de equipamentos adquiridos em 2010**

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Ua Servidores pequeno porte Sureg Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

### **12.2.5.2 – Contratação de serviços de TI**

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório;
- Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes;
- Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009;
- Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia;
- Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64);
- Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos – SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns;
- Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF–e emitidas pelos sistemas internos da Conab;
- Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática;
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia;
- Renovação do contrato firmado com a empresa RTM–Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos;
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

### **12.2.6 Portal da Companhia**

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

Portfólio de Soluções e serviços de TI:  
<http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:  
<http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):  
<http://twiki.Conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

### **13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N°. 107, DE 27/10/2010**

#### **13.1 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento.**

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1–Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

### **14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N°. 107, DE 27/10/2010**

#### **14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ**

Não ocorreu no período.

#### **14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**

Não ocorreu no período.

#### **14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física**

Não ocorreu no período.

#### **14.4 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica**

Não ocorreu no período.

#### **14.5 – Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária**

Não ocorreu no período.

#### **14.6 – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas**

Não ocorreu no período.

#### **14.7 – Comunicações à RFB**

Não ocorreu no período.

#### 14.8 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não ocorreu no período.

#### 14.9 – Declaração

Não ocorreu no período.

#### 14.10 – Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não ocorreu no período.

### 15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010

#### 15.1 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreu no período.

#### 15.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao final do Exercício

Não ocorreu no período.

#### 15.3 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno atendidas no exercício

#### Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

#### Quadro CXVIII – Recomendação n.º 001 da Constatação 018 do Relatório n.º 246695

<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Deliberações do CGU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo CGU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	Relatório nº 246695	Constatação nº 18		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Fazer constar em todos os contratos administrativos celebrados pela Sureg MG, cláusula específica que estabeleça o valor do contrato, em observância ao disposto no artigo 55, inciso III da Lei nº 8.666/93.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerências de Área					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi incluída na minuta de contrato, que faz parte do modelo de edital utilizado, cláusula específica que estabelece o valor do contrato.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Cumprimento do disposto no artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Cumprimento do disposto no artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93.					

**Quadro CXIX – Recomendação n.º 001 da Constatação n.º 019 do Relatório n.º 246695**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	Relatório n.º 246695	Constatação n.º 019		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Fazer constar dos Projetos Básicos e Termos de Referência a motivação e os benefícios da contratação, em observância ao disposto no artigo 15 da IN/SLTI/MPOG n.º 02/2008.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerências de Área					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi expedida a CI Sureg MG n.º 017 de 18.10.2010, orientando todas as áreas envolvidas, no sentido de fazerem constar dos Projetos Básicos e Termos de Referência a motivação e os benefícios da contratação.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Cumprimento do disposto na IN/SLTI/MPOG n.º 02/2008.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Cumprimento do disposto na IN/SLTI/MPOG n.º 02/2008.					

**Quadro CXX – Recomendação n.º 001 da Constatação n.º 020 do Relatório n.º 246695**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	Relatório n.º 246695	Constatação n.º 020		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Cumprir as disposições contidas no artigo 65, §1º e 2º da Lei n.º 8.666/93, de forma a respeitar os limites estabelecidos para acréscimo ou supressão de valores contratuais, celebrando o respectivo termo aditivo para adequação dos valores contratuais nos termos da referida Lei.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerências de Área					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Através da CI Sureg MG n.º 017 de 18.10.2010 as áreas envolvidas foram orientadas no sentido de que as estimativas de gastos das contratações sejam realizadas com a adoção de critérios técnicos, devendo a metodologia utilizada ficar					

registrada no respectivo processo. Através da CI Sureg MG nº 018 de 18.10.2010 as áreas envolvidas foram orientadas no sentido de procederem rigoroso acompanhamento das despesas dos contratos, adotando-se providências preventivas para celebração de termo aditivo, se for o caso, dentro dos limites estabelecidos.

**Síntese dos resultados obtidos**

Cumprimento do disposto no artigo 65, §1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Melhoria nos controles relativos ao acompanhamento dos contratos administrativos.

**Quadro CXXI – Recomendação n.º 001 da Constatação n.º 021 do Relatório n.º 246695**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	Relatório nº 246695	Constatação nº 021		Recomendação	Plano de Providências
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Descrição da Deliberação:					
Exigir dos licitantes, doravante, o detalhamento da composição do item Bonificações e Despesas Indiretas – BDI nas planilhas de custos das obras, em observância ao disposto no artigo 7, §2º, e no artigo 40, §2º da Lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico					87251
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Gerência responsável pelas obras foi orientada, através da CI Sureg MG nº 019 de 18.10.2010, no sentido de fazer constar nos editais exigência de que os licitantes façam o detalhamento da composição do item Bonificações e Despesas Indiretas – BDI nas planilhas de custos das obras.					
Síntese dos resultados obtidos					
Cumprimento disposto no artigo 7, §2º, e no artigo 40, §2º da Lei nº 8.666/93, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Cumprimento disposto no artigo 7, §2º, e no artigo 40, §2º da Lei nº 8.666/93, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.					

**Quadro CXXII – Recomendação n.º 002 da Constatação n.º 021 do Relatório n.º 246695**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	Relatório nº 246695	Constatação nº 021		Recomendação	Plano de Providências
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

<b>Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS</b>		<b>87251</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b>		
Fazer cumprir o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto a necessidade de observar os limites impostos para custos unitário e global de obras e serviços executados com recursos dos orçamentos da União pelos valores constantes do SINAPI.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor responsável pela implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico		87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>		
A Gerência responsável pelas obras foi orientada, através da CI Sureg MG nº 019 de 18.10.2010, no sentido de observar os limites impostos para custos unitário e global de obras e serviços executados com recursos dos orçamentos da União pelos valores constantes do SINAPI.		
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>		
Cumprimento do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias		
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>		
Cumprimento do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias		

### Quadro CXXIII – Recomendação n.º 003 da Constatação n.º 021 do Relatório n.º 246695

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Deliberações do CGU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo CGU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	Relatório nº 246695	Constatação nº 021		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Instruir os processos de aquisição de bens e contratação de serviços com a documentação necessária para comprovar a realização de ampla pesquisa de preços, que possibilite a identificação de potenciais fornecedores e as peculiaridades de mercado.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerências de Área					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi expedida a CI Sureg MG nº 017 de 18.10.2010, orientando todas as áreas envolvidas, no sentido de fazerem constar dos processos licitatórios a documentação necessária para comprovar a realização de ampla pesquisa de preços que possibilite a identificação de potenciais fornecedores e as peculiaridades de mercado..					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Possibilitar ao administrador dispor dos elementos essenciais para concluir pela conveniência e oportunidade da contratação, de forma a não contrariar o artigo 6, inciso IX, alínea “f”, artigo 7, §2º, inciso II, artigo 40, §2º, inciso II e artigo 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Cumprimento das exigências legais.					

**Quadro CXXIV – Recomendação n.º 001 da Constatação n.º 022 do Relatório n.º 246695**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	Relatório n.º 246695	Constatação n.º 022		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Celebrar termo aditivo aos contratos n.º 21/2009 e 05/2010, firmados com empresa Telemar Norte Leste S/A, visando ajustar os valores pactuados aos adjudicados das respectivas licitações, com base nas propostas delas decorrentes.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerência de Finanças e Administração					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Termos Aditivos firmados em 16.11.2010					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Correção da impropriedade constatada.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

**Quadro CXXV – Recomendação n.º 001 da Constatação n.º 023 do Relatório n.º 246695**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Deliberações do CGU					
Deliberações expedidas pelo CGU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	Relatório n.º 246695	Constatação n.º 023		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Instruir os processos de aquisição de bens e contratação de serviços com a documentação necessária para comprovar a realização de ampla pesquisa de preços, que possibilite a identificação de potenciais fornecedores e as peculiaridades de mercado.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerências de Área					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi expedida a CI Sureg MG n.º 017 de 18.10.2010, orientando todas as áreas envolvidas, no sentido de fazerem constar dos processos licitatórios a documentação necessária para comprovar a realização de ampla pesquisa de preços que possibilite a identificação de potenciais fornecedores e as peculiaridades de mercado..					

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Possibilitar ao administrador dispor dos elementos essenciais para concluir pela conveniência e oportunidade da contratação, de forma a não contrariar o artigo 7, §2º, inciso II, artigo 40, §2º, inciso II e artigo 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e artigo 9º, §2º do Decreto nº 5.450/2005.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Cumprimento das exigências legais.

#### Quadro CXXVI – Recomendação n.º 005 da Constatação n.º 009 do Relatório n.º 224857

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	Relatório nº 224857	Constatação nº 009		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Edital de certame licitatório para contratação de serviços de braçagem restringiu o caráter competitivo do certame e possibilitou o jogo de planilhas. Apurar responsabilidades quanto à elaboração do edital, que propiciou o jogo de planilhas, bem como à adjudicação e à contratação do objeto com preços de itens significativamente superiores aos valores de referência fixados no instrumento convocatório.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Presidência					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi instaurado o Processo nº 08-489/2009, estando a apuração concluída.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Cumprimento da recomendação					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

#### 15.4 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao final do Exercício

##### Relatório das deliberações pendentes de atendimento

#### Quadro CXXVII – Recomendação n.º 004 da Constatação n.º 009 do Relatório n.º 224857

Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS	87251
Deliberações do CCU	
Deliberações expedidas pelo CCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	Relatório nº 224857	Constatação nº 009		Recomendação	Plano de Providências
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Conab SEDE Sureg MINAS GERAIS					87251
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Serviços de braçagem. Instaurar o competente processo de Tomada de Contas Especial, de forma a apurar os possíveis danos ao erário decorrente dos pagamentos de serviços com preços superiores aos valores de referência fixados no instrumento convocatório.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Presidência					87251
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi instaurado o Processo nº 08-749/2009 e submetido à Presidência da Conab para designação dos membros componentes da Comissão responsável pela apuração.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A implementação dessa providência se dará após a conclusão da apuração do Processo nº 08-489/2009, já que os assuntos estão interrelacionados.					

**16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**
**16.1 – Informações sobre tratamento das recomendações da Unidade de Controle Interno**
**Quadro CXXVIII – Tratamento das Recomendações da Unidade de Controle Interno**

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
<b>8/2010 – (AVG) – Sureg MG</b>	694 – Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$ 173.677,52, contabilizado na UG 135182 – Sede da Sureg MG. Na análise detectamos as seguintes pendências, relativas ao saldo acumulado de dez/2009: a) Verificamos que as conciliações foram efetuadas até out/2009 e, no momento da auditoria, estavam providenciando a atualização, à exceção das relativas à despesa com SAS, para a qual falta a composição e análise do saldo. No confronto com o controle extracontábil (Mapa de Controle de Utilização SAS – posição: até 31/12/2009), constatamos o saldo total de R\$ 163.812,50, gerando uma diferença de R\$ 4.676,02. b) Do saldo de R\$ 3.476,00, observamos que continua pendente o valor de R\$ 58,59, referente à ADV/PCV n.º 421/09. Observamos também que a prestação de contas foi realizada com 11 dias de atraso. c) Constatamos que para o valor de R\$ 932,00 houve a prestação de contas e o registro continua pendente na contabilidade.	<b>694.1</b> – Recomendamos à Sureg MG que, juntamente com a área de Recursos Humanos, avalie a diferença existente, relativa às despesas com SAS, e providencie sua regularização.	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 03/12/2010 como Pendente</b> A diferença refere-se a despesas realizadas em Brasília por empregados lotados na Sureg MG e seus dependentes, cujos controles foram feitos pela Matriz, sem que a Sureg MG tivesse sido notificada desses gastos. Estamos interagindo junto a GESAS para obtenção do demonstrativo de tais gastos.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 03/01/2011 como Pendente</b> Aguardamos informações acerca das providências adotadas.</p>

	<p>Observamos também a existência de rasuras no referido documento e falta de justificativa pelo atraso na data de retorno da viagem. d) No que se refere ao valor de R\$ 313,98, observamos que por meio da 2010RA788, de 28/1/2010, ocorreu o ressarcimento. e) Registramos a necessidade de se evitar rasuras em documentos, a exemplo do que ocorreu na PCV n.º 420/2009. f) Quanto ao valor de R\$ 68,10, pago em 1º/9/2009 (2009RA2728), observamos que o registro só ocorreu durante os trabalhos de auditoria (2010NL635, de 24/2/2010). Alertamos para a observância ao princípio contábil do regime de competência.</p>		
		<p><b>694.2</b> – Recomendamos à Sureg MG justificar a diferença entre o recurso previsto e recurso gasto com combustíveis na ADV n.º 430/09. Esclarecer também, o fato de ter ocorrido gasto com taxi e passagens de ônibus nessa viagem, cujo objetivo foi transportar duas empilhadeiras.</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> Informamos que houve erro na estimativa de gasto com combustível quando da emissão do ADV 430/09. Esclarecemos tratar-se de viagem com o objetivo de transportar cestas de alimentos do Programa Programa Fome Zero, inexistindo neste ADV despesas com táxi e passagem de ônibus.</p> <p><b>de em 05/11/2010 como Pendente</b> Informamos ter havido erro na previsão de gasto com combustível quando da emissão do ADV 430/09. Esclarecemos ainda tratar-se de viagem para transporte de cestas do Programa Fome Zero, inexistindo gastos com taxi e passagem de ônibus neste ADV.</p>

			<p><b>em 10/11/2010 como Solucionado</b> Solucionado.</p>
		<p><b>694.3</b> – Recomendamos à Sureg MG manter rigorosa observância dos normativos da Companhia, em especial a Norma da Organização da Conab, Código 50201 – Deslocamento a Serviço.</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> Temos orientado os empregados desta Sureg no sentido de cumprimento rigoroso dos normativos da Companhia, quando das viagens a serviço.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 10/11/2010 como Solucionado</b> Solucionado.</p>
	<p>696 – Em 31/12/2009 a conta apresentava os saldos de R\$ 59.509,51 e R\$ 120,00, registrados nas UG 135182 – Sede da Sureg MG e UG 135482 – UA Juiz de Fora, respectivamente. Confrontando o saldo apresentado no Balancete Mensal do Almoxarifado da UG 135182, com o saldo contábil relativo a dez/2009, verificamos que estavam compatíveis.</p>	<p><b>696.1</b> – Recomendamos à Sureg MG / Gefad–Secof esclarecer o motivo do registro de R\$ 120,00 estar pendente na UG 135482, referente à confecção de talões de NF para UA Juiz de Fora (NF n.º 14.145) .</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> Informamos ter havido contabilização indevida na UG 135482, já tendo sido regularizada através da 2010NL000333 na UG 135182.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 10/11/2010 como Solucionado</b> Solucionado.</p>
	<p>697 – Em 31/12/2009 a conta apresentava os saldos de R\$ 37.640.559,98, R\$ 2.332.769,27 e R\$ 5.745.251,77, registrados nas UG 135183 – Unidade Estoque Estratégico/MG, UG 135431 –</p>	<p><b>697.1</b> – Visando o acompanhamento das operações de recebimento dos débitos, conforme preceitua a Resolução n.º 23, de 9/2/2007, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p>

	<p>Mercado de Opção/MG e UG 135562 – Unidade Conab PAA/MG, respectivamente distribuídos em 1.278 contas correntes de agricultores e/ou cooperativas de produtores rurais. Em relação ao acompanhamento dos Adiantamentos a Fornecedores – CPR Alimentos, Doação Simultânea (R\$ 35.681.812,04) e Formação de Estoque, por amostragem, verificou-se, de acordo com os controles apresentados pelas áreas contábil e operacional, que a exceção da UG 135562 os demais registros não estavam compatíveis. A Unidade auditada conta com a operacionalização do Sistema xFAC. Segundo informações emanadas da Geope à compatibilização dos saldos das CPR e doação simultânea de 2009 a área operacional constatou que nos registros do Siafi constam valores referentes à CPR em aberto de 2007 e 2008, além de saldos de 2009 alterados em virtude de movimentação financeira autorizada durante a execução da CPR, ou seja, envolvendo um número expressivo de informações a serem analisadas. Todavia, para se localizar essas diferenças apontadas, seria necessário desenvolver um programa de processamento eletrônico de dados, específico para identificar tais diferenças, ainda indisponível na Sureg MG, sendo impossível o trabalho ser realizado manualmente em curto prazo. Constatamos que a renegociação das dívidas, relativas à</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, publicada no D.O.U. n.º 30, de 12/2/2007 e também o contido no item 7 – Acompanhamento/Controle, do Título 34 – Aditamento de Cédula de Produtor Rural – CPR, Comunicado Conab/MOC n.º 005, de 25/2/2007 e Nota Técnica Digem/Supaf n.º 5, de 26/11/2008, recomendamos à Sureg MG efetuar a checagem e compatibilização sistemática entre controles contábeis e operacionais.</p>	<p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b>  A GEOPE já foi orientada no sentido de implantar sistemática de acompanhamento e controle das CPR que viabilize o envio sistemático de dados à GEFAD, para checagem e compatibilização.</p> <p><b>de em 05/11/2010 como Pendente</b>  Já orientamos a GEOPE no sentido de implantar, com a maior celeridade possível, sistemática de controle e acompanhamento das CPR que possibilite o envio destes dados à GEFAD mensalmente.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 10/11/2010 como Pendente</b>  Na compatibilização dos saldos contábeis x operacionais das UG 135183 e 135431, sugerimos informar se foram efetuados os acertos contábeis pertinentes.</p>
--	--	---	--

	<p>CPR Alimento (MOC – Título 34), contraídas em 2003 e 2004 e a regulamentação da MP n.º 432 estão de acordo com o Art.15–B da Lei n.º 11.322, de 13/7/2006, alterada pela Lei n.º 11.420, de 20/12/2006, e Lei n.º 11.775, de 17/9/2008. Foi dado o perdão e/ou desconto de 50% do valor da dívida renegociada, ficando a Região Sudeste com pagamento prorrogado, conforme demonstrado no quadro a seguir:</p>		
	<p>698 – Em 31/12/2009, os estoques dos programas governamentais apresentavam os saldos contábeis de R\$ 20.402.335,31 na UG –135184 PGPM, R\$ 218.155.445,28 na UG–135431 –MERCADO DE OPÇÕES e R\$ 2.331.283,45 na UG –135562 – PAA. Os estoques estavam depositados em armazéns próprios e de terceiros. O quadro a seguir demonstra as divergências referentes aos saldos dos estoques para os ajustes no mês de janeiro / 2010. Após análise, verificamos impropriedades relacionadas com o sistema xFAC por ocasião do encerramento do exercício financeiro. Estas impropriedades estavam relacionadas à implantação da Nota Fiscal Eletrônica, onde os Mapas de Inventários de Mercadorias – MIM(s), apresentavam distorções em relação às fichas kardex, duplicidades de registros de notas fiscais e/ou saldos inconsistentes nos relatórios. Esses fatos foram acompanhados por técnicos da</p>	<p><b>698.1</b> – Recomendamos à Sureg MG informar à Audin se o sistema que emite as Notas Fiscais Eletrônicas passou a atender, satisfatoriamente, as unidades operacionais, após as correções efetuadas.</p>	<p><b>de Antonio.Lima em 16/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> Informamos que o sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas encontra-se funcionando normalmente.</p> <p><b>de Antonio.Lima em 10/11/2010 como Solucionado</b> Considerando que o sistema está satisfatoriamente atendendo a demanda da Sureg MG, consideramos atendido.</p>

	<p>Matriz responsáveis pela implantação do sistema. Há que se considerar que estava em andamento a execução operacional dos Contratos de Opção Aviso 203/2009, que venceram nos meses de novembro e dezembro 2009 e, ainda corroboraram a situação estrutural e conjuntural, bem como as indefinições para execução opcional plena dos contratos. Na Sureg MG, em reunião com representantes da Matriz, os técnicos manifestaram preocupação em realizar a operação, de tal magnitude, no final do ano. As implantações foram executadas apesar de todas as dificuldades.</p>		
	<p>699 – Em 31/12/2009, as contas apresentavam, os saldos de R\$ 231,10 (registrado nas UG 135182 – Sede da Sureg MG e 135185 – UA Uberaba); R\$ 20,31 (contabilizado nas UG 135187 – UA Passa Quatro, UG 135475 – UA Conceição do Rio Verde e UG 135494 – UA Montes Claros) e de R\$ 1,15 (registrado nas UG 135187 – UA Passa Quatro e 135494 – UA Montes Claros), respectivamente.</p>	<p><b>699.1</b> – Recomendamos à Sureg MG informar com relação as apropriações, referentes à multas e juros, que deixaram de ser recolhidos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 e regularize as inscrições genéricas.</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> O SECOF foi orientado no sentido de ultimar as providências relativas à conciliação das contas, para identificação dos responsáveis.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 10/11/2010 como Pendente</b> Parcialmente solucionado.</p>
	<p>700 – Em 31/12/2009, a primeira conta apresentava o saldo de R\$ 325.522,91, contabilizado na UG 135182 – Sede da Sureg MG. E na segunda estavam registrados os saldos de R\$ 188.949,61, na UG 135182 – Sede da Sureg MG; R\$ 247.378,81 na UG 135185 – UA</p>	<p><b>700.1</b> – De acordo com o contido na CI.Sucon n.º 582, de 19/8/2005, recomendamos à Sureg MG atentar para a necessidade de registrar o valor global do contrato no momento da celebração, uma vez que o saldo contábil deve representar o total das parcelas a vencer e acompanhar as</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b></p> <p>Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b></p>

	<p>Uberaba; R\$ 510.025,31 na UG 135186 – UA Uberlândia; R\$ 12.038,49 na UG 135187 – UA Passa Quatro; R\$ 1.292,29 na UG 135474 – UA São Sebastião do Paraíso; R\$ 400,00 na UG 135475 – UA Conceição do Rio Verde; R\$ 3.000,00 na UG 135483 – UA Varginha e R\$ 7.757,29 na UG 135494 – UA Montes Claros. E ainda o saldo de R\$ 30.586,00, lançado na UG 135183 – Unidade Estoque Estratégico/MG. As apropriações dos contratos de prestação de serviços, firmados com as empresas, estão destacadas no quadro a seguir: De acordo com as conciliações contábeis e o Relatório de Contratos Administrativos e Cessões de Uso de Bens Imóveis – fev/2010 (Supad/Gecot), temos a comentar: a) O Sereh está tendo dificuldades em atualizar os dados no Sistema Siscot/Sureg MG; b) As conciliações foram compostas até out/2009 e falta detalhar os históricos; c) Na empresa Acmede Assessoria e Consultoria Médica Empresarial Ltda. (vigência: 1º/10/09 a 30/9/10; valor anual = R\$ 74.113,80) – na UG 135182, constava o saldo acumulado de R\$ 73.697,80, em dez/2009, e R\$ 73.462,75, em fev/2010; d) Empreendimentos Vip Ltda. (vigência: 13/07/09 a 13/07/10; valor estimado = R\$ 2.488,52) – na UG 135182 constava o saldo de R\$ 26.447,13, em dez/2009; e) Get Agência de Viagens e Turismo Ltda. (vigência: 08/09/09 a 08/09/10; valor</p>	<p>respectivas baixas. Alertamos para a obrigatoriedade de observar o princípio contábil do regime de competência.</p>	<p>Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> A recomendação já está sendo adotada.</p> <p><b>de em 10/11/2010 como Solucionado</b> Solucionado.</p>
--	---	--	---

	<p>estimado = R\$ 4.473,67) – na UG 135182 constava no relatório um CNPJ diferente do registro contábil (23787831/0001–50); f) King Automotores Ltda. (vigência: 05/05/09 a 05/05/10; valor estimado = R\$ 9.448,32) – na UG 135182 constava o saldo R\$ 13,77, em dez/2009 e também em fev/2010; g) Qualilog Serviços Auxiliares Adm Ltda. (vigência: 15/06/09 a 14/06/10; valor anual = R\$ 42.424,00) – não constava registro do contrato mencionado em dez/2009 e fev/2010; h) Rocha Calderon e Advogados Associados (vigência: 09/05/09 a 09/05/10; valor mensal = R\$ 4.346,90) – na UG 135182 constavam os saldos acumulados de R\$ 15,70, em dez/2009 e R\$ 44.881,00, em fev/2010; i) Unibanco Aig Seguros S/A (vigência: 23/03/09 a 23/03/10; taxa única = R\$ 15.070,87) – foi encaminhada a CI.Sureg MG–Gefad n.º 9.634, em 30/11/2009, para a Dirad, visando autorizar a licitação para contratação de seguro dos caminhões recentemente adquiridos porém, até o momento, a Sureg MG não obteve resposta; j) GMO Centro de Pesquisas e Controle de Qualidade Ltda. – verificamos em relação ao preenchimento do relatório que constava o CNPJ diferenciado do registro contábil (c/c: 22641575000126) e também o contrato como vencido/encerrado. Este foi renovado, com vigência de 15/01/10 a 15/01/11 (contrato</p>	
--	---	--

	<p>assinado em 15/01/07 – valor anual estimado de R\$ 30.588,00). O registro foi firmado com base no valor anual estimado de R\$ 30.586,00, em 23/06/09, na Unidade Estoque Estratégico/MG; k) Lincar Limpeza e Monitoramento Ltda.– constatamos que o contrato da empresa foi encerrado em 28/01/10. O serviço passou a ser prestado pela empresa Prestari Serviços Gerais Ltda. (vigência: 02/02/10 a 02/02/11); contudo foi publicado no D.O.U, em 23/2/2010, o valor total do serviço de R\$ 1.259,50, enquanto que o correto seria R\$ 45.342,00. Constatamos ainda, saldos acumulados em fev/2010, da empresa Lincar, na UG 135182 (R\$ 39.803,94) e UG 135185 (R\$ 28.172,84), relativos à apropriação dos exercícios de 2009 e 2010; l) Trevo Servis Ltda. (vigência: 13/10/09 a 13/10/10) – na UG 135474 constava o saldo de R\$ 962,29, em dez/2009. Observamos que o contrato foi prorrogação, com vigência por mais 12 meses; contudo foi publicado no D.O.U, em 19/10/2009, o valor total do serviço de R\$ 823,11, enquanto que o correto seria R\$ 9.877,32; m) Varella Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda. – o contrato foi encerrado (vigência: 26/6 a 26/12/09), sendo substituído pela firma TBI Segurança Ltda. (vigência: 26/12/09 a 26/12/10; valor anual = R\$ 680.000,00). Constatamos também que constava o mesmo saldo acumulado de dez/09,</p>	
--	--	--

	<p>em fev/10, nas UG 135185 (R\$ 7.458,24), UG 135186 (R\$ 23.758,93), UG 135187 e UG 135494 (ambas R\$ 7.295,68); n) Posto Ael São José Ltda. – na UG 135182 constava o saldo de R\$ 3.373,77, em fev/2010, referente a abr/2007, conforme a 2007NL1193 (Processo n.º 08.100/2005). Observamos que o contrato não constava no Relatório de Contratos Administrativos; o) Centro Automotivo Cipan Ltda. EPP (vigência: 20/8/08 a 19/8/09) – na UG 135182 constava o saldo de R\$ 26.032,29, em dez/2009. Observamos que o contrato não constava no Relatório de Contratos Administrativos; p) Hardsis Com. e Assistência Tec. (vigência: 1º/11/2008 a 1º/11/2009) – na UG 135186 constava o saldo de R\$ 1.532,00, em fev/2010, relativo a jun/2009, conforme a 2009NL282 (Processo n.º 08.516/2006); q) Shelter Com de Equipamentos – na UG 135186 constava o saldo de R\$ 95.642,95, em fev/2010, relativo a ago/2007, conforme a 2007NL343 (Processo n.º 1.666/2006). Observamos que o contrato não constava no Relatório de Contratos Administrativos; r) MXB Coml Ltda. ME – na UG 135186 constava o saldo de R\$ 12.440,00, em fev/2010, relativo a out/2008, conforme a 2007NL597. Observamos que o contrato não constava no Relatório de Contratos Administrativos; s) PH Serviços e Adm. Ltda. – na UG</p>		
--	---	--	--

	<p>135186 constava o saldo de R\$ 1.167,38, em dez/2009, conforme a 2009NL30, de 29/1/2009. Observamos que o contrato não constava no Relatório de Contratos Administrativos; t) Thyssenkrupp Elevadores SA – na UG 135186 constava o saldo de R\$ 11.940,00, em fev/2010, relativo a out/2008, conforme a 2008NL596. Observamos que o contrato não constava no Relatório de Contratos Administrativos; u) Condomínio do Edifício Marcelo Mansur – no que concerne ao saldo registrado no Siafi, há dúvidas quanto ao montante do valor referente a taxa condominial, propriamente dita, e o valor relativo ao aluguel do mezanino (área comum a todos os proprietários), devendo ser esclarecido, inclusive, o valor mensal que cabe a cada proprietário; v) Verificamos no Relatório fornecido pela Supad que não constavam os fornecedores referentes aos contratos de aluguéis. No Relatório fornecido pela Sureg MG constavam três fornecedores (José Aguinaldo Pinheiro, P. Magalhães Construções e Com. Ltda. e Maria Imaculada Rezende Manosalva); constatamos que faltavam ser registrados os fornecedores Marco Antônio Nogueira (c/c: 37505440691; salas: 106 a 110) e Marco &amp; Terra Serv. e Fomento M. (c/c: 71164297000179; salas: 101 a 105, 301 a 310, 406 a 408). A área competente ficou de providenciar a inclusão destes dados. Observamos ainda, a falta de registro</p>	
--	--	--

	relativo às despesas efetuadas com: a) Serviços especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho (LTCAT, PCMSO E PPRA); b) Seguro de automóveis; c) Recolhimento e envio de malotes, etc.		
		<b>700.2</b> – Recomendamos à área contábil a análise e regularização dos saldos contábeis.	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> A análise e regularização dos saldos contábeis já se encontram em andamento, estando prevista a sua conclusão até o encerramento do exercício de 2010.</p> <p><b>de em 05/11/2010 como Pendente</b> A análise e regularização dos saldos contábeis já estão em andamento, estando prevista sua conclusão até o encerramento do exercício de 2010.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 16/11/2010 como Pendente</b> Aguardando as providências mencionadas.</p>
		<b>700.3</b> – Recomendamos à área contábil o registro do contrato no Siafi da empresa Qualilog Serviços Auxiliares Adm Ltda..	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> O registro do contrato da empresa Qualilog Serviços Auxiliares Adm Ltda. foi feito através da 2010NL004445 UG 135182.</p>

			<p><b>de Zilda.Silva em 10/11/2010 como Solucionado</b> Solucionado.</p>
		<p><b>700.4</b> – Quanto à empresa GMO Centro de Pesquisas e Controle de Qualidade Ltda., recomendamos à área contábil analisar e regularizar o saldo, esclarecer em relação a classificação na UG 135183 e, à área de Pessoal atualizar do preenchimento do relatório.</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> Informamos que o contrato mantido com a GMO Centro de Pesquisas e Controle de Qualidade Ltda. é utilizado exclusivamente para os produtos do Programa Fome Zero, que se encontram na Unidade Estoque Estratégico (UG 135183). Informamos ainda a inexistência de qualquer relatório do assunto na área de pessoal.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 16/11/2010 como Pendente</b> Letra j) – a sugestão à época (exercício 2009) foi para verificar na área competente a correção das pendências (dados informados no Relatório citado; saldo contábil diferenciado), tendo em vista que a alimentação no Siscot deve ser efetuada de forma compatível com o contrato. De acordo com o Relatório de Contratos Administrativos e Cessões de Uso de Bens Imóveis, posição 16/11/2010, verificamos que o contrato teve seu vencimento há 1036 dias e o saldo contábil na UG 135183 permanece paralisados (vencº 15/1/2007 a 15/1/2008, valor: R\$ 30.586,00).</p>
		<p><b>700.5</b> – Em referência à empresa Lincar Limpeza e Monitoramento Ltda., recomendamos à área contábil regularizar o saldo das UG mencionadas e a apropriação do contrato da empresa Prestari Serviços Gerais Ltda..</p>	<p><b>de Zilda.Silva em 15/07/2010 como Pendente</b> Face o tempo decorrido, solicitamos manifestação urgente.</p> <p><b>de Sergio.Amorim em 15/09/2010 como Pendente</b> Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p><b>de em 05/11/2010 como Pendente</b></p>

		<p>Informamos que a regularização do saldo da empresa Lincar Limpeza e Monitoramento Ltda. encontra-se no aguardo de manifestação jurídica, em razão de a empresa ter sido extinta e não ter apresentado documentos comprobatórios de quitação com seus empregados. O contrato da empresa Prestari Serviços Gerais Ltda. encontra-se registrado.</p> <p><b>de Cleide.Laia em 05/11/2010 como Pendente</b> A regularização do saldo da empresa Lincar Limpeza e Monitoramento Ltda. está aguardando manifestação jurídica, já que a referida empresa encerrou suas atividades sem que tivesse apresentado à Conab, comprovantes de quitação com os empregados utilizados na prestação dos serviços. O contrato da empresa Prestari Serviços Gerais Ltda. encontra-se registrado.</p> <p><b>de Zilda.Silva em 16/11/2010 como Solucionado</b> Letra K: Solucionado – Lincar UG 135182 (2010NL4608) e UG 135185 (2010NL182); Solucionado – Prestari UG 135182 (2010NL914).</p>
--	--	---

**17. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**
**17.1 – Outras Informações**

Não há informações relevantes a serem consideradas.

**18. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**
**18.1 – Declaração do Contador**
**Quadro CXXIX – Declaração do Contador**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
Conab Sede Sureg Minas Gerais		135182	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belo Horizonte	Data	03/03/2011
Contador Responsável	Leonardo Dias Moreira	CRC n.º	MG-080542/P

Superintendência Regional de Minas Gerais

**Leonardo Dias Moreira**

Contador CRC-MG nº 080542/P

CPF: nº 542.741.256-53

### **18.2 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 4.320/64**

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI

### **18.3 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76**

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007–DRAGR/DR/SFC/CGU–PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU–PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília–DF, 31 de dezembro de 2010.

**Rubinaldo Lameira dos Santos**  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC–DF Nº 9252–O

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

A T I V O	2010	2009
<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.212.315.145,43</b>	<b>4.453.686.306,52</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>972.426,41</b>	<b>69.258.896,90</b>
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>702.486.519,56</b>	<b>683.639.519,23</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>578.264.288,00</b>	<b>604.170.044,36</b>
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>119.415.257,35</b>	<b>75.576.653,45</b>
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>4.806.974,21</b>	<b>3.852.106,33</b>
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>40.715,09</b>
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.508.832.121,49</b>	<b>3.700.765.083,11</b>
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>24.077,97</b>	<b>22.807,28</b>
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>567.647.970,33</b>	<b>491.988.908,31</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>307.205.272,55</b>	<b>239.601.644,03</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>120.748.569,96</b>	<b>42.646.685,44</b>
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>186.456.702,59</b>	<b>196.954.958,59</b>
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>80.262.840,30</b>	<b>91.560.820,94</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>180.147.857,48</b>	<b>160.826.443,34</b>
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>32.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.779.963.115,76</b>	<b>4.945.675.214,83</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.446.379.747,49</b>	<b>4.605.038.799,15</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>30.625.802,58</b>	<b>33.757.908,62</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>1.858.851,68</b>	<b>2.150.956,19</b>
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>17.077.860,98</b>	<b>17.118.859,64</b>
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>11.689.089,92</b>	<b>14.488.092,79</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>5.415.753.944,91</b>	<b>4.571.280.890,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>59.009.233,29</b>	<b>217.992.803,35</b>
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
<b>PROVISÕES</b>	<b>243.404.292,41</b>	<b>218.640.087,89</b>
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>549.222.334,34</b>	<b>529.645.643,65</b>
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>4.548.342.382,92</b>	<b>3.601.884.180,32</b>
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>15.754.080,72</b>	<b>2.780.940,88</b>
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>2.652,71</b>	<b>37.337,10</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>18.968,52</b>	<b>1.000,00</b>
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>298.897,34</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>15.360.005,51</b>	<b>38.308.194,04</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>15.290.585,51</b>	<b>38.238.774,04</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>15.290.585,51</b>	<b>38.238.774,04</b>
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>318.223.362,76</b>	<b>302.328.221,64</b>
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>50.501.495,63</b>	<b>49.987.968,85</b>
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>44.541.368,28</b>	<b>29.159.753,94</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.779.963.115,76</b>	<b>4.945.675.214,83</b>

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR  
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA  
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>389.427.296,95</b>	<b>195.266.743,04</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>364.331.410,40</b>	<b>154.515.694,96</b>
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>25.095.886,55</b>	<b>40.751.048,08</b>
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>15.435.144,96</b>	<b>5.946.485,16</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>373.992.151,99</b>	<b>189.320.257,88</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>469.963.039,71</b>	<b>248.548.305,54</b>
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
<b>ARREDONDAMENTOS</b>	<b>181.302,86</b>	<b>520.930,79</b>
<b>EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-201.862.370,69</b>	<b>-120.842.556,37</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>105.710.180,11</b>	<b>61.093.577,92</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>631.033.429,93</b>	<b>547.401.715,12</b>
<b>(-) DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>379.098.236,98</b>	<b>313.656.557,81</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
<b>(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>251.935.192,95</b>	<b>233.745.157,31</b>
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
<b>(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>537.061.291,03</b>	<b>506.239.604,25</b>
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>-1.918.690,89</b>	<b>8.609,56</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>13.656.732,10</b>	<b>19.922.857,49</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>4.589.834,40</b>	<b>23.849.086,47</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>4.586.745,87</b>	<b>24.107.328,66</b>
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>-3.088,53</b>	<b>258.242,19</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>18.246.566,50</b>	<b>43.771.943,96</b>
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.270.535,61</b>	<b>42.924.593,80</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>5,52</b>	<b>23,08</b>

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR  
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA  
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
<b>1.RECEITAS</b>	<b>394.013.198,77</b>	<b>78,22</b>	<b>219.113.851,24</b>	<b>43,81</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
<b>2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>412.356.496,76</b>	<b>81,86</b>	<b>218.071.876,68</b>	<b>43,60</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
<b>3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-18.343.297,99</b>	<b>-3,64</b>	<b>1.041.974,56</b>	<b>0,21</b>
<b>4.RETENÇÕES</b>	<b>15.207.353,03</b>	<b>3,02</b>	<b>13.304.113,08</b>	<b>2,66</b>
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
<b>5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-33.550.651,02</b>	<b>-6,66</b>	<b>-12.262.138,52</b>	<b>-2,45</b>
<b>6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>537.301.132,03</b>	<b>106,66</b>	<b>512.453.253,31</b>	<b>102,45</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
<b>7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>	<b>500.191.114,79</b>	<b>100,00</b>
<b>8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>	<b>500.191.114,79</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	<b>18.246.566,50</b>	<b>3,62</b>	<b>43.771.943,96</b>	<b>8,75</b>
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	<b>10.270.535,61</b>	<b>2,04</b>	<b>42.924.593,80</b>	<b>8,58</b>
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	<b>7.317.756,62</b>	<b>1,45</b>	<b>36.838.288,60</b>	<b>7,36</b>

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR  
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA  
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>-68.690.715,84</b>	<b>189.438.127,64</b>
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-50.444.149,34</b>	<b>233.210.071,60</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-20.878.361,53</b>	<b>-34.730.301,12</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>3.036.040,38</b>	<b>-193.246.665,13</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>-68.286.470,49</b>	<b>5.233.105,35</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>		
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR  
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA  
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
<b>SALDO EM 01/01/2009</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>834.701,13</b>	<b>11.249.173,74</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>178.634.902,82</b>	<b>451.286.313,33</b>
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF./RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2009</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>11.872.793,86</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>29.159.753,94</b>	<b>302.328.221,64</b>
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF./RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2010</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>12.386.320,64</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>44.541.368,28</b>	<b>318.223.362,76</b>

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR  
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA  
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

### Quadro CXXX – Sumário das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

#### **NOTA – 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas – Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

#### **NOTA – 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Como

entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Matriz e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

### **NOTA – 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

### **NOTA – 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**a. Equivalente de Caixa :** Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

**b. Créditos a Receber:** as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

**c. Estoques Públicos:** a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04;

**c.1. Demais Estoques:** os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

**c.2. Valor Presente dos Estoques:** em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da Conab, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

**d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

**e. Almoxarifado:** os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

**f. Investimentos:** os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

**f.1 Provisões:** no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

**g. Seguros:** a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais etc.);

**h. Imobilizado:** demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

**h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

**i. Benefícios a empregados:** o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

**j. Ajustes de Exercícios Anteriores:** os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

## **k. Reconhecimento da Receita**

**k.1 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

**l. Provisões para Contingências:** encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

**m. Regime de Tributação:** para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

**n. Demonstração do Resultado Abrangente:** Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

#### **NOTA – 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

#### **Quadro CXXXI – Créditos e Tributos a serem Compensados**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
<b>Total de Créditos Tributários – Circulante</b>	<b>285.536</b>	<b>295.518</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### **NOTA – 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

#### **NOTA – 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA;
- R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, nas contas “11216.22.00 – Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 – Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

#### **NOTA – 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

#### **NOTA – 9. CONTAS A RECEBER**

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

##### **➤ Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo**

**Quadro CXXXII – Créditos a Receber de Curto Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores <sup>(1)</sup>	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual <sup>(2)</sup>	160.732	155.974
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>176.675</b>	<b>171.011</b>

<sup>(1)</sup> incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

<sup>(2)</sup> Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

➤ **Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

**Quadro CXXXIII – Créditos a Receber de Longo Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>347.784</b>	<b>329.514</b>

**NOTA – 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA**

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

**Quadro CXXXIV – Créditos em Cobrança**

Em R\$ mil

Descrição	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros <sup>(1)</sup>	137.597	131.820
<b>Total</b>	<b>2.098.976</b>	<b>1.888.160</b>

<sup>(1)</sup> Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

**NOTA – 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES**

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e

Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

➤ **Devedores – Entidades e Agentes – Circulante**

**Quadro CXXXV – Valores de Indenização a Receber do Tesouro Nacional**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras – Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
<b>Total – Circulante</b>	<b>119.415</b>	<b>75.576</b>

➤ **Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante**

**Quadro CXXXVI – Créditos a Receber – Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>15.348</b>	<b>38.434</b>

**NOTA – 12. RECURSOS VINCULADOS**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

**NOTA – 13. BENS DE ESTOQUES**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Programa Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural – CPR Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15–b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

### Quadro CXXXVII – Estoques relativos às Cédulas de Produto Rural

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almojarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada – CPR	364.341	342.638
<b>Estoques de Distribuição</b>	<b>1.821</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>4.508.832</b>	<b>3.700.765</b>

#### a. Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal. No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

#### **NOTA – 14. ENDIVIDAMENTO**

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

#### **NOTA – 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

#### **NOTA – 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES**

##### **Passivos Contingentes – Provável**

##### **Ações Trabalhistas**

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

##### **Ações Tributárias**

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

##### **Ações de Natureza Cível**

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

### Quadro CXXXVIII – Passivos Contingentes – Provável

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
<b>Total</b>	<b>47.719</b>	<b>106.211</b>	<b>84.590</b>	<b>139609</b>

### Passivos Contingentes – Possível

#### Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

#### Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

#### Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

### Quadro CXXXIX – Passivos Contingentes – Possível

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
<b>Total</b>	<b>225.933</b>	<b>317523</b>	<b>254.830</b>	<b>369167</b>

### Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

### Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

### Quadro CXL – Ativos Contingentes – Provável

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
<b>Total</b>	<b>208.013</b>	<b>311.635</b>	<b>1.025.364</b>	<b>793.009</b>

### NOTA – 17. CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

### NOTA – 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital Social:** o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**b. Provisão para CSLL e IRPJ:** As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

**b.1. Reserva Legal e Dividendos:** Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

**c. Resultado do Exercício:** o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

#### **NOTA – 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

#### **Quadro CXLI – Débitos em Apuração – Perda em Armazenagem**

Em R\$ mil

<b>Exercício</b>	<b>Saldo</b>
2009	31.108
2010	31.357

#### **NOTA – 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS**

##### **INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL – CIBRIUS**

###### **a. Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família

proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007–19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio–doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador – Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### **b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS**

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

## **NOTA – 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA**

### **a. Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

### **Quadro CXLII – Recursos Repassados para o Programa de Revitalização da Conab**

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
<b>Total de Repasses</b>	<b>3.579</b>	<b>4.614</b>

### **b. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19

da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE  
AGUIAR**  
PRESIDENTE

**AMAURY PIO CUNHA**  
DIRETOR FINANCEIRO

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA  
DUARTE**  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E  
ABASTECIMENTO

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

**SILVIO ISOPO PORTO**  
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E  
INFORMAÇÕES

**RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS**  
SUPERINTENDENTE DE  
CONTABILIDADE  
CONTADOR CRC DF 009252/O-8  
CPF:067475232-53

## 18.4 – Informações sobre a Composição acionária do capital social

### Composição do Capital Social

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**Rubinaldo Lameira dos Santos**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC DF 009252/0-8

### 18.4.1 – Composição Acionária do Capital Social da UJ

#### Quadro CXLIII – Composição Acionária do Capital

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab				
Ações Ordinárias – 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
<b>Governamental</b>	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	–	–	–
	Fundos de Pensão	–	–	–
	Ações em Tesouraria	–	–	–
<b>Não Governamental</b>	<b>Free-Float</b>	–	–	–
	Capital Estrangeiro	–	–	–
	Pessoas Físicas	–	–	–
	Pessoas Jurídicas	–	–	–
	Capital Estrangeiro	–	–	–
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Ações Preferenciais – %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
<b>Governamental</b>	Tesouro Nacional	–	–	–
	Outras Entidades Governamentais	–	–	–
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	–	–	–
	Ações em Tesouraria	–	–	–
<b>Não Governamental</b>	<b>Free-Float</b>	–	–	–
	Capital Estrangeiro	–	–	–
	Pessoas Físicas	–	–	–
	Pessoas Jurídicas	–	–	–
	Capital Estrangeiro	–	–	–
<b>Total</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**Rubinaldo Lameira dos Santos**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 009252/O-8

#### 18.4.2- Composição Acionária da UJ como investidora

##### Quadro CXLIV – Composição Acionária da UJ como investidora – Ações Ordinárias

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA – POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab					
Ações Ordinárias – %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	23	Conab	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	Conab	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	Conab	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	Conab	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão–COPEMA	367.252,99	Conab	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	Conab	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. – CIDAL	1.099.730	Conab	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE – CAGEPE	2.000.000	Conab	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG – CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. – BRASAGRO	1.723.142.393	Conab	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo – CASES	334.774.835	Conab	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	Conab	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	Conab	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	Conab	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP – Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	Conab	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66

Comfio – Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC – Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA – Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
<b>Total</b>	<b>11.246.571.800</b>	=====	<b>24.283.767,98</b>	<b>24.283.767,98</b>	<b>24.283.767,98</b>

### Quadro CXLV – Composição Acionária da UJ como investidora – Ações Preferenciais

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA – POSIÇÃO EM 31/12/2010					
<b>Denominação completa:</b>					
<b>Ações Preferenciais – %</b>					
<b>Investida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Obs.</b>	<b>31/12/2008 (R\$)</b>	<b>31/12/2009 (R\$)</b>	<b>31/12/2010 (R\$)</b>
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc – Cia Amazônica de Pesca	423.442	Conab	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	Conab	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda.	24.034	Conab	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte – Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN – Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG – CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato – Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia – COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda.	141.008	Conab	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio – Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
<b>Total</b>	<b>1.967.220.957</b>	=====	<b>10.742.262,12</b>	<b>11.580.527,29</b>	<b>11.580.527,29</b>

Observação: Título em poder do BNDES e Conab

- (1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste
- (2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

**Rubinaldo Lameira dos Santos**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 009252/O-8

## 18.5 – Parecer da Auditoria Independente



À  
Diretoria da  
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

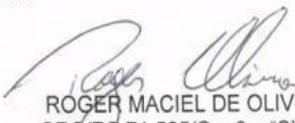
1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.



ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF  
RESPONSÁVEL TÉCNICO  
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA  
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

**19. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º. 57, DE 27/10/2010****19.1 – Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo TSE**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

**19.2 – Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelos TRE**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ

**20. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º. 107, DE 27/10/2010****20.1. Evolução da Situação Financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ.

**21. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º. 107, DE 27/10/2010****21.1 – Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão n.º 408/202 – Plenário e Modificações Posteriores**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ.

**22. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º. 107, DE 27/10/2010****22.1 – Análise da Situação Econômico-Financeiro**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ.

**22.2 – Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ.

**22.3 – Análise Crítica**

Não se aplica, tendo em vista os itens acima.

**23. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º. 107, DE 27/10/2010****23.1 – Remuneração paga aos administradores**

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF. n.º 434/DEST–MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

**Quadro CXLVI – Remuneração do Conselho de Administração**

Conselho de Administração																Em R1,00	
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													13.º Salário	Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
<b>Total</b>			<b>16.037,58</b>	<b>13.274,22</b>	<b>13.833,78</b>	<b>11.063,65</b>	<b>13.276,38</b>	<b>13.276,38</b>	<b>13.276,38</b>	<b>13.276,38</b>	<b>11.063,65</b>	<b>11.063,65</b>	<b>11.063,65</b>	<b>11.063,65</b>	<b>13.006,02</b>	<b>164.575,37</b>	

Fonte: Sureh/Gefop

**Quadro CXLVII – Remuneração do Conselho Fiscal**

Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro (1)	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
<b>Total</b>			<b>7.903,65</b>	<b>6.637,11</b>	<b>8.853,08</b>	<b>8.850,92</b>	<b>6.638,19</b>	<b>4.425,46</b>	<b>6.638,19</b>	<b>6.638,19</b>	<b>6.638,19</b>	<b>8.850,92</b>	<b>6.638,19</b>	<b>6.638,19</b>	<b>6.645,45</b>	<b>91.995,73</b>
<b>Total Geral</b>			<b>23.941,23</b>	<b>19.911,33</b>	<b>22.686,86</b>	<b>19.914,57</b>	<b>19.914,57</b>	<b>17.701,84</b>	<b>19.914,57</b>	<b>19.914,57</b>	<b>17.701,84</b>	<b>19.914,57</b>	<b>17.701,84</b>	<b>17.701,84</b>	<b>19.651,47</b>	<b>256.571,10</b>

Fonte: Sureh/Gefop

**Síntese da Remuneração dos Administradores**
**Quadro CXLVIII – Síntese da Remuneração da Diretoria da Conab**

Órgão Diretoria da Conab Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c)</b>	<b>1.363.466,32</b>	<b>1.413.375,89</b>	<b>1.487.561,19</b>
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
<b>II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
<b>III – Total da Remuneração (I+II)</b>	<b>1.363.466,32</b>	<b>1.413.375,89</b>	<b>1.487.561,19</b>

Fonte: Sureh/Gefop

**Quadro CXLIX – Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal da Conab**

Órgão Conselho Fiscal	Exercício		
	2008	2009	2010
<b>Remuneração dos Administradores</b>			
<b>Número de membros</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c)</b>	<b>78.400,46</b>	<b>81.024,43</b>	<b>91.995,73</b>
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
<b>II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
<b>III – Total da Remuneração (I+II)</b>	<b>78.400,46</b>	<b>81.024,43</b>	<b>91.995,73</b>

Fonte: Sureh/Gefop

**Quadro CL – Síntese da Remuneração do Conselho de Administração da Conab**

Órgão	Exercício		
	2008	2009	2010
<b>Conselho Fiscal</b>			
<b>Remuneração dos Administradores</b>			
<b>Número de membros</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c)</b>	<b>160.534,12</b>	<b>162.079,36</b>	<b>164.575,37</b>
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
<b>II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
<b>III – Total da Remuneração (I+II)</b>	<b>160.534,12</b>	<b>162.079,36</b>	<b>164.575,37</b>

Fonte: Sureh/Gefop

**24. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010****24.1 – Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação com organismos internacionais**

Não se aplica, tendo em vista o item 24.1.

**24.2 – Análise Crítica**

Não se aplica, tendo em vista o item 24.1.

**25. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010****25.1 – Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND**

Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ.

**25.2 – Análise Crítica**

Não se aplica, tendo em vista o item 25.1.

**26. PARTE C, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/Matriz.

**26.1 Informações Sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar****Quadro CLI – Identificação da Entidade Fechada de Previdência Complementar**

<b>a)</b>	<b>Nome</b>	<b>CIBRIUS</b>
<b>b)</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora–Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.</b>
<b>c)</b>	<b>CNPJ:</b>	<b>00.531.590/0001–89</b>
	<b>Plano de Benefícios:</b>	<b>Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007–19</b>

**d) – Demonstrativos anuais:**

**Quadro CLII – Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes**

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
<b>Total</b>	<b>178.668.628,76</b>	<b>–</b>

Fonte: Conab/Sureh

**Quadro CLIII – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes**

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	–	–	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%

PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
<b>Total</b>	<b>1.605</b>	<b>12.075.412,45</b>	<b>-</b>

Fonte: Conab/Sureh

### 3 – Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab

#### 3.1 – Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

#### Quadro CLIV – Contribuições Patronais em relação ao Total da Folha dos Participantes

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02

RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
<b>Total</b>	<b>162.619.628,14</b>	<b>12.074.064,66</b>	<b>–</b>

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE–Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

### 3.2 – Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31\*

OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE–Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

#### ➤ Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97\*

\*OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE–Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

### 4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

### 5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

### 6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

**Quadro CLV – Valor Total das Aplicações e Fundamentação Legal**

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimen to	Resolução CMN nº 3792
<b>1) Renda Fixa</b>	<b>435.903.197,81</b>	<b>85,54</b>	<b>75,50</b>	<b>100,00</b>
<b>A. Títulos Públicos</b>	<b>261.407.048,62</b>	<b>51,30</b>		
1.1 – NTN–B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN–C – Título P. Federal (IGP–M)	16.178.727,00	3,17		
<b>B. Aplicação em Instituições Financeiras</b>	<b>174.496.149,19</b>	<b>34,24</b>		
<b>FIF</b>	<b>31.496.130,76</b>	<b>6,18</b>		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX 5SE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
<b>Dep. a Prazo com Garantia Especial (DPGE)</b>	<b>129.487.409,06</b>	<b>25,41</b>		
1.6–Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7–Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8–Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9–Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10–Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11–Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12–Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13–Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14–Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15–Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16–OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17–Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18–Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19–Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20–Portocred Financeira – 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21–ABOE Financeira – 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22–ABOE Financeira – 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23–ABOE Financeira – 14/09/10 a __/__/__	2.069.148,77	0,41		
1.24–Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25–Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
<b>Títulos de Empresas</b>	<b>628.412,15</b>	<b>0,12</b>		
1.26–HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
<b>Cédula de Crédito Imobiliário</b>	<b>12.884.197,22</b>	<b>2,53</b>		
1.27–Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28–Céd Créd. Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
<b>2) Renda Variável</b>	<b>36.805.676,57</b>	<b>7,22</b>	<b>14,00</b>	<b>70,00</b>
2.1 – Mercado de Ações à Vista	<b>33.718.185,88</b>	<b>6,62</b>		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		

Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Energética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibria ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
<b>2.2-Fundo de Ações</b>	<b>3.087.490,69</b>	<b>0,61</b>		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
<b>3 – Investimentos Estruturados</b>	<b>6.050.124,04</b>	<b>1,19</b>	<b>3,00</b>	<b>20,00</b>
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda.) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda.) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
<b>4) Imóveis</b>	<b>17.112.987,74</b>	<b>3,36</b>	<b>4,50</b>	<b>8,00</b>
<b>Edificações de Uso Próprio</b>	<b>844.484,13</b>	<b>0,17</b>		
SHCGN 706/7 B1 D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
<b>Edificações para Renda</b>	<b>8.599.378,61</b>	<b>1,69</b>		
SHCGN 706/7 B1 D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA –DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
<b>Investimento em Shopping Center</b>	<b>7.669.125,00</b>	<b>1,5</b>		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte – DF	7.669.125,00	1,5		
<b>5) Empréstimos aos Participantes</b>	<b>13.507.935,95</b>	<b>2,65</b>	<b>3,00</b>	<b>15,00</b>
<b>6) Disponível</b>	<b>233.376,36</b>	<b>0,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>509.613.298,47</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

## **7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar**

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) **Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;**
- b) **Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) **Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

## **8 – Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.**

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site [www.cibrius.com.br](http://www.cibrius.com.br) com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a *Resolução 3792/2009 do CMN*, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

### **Diretrizes para Alocação dos Investimentos**

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os

investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

*O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:*

**I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.**

**II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09**

**Quadro CXLVI – Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento**

Segmentos	Alocações			Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009	2010	
<b>Renda Fixa</b>	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
<b>Renda Variável</b>	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
<b>Empréstimos</b>	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
<b>Inv. Estruturados</b>			3,00%	20,00%
<b>Imóveis</b>	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

**III. Utilização de Instrumentos derivativos.**

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

**IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.**

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

**V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação**

### Quadro CLVII – Meta de rentabilidade

Segmento	Benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

#### VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

#### VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

##### a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

### Quadro CLVIII – Agências Classificadoras de Risco

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
<b>FITCH RATING</b>	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
<b>SR RATING</b>	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
<b>MOODY'S INVESTOR</b>	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
<b>AUSTIN ASIS</b>	AAA, AA, A
<b>STANDARD &amp; POOR'S</b>	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
<b>LF Rating</b>	AAA, AA, A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora. Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

### **b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito**

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à *compliance* notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

### **c) Risco de Mercado**

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

### **d) Risco de Liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

### **e) Risco Operacional**

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

#### f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

#### g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen – como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível – TED, que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

### VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

#### Quadro CLIX – Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE	TR+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+5%aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	CDI	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	IBOVESPA	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	IBrX – 50	RESULTADO
	JAN A DEZ 2010	JAN A DEZ 2010	
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando

cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de Promover o bem-estar social dos seus destinatários.

#### **e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente**

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

“1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora Conab, entretanto, a ação de cobrança movida contra a Conab referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.ª instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.

5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do**

**plano de benefícios de TR para INPC.** Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

#### **f) – Conclusões do último estudo atuarial**

#### **PARECER ATUARIAL ANUAL 2010**

**A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro–atuarial do Plano Conab do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.**

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

#### Quadro CLX – Custos Percentuais do Plano sobre a Folha de Salário dos Participantes

<b>Discriminação</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
<b>Custo Total do Plano</b>	<b>196,40%</b>	<b>228,97%</b>	<b>32,57%</b>
<b>Contribuição Total em Vigor</b>	<b>19,11%</b>	<b>19,21%</b>	<b>0,10%</b>
<b>Déficit de Cobertura</b>	<b>-177,29%</b>	<b>-209,76%</b>	<b>-32,47%</b>

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

#### Tabela XIV – Contribuições Aplicadas em Vigor

<b>Contribuições</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Diferença%</b>
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	–
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	–

#### 1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

#### Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora Conab, referente ao custo do serviço passado a contratar;
- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e conseqüentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;
- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora Conab) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da Conab (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da Conab, consubstanciada no Ofício Conab/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela Conab e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a Conab, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora Conab encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, Conab/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora Conab sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE–MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC–IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários. Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora Conab (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.
- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

#### **Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:**

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);
- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC–IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em –0,34% de rentabilidade real;
- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;
- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.
- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC–IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de

6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

- Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano Conab, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios Conab do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-actuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

#### Quadro CLXI – Projeções em relação ao Plano de Custeio Atual

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
<b>Patrimônio</b>					<b>270.936.139,57</b>
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	–	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	–	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	–	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06

<b>ANO</b>	<b>Receitas Previdenciárias</b>	<b>Contrato R\$44.830.506,05</b>	<b>Despesas por Repartição</b>	<b>Despesas Previdenciárias</b>	<b>RESULTADO</b>
2017	6.609.510,50	–	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	–	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	–	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	–	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	–	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	–	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	–	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	–	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	–	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	–	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	–	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	–	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	–	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	–	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	–	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	–	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	–	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	–	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	–	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	–	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	–	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	–	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	–	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	–	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
					(536.645.810,97)
2041	628.562,89	–	98.212,95	7.789.242,66	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	–	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	–	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	–	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	–	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	–	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	–	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	–	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	–	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	–	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	–	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	–	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	–	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	–	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	–	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	–	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	–	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	–	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	–	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	–	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	–	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	–	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	–	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	–	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	–	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2067	4.861,73	–	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	–	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	–	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	–	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	–	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	–	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	–	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	–	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	–	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	–	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	–	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	–	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	–	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	–	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	–	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	–	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	–	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	–	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	–	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	–	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	–	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	–	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	–	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	–	0,01	125,84	(583.501.918,94)

**26.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.**

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna–AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL–CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

**Auditorias Especial de Gestão– Audin n.º 01/2010**

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

**A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:**

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

**R-1** – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

**R-2** – “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

**B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.**

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

**R-3** – Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

**R-4** – No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

**C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:**

- a) **se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?**
- b) **sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?**

- c) **sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?**
- d) **na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?**

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente –, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

**R-5** – Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

**R-6** – Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

**R-7** – Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

**R-8** – As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

**R-9** – Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a

um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

**R-10** – O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

**D) O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação – RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.**

**R-11** – Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

**E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:**

**R-12**– Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

**R-13** – Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

**F) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.**

**R-14** – Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

**G) Com referências às aplicações em DPGE, recomendamos o que se segue:**

**R-15** – Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

**R-16** – No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

**H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado** cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

**R-17** – Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

**R-18** – Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre às que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

**I) por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).**

**Diante do exposto, recomendamos:**

**R-19** – Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

**R-20** – Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

*“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.*

**J) Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.**

**R-21** – Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

**K)** A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

**R-22** – Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

## **Auditorias Especial de Gestão – Audin N° 02/2010**

### **Exercício de 2003**

**Consoante Acórdão N° 2.887/2008–TCU–1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.**

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

### **CONCLUSÕES**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios;

**1.** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

**2.** Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

**2.1** Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

**2.2** Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

**2.3** Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

**2.4** Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

**2.5** Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

**3.** Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevaletentes.

**4.** A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

**5.** Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

**6.** Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas*

contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social’.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação preexistentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar – SPC.
8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.
9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.
10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.);
11. Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.
12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

## RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2003

### Quadro CLXII – Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE	TR+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2003	JAN A DEZ 2003	
RENDA FIXA	19,32%		7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%	10,9300%	-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+6%aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2003	JAN A DEZ 2003	
RENDA FIXA	19,32%		1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%	17,00%	
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Fonte: Cibrius

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

## **Auditorias Especial de Gestão– Audin Nº 03/2010**

### **Exercício de 2002**

**Consoante Acórdão Nº 2.887/2008–TCU–1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001”.**

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

### **CONCLUSÕES**

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

**2.1** Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

**2.3** Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

**2.4** Saliencia que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o

INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

**2.5** A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

**3.** Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002* “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.

**4.** Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação preexistentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

**5.** A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

**11.** Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

**12.** As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

## **27. ANEXO III, ITEM 5, SUBITEM IV, DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**

### **27.1 Resultados**

O exposto no presente relatório evidencia que as ações planejadas para o exercício 2010 foram executadas a contento pela Superintendência Regional de Minas Gerais que, ao amparo de suas competências regimentais, atuou de forma a propiciar a consecução dos objetivos institucionais, concorrendo ainda para a melhoria da gestão.

Assim sendo, merecem destaque o início de operação do armazém graneleiro da Unidade Armazenadora de Uberlândia que possibilitou a ampliação das alternativas de logística e posicionamento estratégico dos estoques públicos de alimentos na região do Triângulo Mineiro, bem como a continuidade das ações necessárias à adequação das Unidades Armazenadoras às exigências do Programa de Certificação.

Dentre as ações previstas para o exercício de 2011, elencamos como prioritárias a mudança da sede da Superintendência para imóvel mais apropriado, bem como a ampliação das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

## **28. ANEXO III, ITEM 6, DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010**

### **28.1 ANEXOS**

Não existem anexos integrantes do Relatório de Gestão.